

# Condições de Vida de Porto Alegre 2000 - 2010

Índice de Condições de Vida da Cidade  
e Regiões do Orçamento Participativo

Adriana Furtado  
Beatriz Morem da Costa  
Carmen Lúcia Lima  
Cidriana Parenza  
Liane Rose Bayard N. Germano  
Lúcia da Silva Osório  
Marco Antônio Macerata  
Rodrigo Coster  
Rodrigo Rodrigues Rangel  
Simone Ritta dos Santos  
Tânia Regina Quintana Rodrigues  
Tiago Luís Jantsch  
Valéria D. S. Bassani





CONDIÇÕES DE VIDA  
DE  
PORTO ALEGRE  
2000 – 2010

Índice de Condições de Vida da Cidade e das  
Regiões de Orçamento Participativo



O Observatório da Cidade de Porto Alegre, lançado em março de 2006, tem por objetivo publicizar e disseminar o conhecimento sobre a cidade. A oferta de informações confiáveis e detalhadas dos bairros e regiões da cidade permite ao cidadão a compreensão da realidade onde está inserido. Além de vários estudos e análises, a identificação georreferenciada tem um papel pedagógico e político fundamental, reforçando a identidade do local, promovendo o sentido de comunidade e contribuindo para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade. Em 2016, o ObservaPOA completou 10 anos.

[www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)

CONDIÇÕES DE VIDA  
DE  
PORTO ALEGRE

2000 – 2010

Índice de Condições de Vida da Cidade e das  
Regiões de Orçamento Participativo

Adriana Furtado  
Beatriz Morem da Costa  
Carmen Lúcia Lima  
Cidriana Parenza  
Liane R. R. G. Bayard N. Germano  
Lúcia da Silva Osório  
Marco Antonio Macerata

Rodrigo Coster  
Rodrigo Rodrigues Rangel  
Simone Ritta dos Santos  
Tânia Regina Quintana Rodrigues  
Tiago Luis Jantsch  
Valeria D. Sartori Bassani



**Realização:**  
**Prefeitura de Porto Alegre**  
Secretaria Municipal de Governança Local - SMGL  
Secretaria Municipal de Administração - SMA  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH  
Secretaria Municipal de Educação - SMED  
Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento- SMPEO  
Secretaria Municipal da Saúde - SMS  
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMURB  
Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC  
Observatório da Cidade de Porto Alegre - ObservaPOA  
Sistema de Informações Municipais - SIM

**Capa:** Liane R. R. G. Bayard N. Germano

**Editoração:** ObservaPOA

**Impressão:** Quatro Estações Indústria Gráfica

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P853c	<p>Porto Alegre (RS) Condições de vida de Porto Alegre 2000-2010 : índice de condições de vida da cidade e das regiões de Orçamento Participativo / Organizadores : Adriana Furtado ... [et al.]. – Porto Alegre: Ed. da Cidade, 2016.</p> <p style="text-align: center;">ISBN: 978-85-69814-06-1</p> <p style="text-align: center;">1. Ciências Sociais – Métodos estatísticos. 2. Indicadores Sociais – Porto Alegre (RS). 3. Orçamento Participativo – Porto Alegre (RS). I. Furtado, Adriana. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.7281651</p>
-------	---

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães  
Bibliotecária: Renata de Souza Borges – CRB 10/1922

Tiragem: 500 exemplares  
Maio/2016

## Sobre os Autores

**Adriana Furtado** – Assistente Social da SMPEO/Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

**Beatriz Morem da Costa** – Socióloga da SMDH/Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Mestre e Doutora em Sociologia pela UFRGS.

**Carmen Lúcia Lima** - Professora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Licenciatura em Letras pela UFRGS; especialização em Educação Pré-escolar e Mestre em Letras pela PUCRS. Experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem e Pesquisas e Informações Educacionais.

**Cidriana Parenza** – Assistente Social da Prefeitura de Porto Alegre, Mestre em Sociologia e Doutora em Educação pela UFRGS.

**Liane Rose Reis Garcia Bayard das Neves Germano** – Professora da Prefeitura de Porto Alegre formada em Pedagogia, Licenciada em Desenho Geométrico e Especialista em Educação e Didática pela Universidade São Judas Tadeu - São Paulo, atua com geoprocessamento de informações no ObservaPOA/SMGL/PMPA.

**Lúcia da Silva Osório** - Engenheira Civil da Secretaria Municipal de Urbanismo, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

**Marco Antonio Macerata** – Administrador PMPA - SMS, ênfase em análise de sistemas de informação; Especialista em Saúde do Trabalhador – UFRGS; Especialista em Projetos Sociais e Culturais – UFRGS; Especialista em Gestão de Políticas de Saúde informadas por evidências – Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa.

**Rodrigo Coster** – Estatístico da Prefeitura de Porto Alegre, Mestre em Administração pela UFRGS.

**Rodrigo Rodrigues Rangel** – Sociólogo da Prefeitura de Porto Alegre, Coordenador da Gerência de Informações da Secretaria de Governança Local e do ObservaPOA.

**Simone Ritta dos Santos** – Assistente Social da FASC/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Mestre em Antropologia Social na UFRGS e Doutora em Serviço Social pela PUCRS.

**Tânia Regina Quintana Rodrigues** – Desenhista da Prefeitura de Porto Alegre; Graduada em Engenharia Civil e Licenciatura em Ciências, atua na área de geoprocessamento na Supervisão de Desenvolvimento Urbano/SMURB.

**Tiago Luis Jantsch** – Assistente Administrativo da FASC/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Graduando em Estatística pela UFRGS.

**Valeria D. Sartori Bassani** – Bacharel em Estatística pela UFRGS (1985). Estatística aposentada da Prefeitura de Porto Alegre, atualmente é consultora em estatística.



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	13
O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA.....	17
<b>Desenvolvimento Humano e Condições de Vida .....</b>	<b>17</b>
<b>As origens do Índice de Condições de Vida (ICV) .....</b>	<b>23</b>
<b>Metodologia do Índice de Condições de Vida .....</b>	<b>25</b>
<b>Como ler o ICV e entender a sua representação cartográfica .</b>	<b>29</b>
<b>Índice de Condições de Vida: Dimensões e Variáveis.....</b>	<b>31</b>
OS ÍNDICES QUE MOSTRAM AS CONDIÇÕES DE VIDA EM PORTO ALEGRE.....	43
<b>O Índice de Condições de Vida (ICV) das Regiões do     Orçamento Participativo e de Porto Alegre .....</b>	<b>44</b>
<b>DIMENSÃO LONGEVIDADE.....</b>	<b>51</b>
<b>Coeficiente de mortalidade infantil .....</b>	<b>51</b>
<b>Esperança de vida ao nascer.....</b>	<b>56</b>
<b>ICV Longevidade .....</b>	<b>60</b>
<b>DIMENSÃO EDUCAÇÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>Taxa de analfabetismo .....</b>	<b>64</b>
<b>Expectativa de anos de estudo.....</b>	<b>70</b>
<b>Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino     superior completo .....</b>	<b>76</b>
<b>ICV Educação.....</b>	<b>82</b>
<b>DIMENSÃO RENDA.....</b>	<b>88</b>

<b>Renda média <i>per capita</i></b> .....	88
<b>Índice de Gini</b> .....	96
<b>ICV Renda</b> .....	102
<b>DIMENSÃO INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA</b> .....	108
<b>Percentual de 0 a 5 anos na escola</b> .....	110
<b>Taxa de frequência líquida ao fundamental</b> .....	116
<b>Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade</b> .....	128
<b>ICV - Infância e Adolescência</b> .....	132
<b>DIMENSÃO CONDIÇÕES HABITACIONAIS</b> .....	136
<b>Domicílios com Abastecimento de água potável</b> .....	138
<b>Domicílios com esgoto sanitário adequado</b> .....	142
<b>Moradias precárias</b> .....	146
<b>ICV Condições Habitacionais</b> .....	152
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>Apêndice</b> .....	162

# Lista de Tabelas

Tabela 1 – Limites superiores, inferiores e pesos para os indicadores e dimensões que compõem o Índice de Condições de Vida. ....	28
Tabela 2 - Valores de corte e classificações do ICV. ....	29
Tabela 3 - Distribuição das Regiões do Orçamento Participativo segundo classificação no ICV, número de regiões e população compreendida, 2000 e 2010. ....	47
Tabela 4 - Coeficiente de mortalidade infantil por mil nascidos vivos no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	52
Tabela 5 - Esperança de vida ao nascer no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	56
Tabela 6 - Taxa de analfabetismo no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	65
Tabela 7 - Expectativa de anos de estudo no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	72
Tabela 8 - Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	77
Tabela 9 - Renda média <i>per capita</i> no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	89
Tabela 10 - Índice de Gini no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	97
Tabela 11- Número e Percentual de Crianças e Adolescentes por Região do Orçamento Participativo, 2000-2010. ....	109
Tabela 12 - Percentual da população de 0 a 5 anos na escola no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	111
Tabela 13 - Taxa de frequência líquida ao fundamental no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	117
Tabela 14 - Taxa de frequência líquida ao médio no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	123
Tabela 15 - Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	129
Tabela 16 - Número de moradores por domicílio em moradias precárias e total de domicílios de Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	137
Tabela 17 - Percentual de domicílios com abastecimento de água potável no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	139
Tabela 18 - Percentual de domicílios com esgoto sanitário adequado no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	143
Tabela 19 - Percentual de domicílios precários no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010. ....	146

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida, 2000 e 2010.....	45
Quadro 2 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Longevidade, 2000 e 2010. ....	60
Quadro 3 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Educação, 2000 e 2010.....	83
Quadro 4 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Renda, 2000 e 2010.....	103
Quadro 5 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Infância e Adolescência, 2000 e 2010.....	132
Quadro 6 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Condições Habitacionais, 2000 e 2010. ....	152

## Lista de Figura

Figura 1 - Escolaridade da População de 25 anos ou mais, Porto Alegre - 1991, 2000 e 2010.....	76
--	----

# Lista de Mapas

Mapa 1 - ICV geral das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	48
Mapa 2- ICV geral das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	49
Mapa 3 - Coeficiente de mortalidade infantil das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	54
Mapa 4 - Coeficiente de Mortalidade Infantil das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	55
Mapa 5 - Esperança de vida ao nascer das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	58
Mapa 6 - Esperança de vida ao nascer das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	59
Mapa 7 - ICV da dimensão Longevidade das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	62
Mapa 8 - ICV da dimensão Longevidade das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	63
Mapa 9 - Taxa de analfabetismo das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	68
Mapa 10 - Taxa de analfabetismo das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	69
Mapa 11 - Expectativa de anos de estudo das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	74
Mapa 12 - Expectativa de anos de estudo das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	75
Mapa 13 - Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	80
Mapa 14 - Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	81
Mapa 15 - ICV da dimensão Educação das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	86
Mapa 16 - ICV da dimensão Educação das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	87
Mapa 17 - Renda média <i>per capita</i> das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	94
Mapa 18 - Renda média <i>per capita</i> das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	95
Mapa 19 - Índice de Gini das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	100
Mapa 20 - Índice de Gini das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.....	101
Mapa 21 - ICV da dimensão Renda das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.....	106

Mapa 22 - ICV da dimensão Renda das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	107
Mapa 23 - Percentual de 0 a 5 anos na escola das Regiões do Orçamento Participativo em 2000. ....	114
Mapa 24 - Percentual de 0 a 5 anos na escola das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	115
Mapa 25 - Taxa de frequência líquida ao fundamental das Regiões do Orçamento Participativo 2000. ....	120
Mapa 26 - Taxa de frequência líquida ao fundamental das Regiões do Orçamento Participativo 2010. ....	121
Mapa 27 - Taxa de frequência líquida ao médio das Regiões do Orçamento Participativo em 2000. ....	126
Mapa 28 - Taxa de frequência líquida ao médio das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	127
Mapa 29 - Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade das Regiões do Orçamento Participativo em 2000. ....	130
Mapa 30 - Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	131
Mapa 31 - ICV da dimensão Infância e Adolescência das Regiões do Orçamento Participativo em 2000. ....	134
Mapa 32 - ICV da dimensão Infância e Adolescência das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	135
Mapa 33 - Domicílios com abastecimento de água potável das Regiões do Orçamento Participativo em 2000. ....	140
Mapa 34 - Domicílios com abastecimento de água potável das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	141
Mapa 35 - Domicílios com esgoto sanitário adequado das Regiões do Orçamento Participativo em 2000. ....	144
Mapa 36 - Domicílios com esgoto sanitário adequado das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	145
Mapa 37 - Moradias precárias das Regiões do Orçamento Participativo em 2000... 150	
Mapa 38 - Moradias precárias das Regiões do Orçamento Participativo em 2010... 151	
Mapa 39 - ICV da dimensão Condições Habitacionais das Regiões do Orçamento Participativo em 2000. ....	154
Mapa 40 - ICV da dimensão Condições Habitacionais das Regiões do Orçamento Participativo em 2010. ....	155

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos aos porto-alegrenses esta publicação intitulada "**Condições de Vida de Porto Alegre 2000-2010**". Ela faz parte de um esforço que já soma 10 anos, do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA), em acompanhar os indicadores socioeconômicos da cidade, não só em termos gerais como também em termos intraurbanos, levando em conta as 17 regiões do Orçamento Participativo (OP).

A publicação "Condições de Vida de Porto Alegre 2000-2010" é, na verdade, uma atualização de uma publicação lançada no final de 2004 e que se chamava "**Mapa de inclusão e exclusão social de Porto Alegre**", produzida por uma equipe de técnicos da Prefeitura de Porto Alegre. Por que esta mudança de nomenclatura, 10 anos depois, de "Mapa da inclusão e exclusão social de Porto Alegre" para "Condições de Vida de Porto Alegre 2000-2010"? Porque na verdade, ao longo desta década, com dados oficiais de diversas fontes elaborados pela equipe do ObservaPOA, constatamos uma melhora generalizada das condições sociais em que vive a população de Porto Alegre em todas as suas regiões. Mesmo que tenhamos nuances de uma região para outra, a constatação mais forte que se pode fazer é que nesta década de 2000-2010 as condições de vida das pessoas de Porto Alegre melhoraram de forma ampla e generalizada. Esta observação geral para a cidade como um todo pode ser examinada nesta publicação considerando cada região do OP em que se pode comparar a evolução dos principais indicadores levando em conta esse período de 10 anos.

É importante também destacar que nesse período aconteceram governos de diferentes partidos. Na primeira metade da década tivemos governos do Partido dos Trabalhadores, e na

segunda, governos do Partido Popular Socialista e do PMDB, sempre em coligação com outros partidos. Portanto, o crédito desta melhoria de qualidade de vida não se deve atribuir a um ou outro grupo político ou coligação partidária, mas a um esforço conjunto da cidade, sempre beneficiada por condições mais gerais, tanto estaduais quanto federais, que, através de políticas públicas dos mais variados tipos, estão a influenciar o desempenho dos indicadores locais. Mas, evidentemente, uma parcela desse esforço e dos resultados alcançados se deve às políticas públicas levadas a cabo pelo Governo Municipal, que tem na sua metodologia de gestão um processo democrático de participação e definição dos destinos nos recursos públicos, que é o Orçamento Participativo e de colaboração com a sociedade que é a Governança Solidária Local.

Gostaria também de aproveitar para destacar que esse trabalho sobre as condições de vida da população da cidade de Porto Alegre tem como base a concepção de desenvolvimento humano e social, em contraposição a uma visão mais restrita de crescimento econômico. A avaliação do crescimento econômico através do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) não é capaz de captar o que realmente acontece com a vida das pessoas. O presente trabalho assume claramente o paradigma do desenvolvimento humano e social como uma concepção mais potente para captar a situação real da vida e convivência das pessoas em sociedade do que a velha visão do crescimento econômico restrito às variáveis produto e renda.

Gostaria ainda de destacar que as informações aqui disponibilizadas são um instrumento fundamental para avaliar e orientar, não só a gestão pública, como o planejamento estratégico da cidade, assim como também as decisões de OP em todas as 17 regiões em que ele se desenvolve. Nós podemos, com a evolução dos indicadores aqui registrada, avaliar como as decisões tomadas pelo OP em cada região, pelas políticas públicas do Governo Municipal, pelas políticas do Governo Federal, ou seja, diferentes decisões,



influenciam sobre as condições da vida da população da cidade e como elas impactam em cada região.

Podemos, com isso, ter um retrato de ritmos de evolução diferenciados entre os diferentes indicadores de tal maneira que possamos tomar, a partir dessa avaliação, decisões estratégicas, decisões de democracia participativa, definição de políticas públicas que possam vir a fortalecer os avanços que temos obtido e acelerar aquelas situações de regiões em que esses avanços tenham sido mais lentos, ou mesmo situações onde os indicadores demonstrem certa estabilização.

Gostaria finalmente de destacar que a oferta pública desta publicação não teria sido possível sem o trabalho profissional de uma pequena equipe de servidores de carreira do nosso município que atuam no Observatório de Porto Alegre, vinculado à Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL). O ObservaPOA não poderia comemorar melhor esta década de serviço público em favor da cidade que não colocando ao público esse verdadeiro balanço das condições de vida de Porto Alegre na década que vai de 2000 a 2010.

Uma boa leitura a todos.

Cezar Busatto

Secretário de Governança Local  
Prefeitura de Porto Alegre



# O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA

## Desenvolvimento Humano e Condições de Vida

A coleta de informações sociais é de antiga tradição, tendo iniciado no século XVI com o desenvolvimento do conceito de estatística, palavra de origem germânica significando “coleção de fatos quantitativos sobre o Estado” (CARLEY, 1985, p. 127). A produção de estatísticas inicialmente tem caráter econômico, crescendo paulatinamente com o aumento das trocas e do comércio e a ampliação dos interesses do Estado em áreas como defesa nacional, comércio, população e finanças.

No século XX, um dos primeiros exemplos do uso de informações para a construção de indicadores sociais que orientassem as ações de governo encontra-se na obra do sociólogo norte-americano William F. Ogburn e de seus colaboradores na Universidade de Chicago. Em seu livro intitulado *Social Change*, publicado em 1922, o autor afirmava que para compreender a mudança social era necessário obter descrições quantitativas reais sobre o desenvolvimento e a evolução cultural, seja na forma de séries estatísticas temporais ou, se isso não fosse possível, pelo menos se deveria utilizar observações descritas com a máxima acuidade (OGBURN, 1922 apud CARLEY, 1985, p. 127).

A preocupação com mensurar variáveis de cunho social aprofunda-se na década de 1960 nos Estados Unidos com o apogeu do *Welfare State* e o crescimento industrial, período conhecido como “os anos dourados” do capitalismo. Os primeiros trabalhos dessa época, utilizando indicadores sociais, seguiam a ótica funcionalista, de matiz conservador, procurando investigar os aspectos “disfuncionais”

ou “patológicos” do desenvolvimento industrial a fim de melhor promover o bem-estar social. Durante a administração Nixon, a vinculação entre indicadores sociais e a avaliação das condições de vida da população foi influenciada pela publicação, em 1969, da obra *Towards a Social Report* de Mancur Olson, na qual este afirmava:

*[...] a despeito de todas as suas virtudes, as estatísticas de renda nacional não nos dizem o que precisamos saber sobre as condições da sociedade norte-americana. Elas deixam de lado a maioria das coisas que fazem com que a vida valha a pena ser vivida (OLSON, 1969, p. 86 apud CARLEY<sup>1</sup>, 1985, p. 127).*

Desde então, os estudos destinados a orientar a tomada de decisões em políticas públicas produzidos tanto por organismos internacionais quanto regionais<sup>2</sup>, passaram a utilizar a construção de indicadores sociais na avaliação das condições de vida das populações. Amartya Sen, respeitado economista indiano, partindo de uma reflexão crítica a respeito da teoria da escolha social elaborou uma perspectiva normativa acerca dos princípios subjacentes à economia do desenvolvimento com o objetivo de orientar a ação pública. A concepção de Sen sobre o desenvolvimento brotou do diálogo com a filósofa Martha Nussbaum, profunda conhecedora do pensamento grego e da ética aristotélica, sendo fecundada pelas discussões mantidas com um grupo interdisciplinar constituído por filósofos, sociólogos, cientistas políticos e economistas reunidos no *World Institute for Development Economics Research* (WIDER) da *United Nations University*.

---

<sup>1</sup> CARLEY, M. *Indicadores Sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro:Zahar, 1985.

<sup>2</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializados, a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), são exemplos de instituições que frequentemente fazem uso de indicadores sociais em seus trabalhos sobre o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) produzem estudos e pesquisas baseados em indicadores sociais.

De acordo com Nussbaum e Sen (1996, p. 15-16)<sup>3</sup>, quando nos interrogamos acerca da prosperidade ou do desenvolvimento de um país ou região do mundo e das condições de vida de seus habitantes, defrontamo-nos com o problema de como determinar esse desenvolvimento e de quais as informações relevantes para fazê-lo. De outro lado, qual deve ser o critério para julgar os aspectos de maior relevo para o desenvolvimento humano? Conhecer o montante de recursos disponível para um dado número de pessoas em um país ou região nada nos diz a respeito do modo como esses recursos se distribuem e o que produzem na vida das pessoas. Em outras palavras, conhecer o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do país ou região em questão não nos mostra a qualidade de vida de seus habitantes.

Se realmente desejamos conhecer o desenvolvimento de um país, continuam Nussbaum e Sen, devemos investigar não só a renda com que podem contar seus habitantes, ou aquela de que necessitam, mas também indagar como são capazes de conduzir suas vidas. Isso significa saber acerca de sua expectativa de vida, sua saúde e os serviços médicos a que têm acesso. Conhecer o seu nível educacional, não apenas em relação ao número de escolas e universidades que estão disponíveis, mas principalmente quanto à natureza e qualidade daquilo que é ensinado, pois existem escolas e universidades que oferecem ensino de baixa qualidade, não contribuindo ao florescimento intelectual de seus alunos, ou que embotam a sua criatividade e curiosidade científica. É necessário, ademais, indagar sobre o trabalho, se é satisfatório ou monótono, se os trabalhadores desfrutam de condições dignas no desenrolar de suas atividades e remuneração adequada, se a relação capital/trabalho é civilizada ou embrutecedora. Sobretudo, é crucial saber com que direitos legais e políticos podem contar os cidadãos, que liberdades desfrutam em

---

<sup>3</sup> NUSSBAUM, M. e SEN, A. (comp.). *La Calidad de Vida*. México: Fondo de Cultura Económica/The United Nations University, 1996.

suas relações pessoais e sociais e o grau em que podem interferir na condução da *res publica* (NUSSBAUM e SEN, 1996, p. 16).

O desenvolvimento, conforme aponta Sen, é tributário do crescimento econômico, pois não é possível desfrutar de uma vida digna sofrendo carências de bens e serviços dos mais variados tipos. No entanto, o crescimento econômico é um meio de atingir uma vida melhor, não um fim em si mesmo. O objeto da ação pública é a ampliação do que as pessoas podem fazer de suas vidas e da sua capacidade de escolha, ou o que Sen denomina de “efetividades” (*entitlements*)<sup>4</sup>. As efetividades abrangem necessidades básicas como alimentação, moradia e educação adequadas, bem como proteção contra doenças que conduzem à mortalidade prematura, até elementos mais complexos e abstratos como, por exemplo, não sentir vergonha de se apresentar em público, dignidade humana, autorrespeito e participação ativa na vida social, cultural e política.

A ideia prevalecente acerca do desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980, tal como formulada por economistas e *policy makers* como Mahbub ul Haq, afirmava que o desenvolvimento econômico e social era uma questão de bem-estar humano, que se originava do atendimento de certas necessidades básicas da população. Para Sen, todavia, uma sociedade desenvolvida além de assegurar a satisfação de necessidades básicas deve ter ultrapassado o patamar mínimo de condições físicas de vida, garantindo oportunidades para a realização plena do desenvolvimento mental, social e a capacidade de escolha dos rumos de sua existência a todos os seus cidadãos (CROCKER, 1993; SOUTO et alii, 1995)<sup>5</sup>. É oportuno salientar que desenvolvimento humano interliga-se à ideia de desenvolvimento

---

<sup>4</sup> Não há um termo equivalente em português que corresponda adequadamente ao seu significado em inglês.

<sup>5</sup> CROCKER, D. “Qualidade de vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum”. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, 1993, n. 31; SOUTO, A.L.S et alii. *Como Reconhecer um Bom Governo? O Papel das Administrações Municipais na Melhoria da Qualidade de Vida*. São Paulo: Pólis, 1995.

sustentável, no sentido de que os seres humanos têm o direito ao bem-estar e à qualidade de vida, mas devem garantir o mesmo às próximas gerações.

Esta ética do desenvolvimento formulada por Amartya Sen vem exercendo influência prática na produção dos sucessivos Relatórios do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde o *Human Development Report 1990*, do qual Sen foi o principal mentor junto com Mahbub ul Haq, definindo-se o desenvolvimento humano como formação, expansão e utilização de capacidades humanas (CROCKER, 1993).

O desenvolvimento humano compreendido como formação e ampliação das capacidades humanas para a expansão da liberdade de escolher uma vida a que as pessoas deem valor resulta de complexas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, algumas delas básicas:

*As capacidades mais elementares para o desenvolvimento humano são: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar na vida da comunidade. Sem estas, muitas outras escolhas simplesmente não estão disponíveis e muitas oportunidades na vida mantêm-se inacessíveis (PNUD, 2001, p.1)<sup>6</sup>.*

Para operacionalizar o conceito de desenvolvimento humano, permitindo a comparação internacional, em 1990, a equipe liderada por Mahbub ul Haq criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Fundado em três dimensões básicas e universais: o direito a uma vida longa e saudável (Longevidade), o acesso ao conhecimento (Educação); e o direito a um padrão de vida digno (Renda), o IDH permite comparar o padrão geral atingido pelos distintos países no

---

<sup>6</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx#2001>>. Acesso em: 25 nov.2015.

atendimento dessas necessidades primordiais. Desse modo, o valor atingido pelo IDH ultrapassa a representação de Longevidade, Educação e Renda, exprimindo a maior ou menor probabilidade de pessoas que vivem em determinada sociedade expandirem suas capacidades e alternativas de escolha.

Ao longo dos 25 anos de criação e divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano, a partir do *Human Development Report 1990*, novos índices foram sendo construídos para analisar outras dimensões do desenvolvimento humano, ampliando-se também a gama de indicadores sociais que os compõem.

*O mundo avançou desde 1990. Têm havido muitos ganhos (na alfabetização, por exemplo), mas a abordagem do desenvolvimento humano está motivacionalmente empenhada em concentrar-se no que permanece por fazer – o que exige mais atenções no mundo contemporâneo – da pobreza e da privação à desigualdade e à insegurança. Continuam a surgir novas tabelas no fluxo regular de Relatórios de Desenvolvimento Humano e têm sido concebidos novos índices para complementar o IDH e enriquecer a nossa avaliação (Relatório do Desenvolvimento Humano 2010, p.iv)<sup>7</sup>.*

Assim, as iniciativas de construção de índices sintéticos têm fornecido conhecimento útil à formulação, estabelecimento de metas, acompanhamento e avaliação de políticas públicas tendo se tornado ferramentas valiosas à ação da sociedade e do estado em diversos países e no Brasil.

---

<sup>7</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. PNUD: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD\\_HDR\\_2010.pdf](http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf)>. Acesso em 12 de dez. 2015.



## **As origens do Índice de Condições de Vida (ICV)**

O presente livro, intitulado **Condições de Vida de Porto Alegre 2000-2010**, em certa medida é um desdobramento de seu predecessor, **Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre**<sup>8</sup>, que disponibilizava diversas informações socioeconômicas e demográficas agregadas e analisadas através de dois índices sintéticos – o Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), os quais descreviam as condições de vida e o fenômeno da exclusão social presente nos distintos territórios do Município. Contendo mapas acompanhados por textos e tabelas, aquele trabalho de certa forma inspirava-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) por Amartya Sen e Mahbub ul Haq e disseminado mundialmente a partir do *Human Development Report 1990*.

Produzido por equipe multidisciplinar de técnicos da Prefeitura de Porto Alegre, em trabalho realizado durante os anos de 2003 e 2004, apontava os ganhos nas condições de vida da população evidenciados no início do século XXI, mas, igualmente, seguindo a abordagem do desenvolvimento humano, indicava o que permanecia exigindo atenção por parte do poder público e da sociedade. Desde a redemocratização do País, a capital gaúcha vinha avançando ao adotar várias iniciativas de inclusão da voz e voto de representantes da população em instâncias de decisão pública: Orçamento Participativo, conselhos deliberativos em políticas públicas – defesa de direitos da criança e do adolescente, educação, saúde, assistência social. Dessa forma, tornava-se relevante subsidiar as discussões e

---

<sup>8</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA, 2004. Disponível em <[www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)>. Acesso em 12 de jan. 2016.

decisões tomadas no âmbito dessas instâncias através de dados objetivos que indicassem as prioridades em desenvolvimento e a promoção dos direitos humanos no Município de Porto Alegre.

O *Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre* visava não apenas identificar as regiões que, pelas informações socioeconômicas e demográficas disponíveis naquele momento, exibiam melhores condições de vida face aos demais territórios da cidade, mas também aquelas que deveriam ser prioritárias para políticas de inclusão social e que se encontravam ainda praticamente excluídas do desenvolvimento humano da capital gaúcha. O trabalho seguiu metodologia similar à que resultou na construção do Índice de Condições de Vida (ICV) apresentado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>9</sup>, publicado em 1998, adotando-se as mesmas cinco dimensões de análise ali definidas: Longevidade, Educação, Renda, Infância e Adolescência, e Condições Habitacionais, constituídas pela agregação de 13 indicadores básicos. Construiu-se, complementarmente, um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) contemplando seis dimensões de análise: Longevidade, Educação, Renda, Vulnerabilidade Infanto-juvenil, Desenvolvimento Infantil e Habitação, compostas por 16 indicadores básicos, de modo a esboçar a configuração espacial dos enclaves de exclusão social em Porto Alegre.

Decorridos mais de 10 anos da produção do Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, e tendo sido disponibilizados novos e melhores indicadores recentemente, produziu-se este **Condições de Vida de Porto Alegre** no qual as 17 regiões da cidade são analisadas mediante a comparação dos resultados alcançados em duas décadas (2000 e 2010) por meio do Índice de Condições de Vida (ICV), construído para este fim. Cabe alertar que, para tornar possível este cotejamento entre os territórios nas décadas em tela, foi

---

<sup>9</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 1998.

necessário realizar diversos ajustes devido às mudanças em limites territoriais verificados durante os anos que decorreram após 2000 e da introdução de novos indicadores no cálculo do ICV. Portanto, não é possível comparar os indicadores socioeconômicos apresentados neste estudo com aqueles do trabalho apresentado em 2004.

## **Metodologia do Índice de Condições de Vida**

O ICV tem a finalidade de comparar as condições de vida nas 17 Regiões do Orçamento Participativo (ROPs), nas décadas que culminam em 2000 e 2010, adotando metodologia análoga a do trabalho apresentado em 2004. As dimensões em escrutínio são as mesmas - Longevidade, Educação, Renda, Infância e Adolescência, e Condições Habitacionais - resultando em cinco subíndices sintéticos que agrupam 14 indicadores básicos. O ICV reduz todas as dimensões a uma única permitindo que se estabeleça uma classificação singular para todas as regiões da cidade e, portanto, a montagem de um *ranking* que aponta as desigualdades nas condições de vida entre regiões da cidade.

Para a constituição do ICV procedeu-se à seleção dos melhores indicadores disponíveis em nível intramunicipal padronizados segundo a fórmula já amplamente conhecida e disseminada pelo PNUD/ONU na constituição do IDH:

$$Z_{i,r} = \frac{X_{i,r} - P(X_i)}{M(X_i) - P(X_i)}$$

Onde:

i: indica qual indicador está em estudo (renda *per capita*, moradias precárias, etc.);

r: indica a unidade de análise (a Região de Orçamento Participativo);

Z: valor padronizado do indicador;

X: valor observado do indicador;

P(X): limite inferior utilizado para a padronização;

M(X): limite superior utilizado para a padronização;

Todos os indicadores padronizados mediante esta fórmula possuem o mesmo intervalo de variação (de 0 a 1) e mesmo sentido de classificação (melhor condição quanto mais próximo de 1 estiver o valor do indicador). Caso o valor padronizado ultrapassasse os limites (0 ou 1), ele seria substituído pelo limite ultrapassado, pois entende-se que valores melhores/piores que os limites superiores/inferiores não representam melhorias/pioras quando comparados com os valores limítrofes. Nos casos em que os resultados do indicador deveriam ser interpretados como “quanto mais elevado o valor, pior a condição”, calculou-se o valor complementar (1 – indicador padronizado).

Os pesos para se obter o ICV das 5 dimensões, assim como os pesos de cada dimensão para se obter o ICV geral foram igualmente distribuídos. Isso se deve à concepção de que as dimensões (ou subíndices) têm a mesma importância no ICV geral e cada indicador igualmente no ICV de cada dimensão. Deste modo, atribuiu-se a todos os índices parciais (ou dimensões) o peso 1, que foi igualmente dividido entre os indicadores componentes de cada uma das cinco dimensões. O ICV geral resulta da média aritmética dos ICV das 5 dimensões: ICV Longevidade, ICV Educação, ICV Renda, ICV Infância e Adolescência e ICV Condições Habitacionais.

A determinação dos valores de referência para os indicadores amparou-se em pesquisa de referenciais nacionais e/ou internacionais. Na ausência destes, pesquisou-se uma referência local, como os melhores e piores valores observados nos bairros, nas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH<sup>10</sup>) da cidade ou nas Áreas de Expansão Demográfica (AED<sup>11</sup>). Isso difere do critério utilizado no estudo anterior (2004), em que predominaram os melhores e piores valores identificados nas regiões e bairros da cidade. Dessa forma, os índices obtidos não se referenciam no território das Regiões do Orçamento Participativo, resultando que nem todos indicadores apresentarão valores melhores (1) e piores (0). Buscou-se com isso ampliar a possibilidade de comparação dos indicadores e índices parciais de Porto Alegre com outros estudos e análises<sup>12</sup>. Tanto para o ano de 2010 como para o de 2000, foram utilizados os mesmos valores de referência para os indicadores.

---

<sup>10</sup> As Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) são áreas dentro das regiões metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A homogeneidade socioeconômica é o que define os limites das UDHs, que são formadas a partir da agregação dos setores censitários do IBGE (Vide: [http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas-Regioes-Metropolitanas.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_AtlasRegioesMetropolitanas](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas-Regioes-Metropolitanas.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasRegioesMetropolitanas) Acesso em 04 de fev.2016 e [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/unidades\\_de\\_desenvolvimento\\_humano\\_da\\_regiao\\_metropolitana\\_de\\_porto\\_alegre\\_2015.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/unidades_de_desenvolvimento_humano_da_regiao_metropolitana_de_porto_alegre_2015.pdf) Acesso em 18 de mar.2016).

<sup>11</sup> Os Censos Demográficos realizados decenalmente pelo IBGE coletam informações da população através de dois questionários diferentes aplicados: (i) ao universo dos domicílios particulares permanentes; (ii) a uma amostra dos domicílios particulares permanentes. Os resultados dos questionários aplicados ao universo (questionário mais curto) são divulgados por setor censitário, enquanto os resultados dos questionários aplicados na amostra (questionário mais longo) são divulgados por AED.

<sup>12</sup> Vide, por exemplo, o Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em 20 de jan.2016.

Tabela 1 – Limites superiores, inferiores e pesos para os indicadores e dimensões que compõem o Índice de Condições de Vida.

<b>Indicador</b>	<b>Limite superior</b>	<b>Limite inferior</b>	<b>Peso</b>
<b>Dimensão Longevidade</b>			<b>1</b>
Coeficiente de mortalidade infantil	36,36 por mil	9 por mil	0,50
Esperança de vida ao nascer	82,13 anos	67,33 anos	0,50
<b>Dimensão Educação</b>			<b>1</b>
Taxa de analfabetismo	13,63%	0%	0,33
Expectativa de anos de estudo	12 anos	0 anos	0,33
Pessoas com 25 anos ou mais com curso superior completo	50%	0%	0,33
<b>Dimensão Renda</b>			<b>1</b>
Renda <i>per capita</i>	R\$ 4.033,00	R\$ 8,00	0,50
Índice de Gini	1	0	0,50
<b>Dimensão Infância e Adolescência</b>			<b>1</b>
Percentual de 0 a 5 anos na escola	73,82%	6,48%	0,25
Taxa de frequência líquida ao fundamental	100%	0%	0,25
Taxa de frequência líquida ao médio	100%	0%	0,25
Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor	59,04%	0%	0,25
<b>Dimensão Condições Habitacionais</b>			<b>1</b>
Domicílios com abastecimento de água potável	100%	44%	0,33
Domicílios com esgoto sanitário adequado	100%	54%	0,33
Moradias precárias	45,69%	0%	0,33

Elaboração dos autores.

## **Como ler o ICV e entender a sua representação cartográfica**

Os indicadores padronizados, os índices das dimensões, bem como o valor assumido pelo ICV de cada uma das 17 regiões de Porto Alegre, foram classificados em cinco categorias, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Valores de corte e classificações do ICV.

<b>Valores</b>	<b>Classificação</b>
0 a 0,199	Péssimo
0,200 a 0,399	Ruim
0,400 a 0,599	Regular
0,600 a 0,799	Bom
0,800 a 1	Ótimo

Elaboração dos autores.

A classificação das condições de vida das 17 regiões de Porto Alegre é representada cartograficamente por meio de uma escala de cor que varia gradualmente do vermelho (piores condições de vida) ao verde (melhores condições de vida), que pode ser visualizada no canto inferior esquerdo de cada mapa.

No que se refere à construção dos indicadores básicos para a elaboração dos índices sintéticos parciais, é importante ainda salientar as limitações existentes quando se pretende estudar unidades espaciais intramunicipais, pois as informações produzidas nesta escala nem sempre estão disponíveis. Dessa forma, como é procedimento comum em estudos desta natureza, os dados secundários utilizados no cálculo dos indicadores básicos são provenientes de instituições oficiais especializadas na produção de

pesquisas socioeconômicas de elevada confiabilidade. Para este trabalho utilizou-se dados elaborados para o Atlas do Desenvolvimento Humano Metropolitano<sup>13</sup> produzido por PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro (FJP) e as informações coletadas pelos questionários aplicados ao Universo e Amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010<sup>14</sup> do IBGE. Além disso, agregaram-se dados provenientes do Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações da Mortalidade (SIM) processados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), cuja produção estatística passa por controle de qualidade e validação pelo Ministério da Saúde.

Como unidades de análise escolheu-se as dezessete Regiões do Orçamento Participativo (ROPs), regionalização político-administrativa aprovada pelo Conselho do Orçamento Participativo em 1997, compatibilizada com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA, Lei Complementar nº 434/1999).

---

<sup>13</sup> Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em 12 dez. 2015.

<sup>14</sup> Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 12 dez. 2015.



## **Índice de Condições de Vida: Dimensões e Variáveis**

Nesta seção, são apresentadas as cinco dimensões do **Índice de Condições de Vida (ICV)** e os indicadores que as compõem, abordando a importância de cada um deles.

### **Dimensão Longevidade**

Nesta dimensão, são avaliadas as possibilidades que as pessoas residentes em determinada região têm de evitar a morte prematura e desfrutar de uma vida longa e saudável. Na análise são combinados dois indicadores: coeficiente de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer. Os indicadores que a compõem apresentam o resultado das condições sociais, de saúde e de salubridade existentes em determinada região. Pode servir também para apontar a necessidade de maiores investimentos em serviços básicos e políticas públicas para melhorar as condições de vida de determinada região.

**Taxa de mortalidade infantil:** Razão entre o somatório do número de óbitos de crianças de até 1 ano pelo total de nascidos vivos no período, multiplicado por 1.000. Este indicador é bastante utilizado nas análises de condições de vida de uma sociedade, por ser influenciado por diversos fatores, dentre os quais se destacam os serviços públicos básicos - água, esgoto e saneamento, bem como a escolaridade materna, a insuficiência de renda e outras condições importantes ao desenvolvimento infantil. Para evitar valores atípicos neste indicador, no cálculo foram consideradas as médias referentes a 5 anos em cada período (1996 a 2000 e 2006 a 2010).

**Classificação:** Melhor quanto menor o valor do indicador.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 9 por mil nascidos vivos (Meta 30 do Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável).

**Limite inferior:** 36,36 por mil nascidos vivos (maior valor observado em bairro de Porto Alegre nos anos analisados).

**Fonte do indicador:** Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

**Fonte dos valores de referência:**

**Limite superior:** Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável. Disponível em: <http://goo.gl/nXb7SQ>. Acessado em 03 mar. 2016.

**Esperança de vida ao nascer:** Número médio de anos que as pessoas nascidas em uma determinada região viverão a partir do nascimento se permanecerem constantes os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período. Este indicador é construído com base no padrão de mortalidade do estado do Rio Grande do Sul, determinado pelas Tabelas de Sobrevivência, desenvolvidas pelo CEDEPLAR/UFMG<sup>15</sup> para cada uma das unidades da federação apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 82,13 anos (maior valor observado em UDH de Porto Alegre nos anos analisados).

---

<sup>15</sup> Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Universidade Federal de Minas Gerais.

**Limite inferior:** 67,33 anos (menor valor observado em UDH de Porto Alegre nos anos analisados).

**Fonte do indicador:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

## **Dimensão Educação**

Nesta dimensão, é avaliado o acesso ao conhecimento dos indivíduos residentes em determinada região. Na análise, são combinados três indicadores: taxa de analfabetismo, expectativa de anos de estudo e o percentual de pessoas com 25 anos ou mais com curso superior completo, para dimensionar o acesso aos capitais cultural e simbólico que detêm os indivíduos residentes.

**Taxa de analfabetismo:** Percentual da população com 15 ou mais anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples.

**Classificação:** Melhor quanto menor o valor do indicador.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 0%

**Limite inferior:** 13,63% (valor observado no Brasil em 2000).

**Fonte do indicador:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

**Expectativa de anos de estudo:** Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 12 anos (Meta 8 do Plano Nacional de Educação - PNE - 2011-2020)

**Limite inferior:** 0 anos

**Fonte do indicador:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

**Fonte dos valores de referência:**

**Limite superior:** Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional da Educação. Disponível em: <http://goo.gl/Lp38xn>. Acessado em 03 mar. 2016.

**Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo:** Razão entre o somatório de indivíduos com 25 ou mais anos de idade com ensino superior completo pelo total de pessoas nesta faixa etária.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 50% (Meta 12 do PNE 2011-2020)

**Limite inferior:** 0%

**Fonte do indicador:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

**Fonte dos valores de referência:**

**Limite superior:** Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional da Educação. Disponível em: <http://goo.gl/Lp38xn>. Acessado em 03 mar. 2016.

## **Dimensão renda**

Nesta dimensão, avalia-se a capacidade dos indivíduos residentes em determinada região de usufruir um padrão de vida digno capaz de lhes assegurar a satisfação de suas necessidades básicas como moradia, alimentação, educação e saúde, entre outras. No entanto, o fato de uma região apresentar um valor elevado para a renda gerada considerando o conjunto de indivíduos que nela residem, não significa que esteja distribuída igualmente entre todos os domicílios, ou que todos indivíduos desfrutem as mesmas condições de vida. Por isso, combinou-se a análise da geração de renda com a desigualdade em sua distribuição. Os indicadores utilizados para compor a dimensão renda são a renda média *per capita* e o Índice de Gini.

**Renda Média *per capita*:** Razão entre o somatório dos rendimentos de todos os indivíduos residentes em determinada região no mês anterior à data do Censo pelo total de indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes. Os valores dos rendimentos foram obtidos a partir das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico em reais de 1º de agosto de 2000, convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010).

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** R\$ 4.033,00 (equivale ao valor da menor renda *per capita* entre os 10% mais ricos residentes na unidade da federação com maior renda média do país no período analisado, o Distrito Federal, limite adotado para o cálculo do IDHM).

**Limite inferior:** R\$ 8,00 (equivalente a aproximadamente US\$ 100 PPC, limite adotado para o cálculo do IDHM).

**Fonte dos valores de referência e indicador:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

**Índice de Gini:** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição da renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0 - quando não há desigualdade e todos os indivíduos apresentam a mesma renda domiciliar *per capita* - a 1, quando a desigualdade é máxima e apenas um indivíduo concentra toda renda. São considerados no cômputo apenas os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes.

**Classificação:** Melhor quanto menor o valor do índice.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 0

**Limite inferior:** 1

**Fonte do indicador:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

**Fonte dos valores de referência:** Limites teóricos do índice.

## **Dimensão Infância e Adolescência**

Nesta dimensão, são avaliadas as condições de acesso de crianças e adolescentes residentes em determinada região ao capital cultural e simbólico da sociedade em que vivem. Esta dimensão é analisada através de três indicadores: Percentual de 0 a 5 anos na escola, Taxa de frequência líquida ao fundamental, Taxa de frequência líquida ao médio. Além disso, incluiu-se, ainda, um indicador de vulnerabilidade social para avaliar condições socioeconômicas que incidem negativamente sobre o desenvolvimento infanto-juvenil e tendem a manter a reprodução da pobreza: o percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade.

**Percentual de 0 a 5 anos na escola:** Razão entre a população de 0 a 5 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100<sup>16</sup>.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Fonte do indicador:** Plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil / Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 73,82%

**Limite inferior:** 6,48%

---

<sup>16</sup> A Educação Infantil destinava-se à faixa etária de 0 a 6 anos em 2000, tendo sido legalmente alterada durante o período deste estudo, sendo a faixa etária de 0 a 5 anos considerada adequada a esse nível em 2010. Com os indicadores recalculados para 2000 pela FJP para a plataforma fonte, este problema da diferença etária foi contabilizado adequando-se os valores dos índices à realidade da distribuição etária por nível de 2010.

**Fonte dos valores de referência para os indicadores:** definição dos autores a partir do melhor e pior valor observado em Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) de Porto Alegre nos anos analisados.

**Taxa de frequência líquida ao fundamental:** Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado ou não seriado, Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivos do ensino fundamental, ou que já tenham concluído esse nível de ensino e a população total dessa mesma faixa etária, multiplicada por 100. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola ou classe de alfabetização foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental<sup>17</sup>.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Fonte do indicador:** Plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil / Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 100%

**Limite inferior:** 0%

**Fonte dos valores de referência para os indicadores:** Plano Nacional de Educação - PNE (Meta 2 – Ensino Fundamental). <http://goo.gl/Afg69e>. Acesso em 16/03/2016.

---

<sup>17</sup> Em 2000, o Ensino Fundamental era destinado à população na faixa etária de 7 a 14 anos completa. Já em 2010, abrangia a população na faixa etária de 6 a 14 anos completa. Com os indicadores recalculados para 2000 pela FJP para a plataforma fonte, este problema da diferença etária foi contabilizado adequando os valores dos índices.



**Taxa de frequência líquida ao médio:** Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio regular seriado ou não seriado, Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivos do ensino médio, ou que já tenham concluído esse nível de ensino e a população total dessa mesma faixa etária, multiplicada por 100. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino<sup>18</sup>.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Fonte do indicador:** Plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil / Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 100% (Meta 3 do PNE 2011-2020).

**Limite inferior:** 0%

**Fonte dos valores de referência para os indicadores:** Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do PNE. <http://goo.gl/dLX3oI>. Acesso em 16/03/2016.

**Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor:** Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho com idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes da família, multiplicado por 100. No cálculo do indicador são considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

---

<sup>18</sup> Tanto em 2000 quanto em 2010 à faixa etária de 15 a 17 anos é o recorte da população em idade apta a cursar o Ensino Médio.

**Classificação:** Melhor quanto menor o valor do indicador.

**Fonte do indicador:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 0%

**Limite inferior:** 59,04% (menor valor observado em UDH de Porto Alegre nos anos analisados).

## **Dimensão Condições Habitacionais.**

Nesta dimensão, é avaliado o acesso dos domicílios de determinada região aos serviços de saneamento básico, que são fundamentais para a saúde da população em áreas urbanas densamente habitadas. Avalia-se, também, o acesso à moradia em condições de habitabilidade e infraestrutura urbana adequada.

**Domicílios com abastecimento de água potável:** Razão entre o número de domicílios de determinada região que contam com abastecimento de água pela rede geral do município pelo total de domicílios da região.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Fonte do indicador:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos 2000 e 2010.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 100%

**Limite inferior:** 44% (Média mundial em 1995)

**Fonte dos valores de referência para os indicadores:** 25 Years Progress on Sanitation and Drinking Water: 2015 Update and MDG Assessment. Disponível em: <http://goo.gl/Syqvmc>. Acesso em: 08 mar. 2016.

**Esgoto adequado:** Razão entre o número de domicílios de determinada região com esgotamento sanitário através de fossa séptica, rede geral de esgoto ou esgoto pluvial pelo total de domicílios da região.

**Classificação:** Melhor quanto maior o valor do indicador.

**Fonte do indicador:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos 2000 e 2010.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 100%

**Limite inferior:** 54% (Média mundial em 1995)

**Fonte dos valores de referência para os indicadores:** 25 Years Progress on Sanitation and Drinking Water: 2015 Update and MDG Assessment. Disponível em: <http://goo.gl/Syqvmc>. Acesso em: 08 mar. 2016.

**Moradias precárias:** Razão entre o número de domicílios de determinada região em área de domicílios precários pelo total de domicílios na região. Como critério de área de domicílios precários, foi utilizada a classificação do IBGE de aglomerado subnormal, que é *“o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.”*

**Classificação:** Melhor quanto menor o valor do indicador.

**Fonte do indicador:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos 2000 e 2010.

**Valores de referência:**

**Limite superior:** 0%

**Limite inferior:** 45,69% (menor valor observado em Área de Expansão Demográfica (AED) de Porto Alegre nos anos analisados).

## **OS ÍNDICES QUE MOSTRAM AS CONDIÇÕES DE VIDA EM PORTO ALEGRE**

Neste capítulo, são apresentadas as condições de vida da população porto-alegrense nos anos de 2000 e 2010, tendo como unidade de análise as 17 Regiões do Orçamento Participativo (ROPs)<sup>19</sup> e a cidade.

A territorialização adotada neste estudo principiou a ser estabelecida no final dos anos de 1980, quando o Município de Porto Alegre implantou o Orçamento Participativo para a discussão do destino dos recursos públicos municipais com a participação da população. Este processo, surgido após o término da ditadura militar no contexto da redemocratização do País e seus posteriores desenvolvimentos, levaram inicialmente a uma discussão em cinco regiões passando, a seguir, para a divisão da cidade em 16 regiões sociopolíticas e administrativas que resultaram de debate entre o Conselho do Orçamento Participativo (COP), os Conselhos Populares, Fóruns de Entidades e comunidades de Porto Alegre.

*[..] mais do que uma medida físico-territorial, a nova regionalização orientou-se por critérios de respeito á identidade histórica e social existente no espaço urbano [..]*  
(FEDOZZI, 2000, p. 118)<sup>20</sup>.

De acordo com a regionalização adotada em 1998, aprovada pelo COP em 1997, os 83 bairros oficiais e não oficiais que formam o

---

<sup>19</sup> Neste trabalho as denominações Regiões do Orçamento Participativo, ROPs, territórios da cidade, regionais e regiões político-administrativas de Porto Alegre são tomadas como sinônimos e estarão sempre referidas à mesma territorialização.

<sup>20</sup> FEDOZZI, Luciano. O Poder da Aldeia. Gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

conjunto da cidade foram distribuídos em 16 regiões (ROPs), segundo critérios de uso social e de organização política do movimento comunitário. Esta divisão em regiões foi compatibilizada, também, com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA, Lei Complementar nº 434/00). A única alteração ocorrida nesta regionalização implantada há 17 anos foi a separação, em 2007, da Região Ilhas da Região Humaitá/Navegantes/Ilhas.

## **O Índice de Condições de Vida (ICV) das Regiões do Orçamento Participativo e de Porto Alegre**

As condições de vida nas 17 Regiões do Orçamento Participativo são examinadas neste estudo focando os anos de 2000 e 2010 em que foram realizados censos demográficos, permitindo identificar continuidades e modificações socioeconômicas ocorridas nos distintos territórios da cidade no final de duas décadas. Para isso, construiu-se o Índice de Condições de Vida (ICV) baseado na investigação de cinco dimensões – Longevidade, Educação, Renda, Infância e Adolescência, e Condições Habitacionais. Para a compreensão das condições de vida das 17 ROPs e a análise empreendida apresentamos, no Apêndice 1, a distribuição da população porto-alegrense por bairros e Regiões do Orçamento Participativo nos anos de 2000 e 2010.

Com base nesta distribuição da população de Porto Alegre em 17 Regiões do Orçamento Participativo, exhibe-se no Quadro 1, a classificação obtida no Índice de Condições de Vida (ICV), comparando-se os resultados observados nas décadas que finalizam em 2000 e 2010.

Quadro 1 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida, 2000 e 2010.

Classificação	2000		2010	
	Região	Valor	Região	Valor
<b>Ótimo</b>	Centro	0,844	Centro	0,898
			Noroeste	0,826
<b>Bom</b>			Sul	0,754
			Centro Sul	0,710
	Noroeste	0,756	Cristal	0,698
	Sul	0,662	Eixo-Baltazar	0,689
	Centro Sul	0,633	Leste	0,675
	Cristal	0,624	Humaitá / Navegantes	0,652
	Eixo-Baltazar	0,617	Partenon	0,640
			Norte	0,626
			Glória	0,602
		Extremo-Sul	0,600	
<b>Regular</b>	Partenon	0,580		
	Leste	0,571		
	Norte	0,569	Cruzeiro	0,593
	Humaitá / Navegantes	0,559	Restinga	0,591
	Glória	0,536	Lomba do Pinheiro	0,556
	Cruzeiro	0,513	Ilhas	0,483
	Extremo-Sul	0,497	Nordeste	0,466
	Restinga	0,494		
	Lomba do Pinheiro	0,462		
<b>Ruim</b>	Nordeste	0,367		
	Ilhas	0,354		
<b>Péssimo</b>				

Elaboração dos autores.

Conforme se observa no Quadro 1, a ROP Centro tanto em 2000 quanto em 2010 mostra ICV classificado como “ótimo”, apontando condições de vida relativamente melhores em relação ao restante das ROPs. Além disso, constata-se também que a Região Noroeste avançou durante a década que iniciou em 2000, aumentando seu ICV de 0,756 para 0,826 em 2010, o que a fez transitar da classificação de “bom” ICV para “ótimo” neste último ano.

As ROPs Sul, Cristal, Centro Sul e Eixo Baltazar permaneceram com ICV classificado como “bom”, posição que já desfrutavam em 2000, mas evidenciou-se que as quatro regiões melhoraram as suas condições de vida. O ICV da ROP Sul passou de 0,662 em 2000 para 0,754 em 2010, o da ROP Cristal de 0,624 em 2000 para 0,698 em 2010, o da ROP Centro Sul de 0,633 para 0,710 e o da ROP Eixo

Baltazar de 0,617 elevou-se para 0,689 em 2010. De outro lado, as ROPs Humaitá/Navegantes, Partenon, Norte, Leste, Glória e Extremo Sul que em 2000 exibiam ICV classificado na categoria “regular”, deslocaram-se para a classificação de “bom” ICV em 2010. Assim, a ROP Humaitá/Navegantes transitou de um ICV de 0,559 em 2000 para 0,652 em 2010, ao passo que a ROP Partenon passou de 0,580 para 0,640, a ROP Norte de 0,569 para 0,626, a ROP Leste de 0,571 para 0,675, a ROP Glória de 0,536 para 0,602 e a ROP Extremo Sul de 0,497 para 0,600 em 2010.

A posição “regular” do ICV seguiu sendo ocupada pelas ROPs Cruzeiro, Restinga e Lomba do Pinheiro em 2010. Contudo, embora permanecendo na mesma classificação no ICV geral constatou-se crescimento no valor dos índices apresentados por estas regiões, indicando melhoria relativa das condições de vida das famílias e indivíduos que nelas residem. Assim, em 2010, a ROP Cruzeiro passou de 0,513 para 0,593, a Restinga de 0,494 para 0,591, a Lomba do Pinheiro de 0,462 para 0,556. Destaque-se que as ROPs Ilhas e Nordeste, que em 2000 atingiam valores do ICV classificados como “ruim”, demonstraram melhoria em suas condições de vida, transitando de 0,354 para 0,483 em 2010, e de 0,367 para 0,466, respectivamente, ascendendo então à categoria “regular” no ICV geral. Deste modo, nenhuma região se enquadrou nas classificações “ruim” ou “péssimo” do ICV geral em 2010.

Cabe chamar a atenção para o fato de que, de acordo com os critérios de classificação do ICV adotados no presente estudo, nenhuma Região do Orçamento Participativo apresentou ICV geral classificado como “péssimo” tanto em 2000 quanto em 2010, ainda que, como veremos a seguir, o desempenho de algumas ROPs nos indicadores básicos de algumas dimensões tenha se enquadrado nesta categoria.

Vejam, agora, como se configura o desempenho das 17 ROPs conforme sua classificação no ICV geral, em relação ao número de regiões e contingente populacional que as compõem.



Tabela 3 - Distribuição das Regiões do Orçamento Participativo segundo classificação no ICV, número de regiões e população compreendida, 2000 e 2010.

Classificação no ICV	2000			2010		
	Número de regiões	População	% da população total	Número de regiões	População	% da população total
Ótimo	1	266.896	19,61	2	407.609	28,92
Bom	5	430.971	31,67	10	767.726	54,47
Regular	9	626.038	46,01	5	234.016	16,60
Ruim	2	36.685	2,69	0	0	0
Péssimo	0	0	0	0	0	0

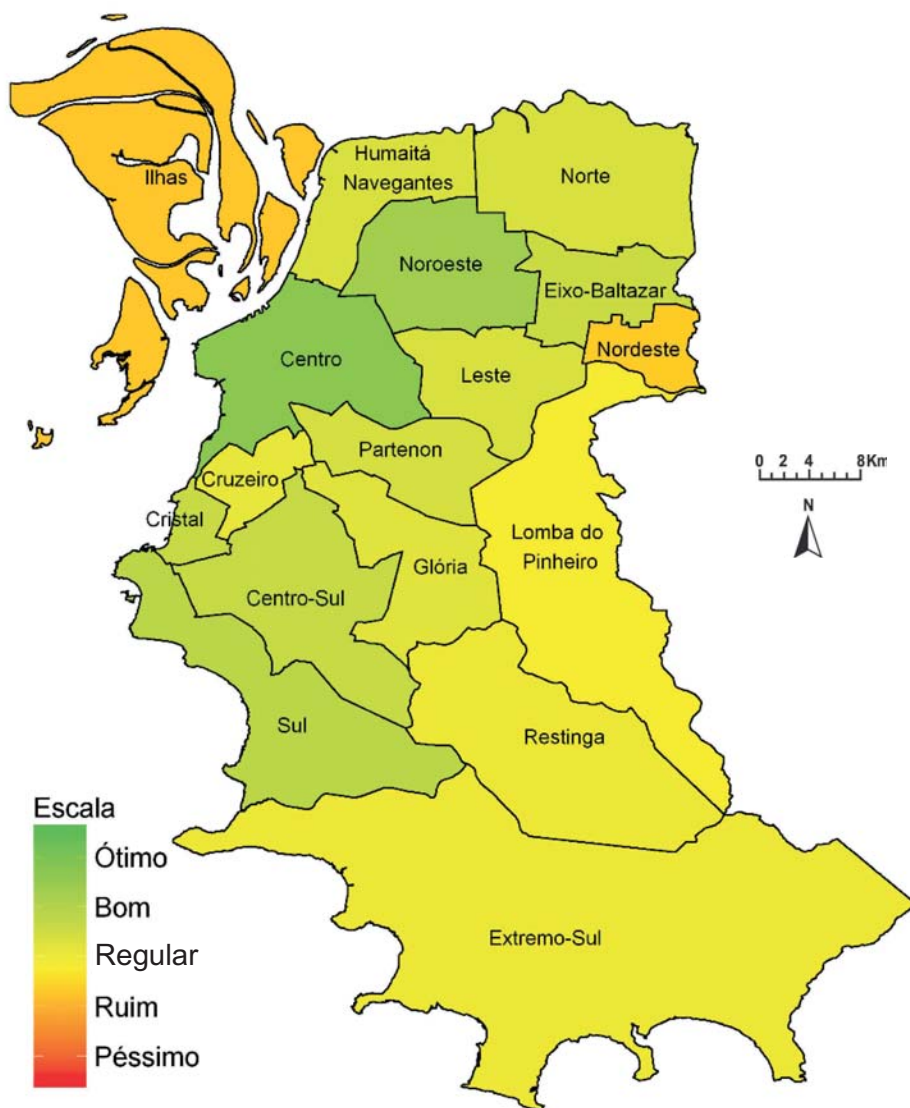
Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010 IBGE.  
Elaboração dos autores.

Os resultados encontrados na comparação do ICV geral nos anos de 2000 e 2010 indicam que houve melhoria nas condições de vida da população porto-alegrense em todas as 17 Regiões do Orçamento Participativo, quando avaliadas por meio dos indicadores selecionados para este trabalho. Desse modo, se na década finalizada em 2000, 6 regiões e 51,28% da população desfrutavam de condições de vida que se enquadravam nas classificações “ótimo/bom”, na década que se encerrou em 2010, 12 regiões e 83,40% da população classificaram-se nestas duas categorias.

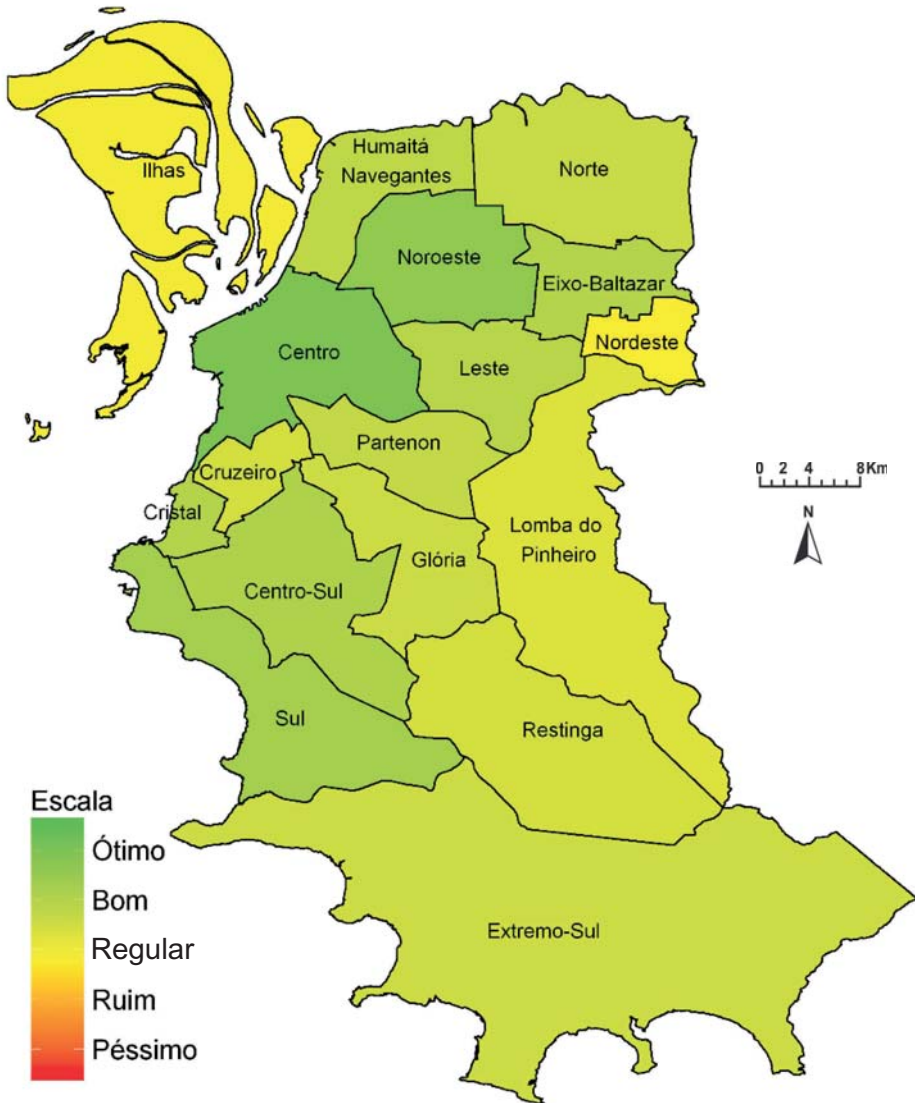
De outro lado, se em 2000 46,01% da população se encontravam em uma condição de vida “regular” em Porto Alegre, em 2010, constata-se que houve decréscimo da população nesta situação, passando a 5 regiões e 16,60% do contingente populacional, devido aos avanços sociais experimentados na década que finaliza neste último ano.

A seguir, apresenta-se a representação cartográfica do desempenho das 17 ROPs no ICV geral nas décadas finalizadas em 2000 e 2010.

**Mapa 1** - ICV geral das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.



**Mapa 2-** ICV geral das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



O ICV Geral da cidade de Porto Alegre, tanto em 2000 quanto em 2010, ficou classificado como “bom”, conforme os critérios definidos no presente estudo. O ICV Geral da cidade passou de 0,619 para 0,683, o que representou uma variação positiva de 10,36%.

Quanto às dimensões:

- O ICV Longevidade em 2000 era igual a 0,597, o que o classificava como “regular”. Em 2010, o ICV desta dimensão foi para 0,767, passando para “bom”. O ICV apresentou uma variação percentual de 28,51% no índice. Desta forma, foi a dimensão que apresentou a maior variação percentual entre todas, ou seja, a que mais avançou.
- O ICV Educação, em 2000, era igual a 0,668 e igual a 0,722, em 2010, o que a classificava, nos dois períodos analisados, como “bom”. O ICV apresentou uma variação percentual de 8,10%.
- O ICV Renda em 2000 era igual a 0,373, o menor valor encontrado entre as dimensões e períodos, o que o classificava como “ruim”. Ressalta-se que foi a única dimensão que apresentou esta classificação. Já em 2010, o ICV passou para 0,417, passando para a classificação “regular”. O ICV apresentou uma variação percentual de 11,95%.
- O ICV Infância e Adolescência, em 2000, era igual a 0,523, o que o classificava como “regular” e passou, em 2010, para 0,634 alcançando a classificação “bom”. O ICV apresentou uma variação percentual de 8,10%.
- O ICV Condições habitacionais, tanto em 2000 quanto em 2010, é classificado como “ótimo”. No entanto, foi a única dimensão que apresentou variação negativa: passou de 0,933, em 2000 para 0,874 em 2010, o que representou uma variação de -6,33%.”

## **DIMENSÃO LONGEVIDADE**

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena, assim, ampliar as oportunidades para as pessoas evitarem a morte prematura e proporcionar um ambiente saudável em que tenham oportunidade de viver mais e com mais qualidade de vida torna-se ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado e uma forma de analisar o desenvolvimento. Uma vida longa e saudável é, certamente, resultado de boas condições de vida. Neste trabalho, como detalhado anteriormente, utilizou-se o **Coefficiente de mortalidade infantil** e a **Esperança de vida ao nascer** como indicadores para a dimensão longevidade do ICV. Vejamos o comportamento desses indicadores.

### **Coefficiente de mortalidade infantil**

A importância desse indicador deve-se ao fato de que a diminuição do número de óbitos infantis pode representar a ampliação do acesso, especialmente das mulheres, aos serviços de saúde, educação, assistência social e saneamento básico adequado. Essa ampliação pode ser resultado da melhoria das condições de vida dos cidadãos, bem como, reflete, de modo geral, o desenvolvimento socioeconômico de uma nação.

O Brasil comprometeu-se com a redução desse indicador nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, deste modo o país deveria, em 2015, apresentar mortalidade infantil abaixo de 17,9 óbitos por mil nascidos vivos. De fato, a taxa de mortalidade infantil se encontra em declínio no país, passando de 30,57 em 2000 para 16,70 em 2010 - o que correspondeu a uma queda de 45,37% no período e indica a superação da meta proposta

nas Metas do Milênio. O mesmo fenômeno se repetiu no estado do Rio Grande do Sul, cuja mortalidade infantil passou de 16,71 em 2000 para 12,38 óbitos, em 2010 - representando uma redução de 25,91% na última década - e em Porto Alegre, onde a mortalidade era de 15,37 em 2000 e passou para 11,17 em 2010 - significando uma redução de 27,30%.

Tabela 4 - Coeficiente de mortalidade infantil por mil nascidos vivos no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (por mil)	Índice	Rank	Valor (por mil)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	30,57			16,7		
<b>Rio Grande do Sul</b>	16,71			12,38		
<b>Porto Alegre</b>	15,37			11,17		
<b>Centro</b>	10,17	0,957	1	8,72	1,000	1
<b>Centro Sul</b>	16,16	0,738	10	9,41	0,985	5
<b>Cristal</b>	14,09	0,814	5	8,73	1,000	1
<b>Cruzeiro</b>	15,48	0,763	8	13,02	0,853	15
<b>Eixo-Baltazar</b>	14,26	0,808	6	10,38	0,950	7
<b>Extremo-Sul</b>	13,15	0,848	4	12,14	0,885	13
<b>Glória</b>	15,63	0,758	9	11,51	0,908	11
<b>Humaitá/Navegantes</b>	20,65	0,574	16	11,36	0,914	8
<b>Ilhas</b>	19,32	0,623	14	11,38	0,913	9
<b>Leste</b>	18,81	0,642	13	9,12	0,996	3
<b>Lomba do Pinheiro</b>	16,36	0,731	11	17,10	0,704	17
<b>Nordeste</b>	22,30	0,514	17	16,96	0,709	16
<b>Noroeste</b>	12,75	0,863	3	9,25	0,991	4
<b>Norte</b>	12,06	0,888	2	12,69	0,865	14
<b>Partenon</b>	18,55	0,651	12	11,58	0,906	12
<b>Restinga</b>	19,56	0,614	15	11,45	0,911	10
<b>Sul</b>	14,68	0,792	7	9,65	0,976	6

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

Elaboração dos autores.

A análise dos valores da Tabela 4, onde são apresentados os dados municipais desagregados conforme as Regiões do Orçamento Participativo, mostra que a redução da mortalidade infantil entre os menores de um ano de idade na cidade foi seguida pelos dados intramunicipais. Dentre as 17 ROPs, apenas as Regiões Norte e Lomba do Pinheiro mostraram leve piora nos seus índices.

Em 2000, as duas regiões apresentavam, respectivamente, coeficiente de mortalidade infantil de 12,06 e de 16,36. Em 2010, a Região Norte passou para 12,69 e a Região Lomba do Pinheiro para 17,10. Essa alteração incidiu em uma mudança expressiva na classificação geral do *ranking*. A região Norte, em relação às demais, passou da segunda posição em 2000 para a décima quarta em 2010, enquanto a Região Lomba do Pinheiro passou da décima primeira para a última posição no mesmo período.

As informações da tabela mostram que a Região Centro ocupou a primeira posição, em relação às demais ROPs, tanto em 2000 como em 2010. O Coeficiente de mortalidade em menores de um ano de idade da Região Centro passou de 10,17 em 2000 para 8,72 em 2010, esses valores estão bem abaixo da taxa do País, do Estado e dos países em desenvolvimento (IBGE, 2010)<sup>21</sup>. Ao mesmo tempo, surpreende a melhora da Região Leste que saiu da décima terceira posição, em 2000, e passou para a terceira, em 2010, representando uma redução de 51,52% no número de óbitos no período. Em sentido oposto, o pior valor, como mencionado anteriormente, foi ocupado, em 2010, pela região Lomba do Pinheiro, contudo, esse valor ainda é inferior à meta brasileira prevista para o milênio em 2015 – que é de 17,9 óbitos por nascido vivo – e a taxa atual brasileira – que é 16,7 óbitos.

Outro aspecto importante a ser analisado se refere a uma melhora na desigualdade entre as diferentes regiões, que pode ser observado através do fator de desigualdade<sup>22</sup> do indicador, que passou de 2,19 em 2000 para 1,96 em 2010. Embora a cidade tenha diferenças regionais, fatores como a melhora nas condições de saneamento e abastecimento de água e aumento da escolaridade e renda podem ter contribuído para uma diminuição da diferença entre o melhor e o pior valor para a mortalidade infantil.

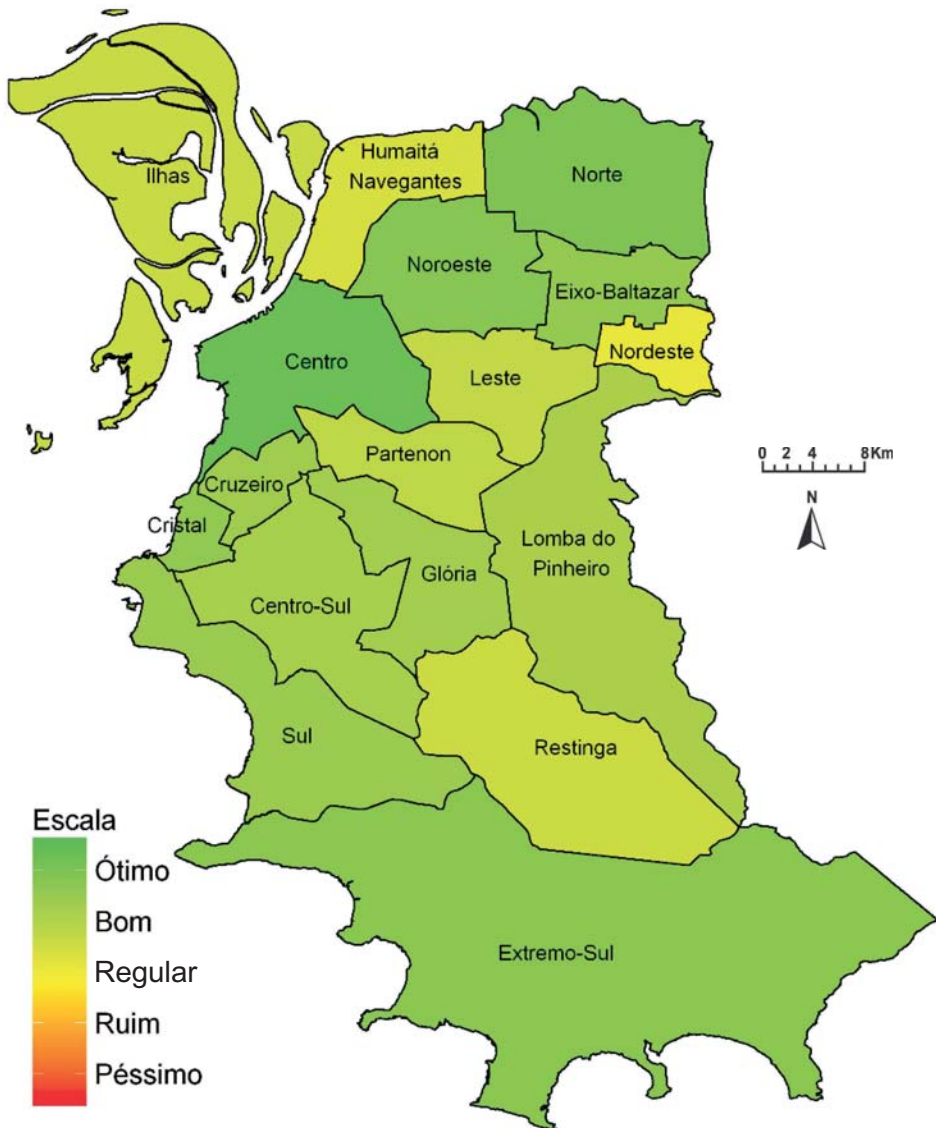
---

<sup>21</sup> IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**. N. 27, Rio de Janeiro: 2010.

<sup>22</sup> Obtido através da divisão do maior valor pelo menor valor observado em cada ano.

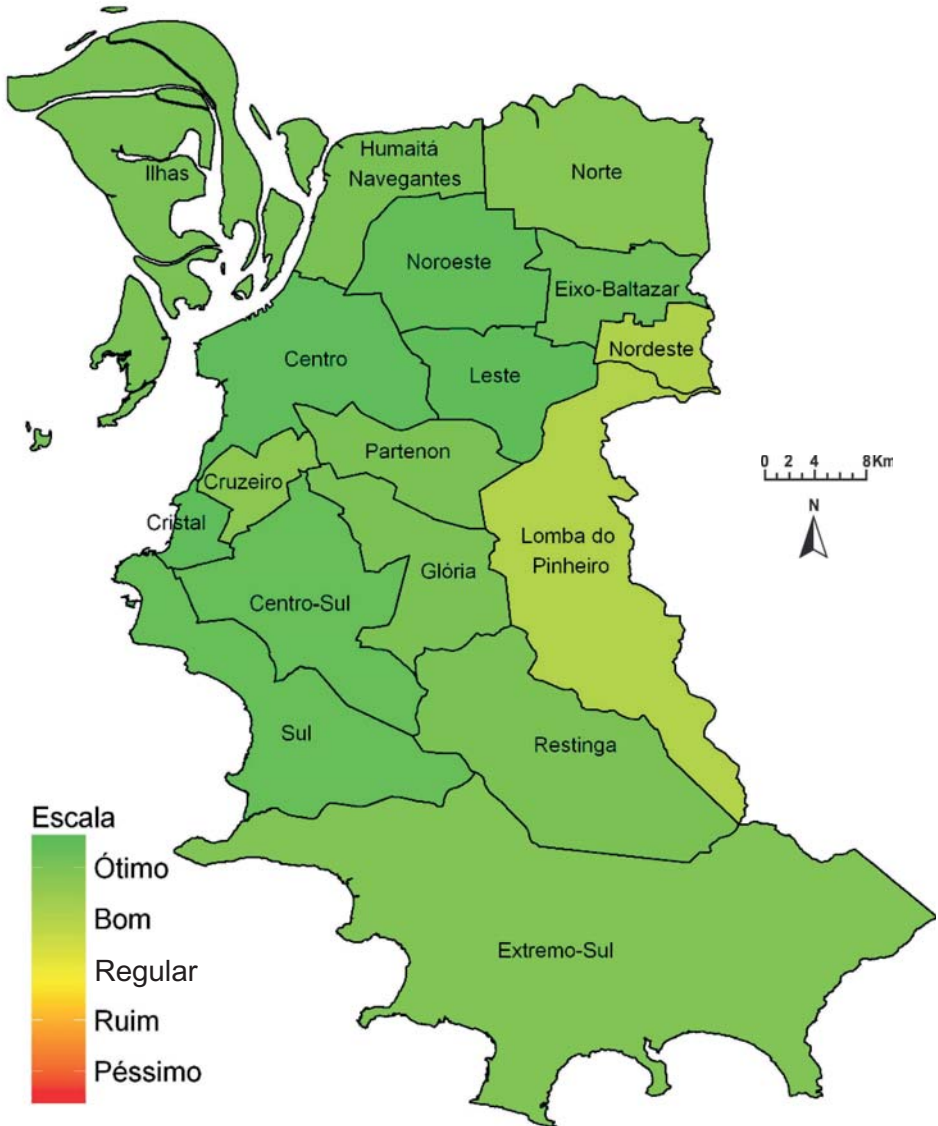


**Mapa 3** - Coeficiente de mortalidade infantil das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.





**Mapa 4** - Coeficiente de Mortalidade Infantil das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



## Esperança de vida ao nascer

Este indicador relaciona-se às condições sociais de uma população, conjecturando o tempo médio de vida das pessoas. Em 2010, refletiu, em seus valores, um expressivo aumento para os nascidos em Porto Alegre. Este acréscimo, também, ocorreu no país, que passou de 68,61 anos em 2000 para 73,94 anos em 2010 e no Estado, passando de 73,22 anos em 2000 para 75,38 anos em 2010. Este comportamento também ocorreu no Município que em 2000 era de 73,65 anos e em 2010 de 76,42. Isso significa que no município, a esperança de vida ao nascer cresceu 2,77 anos na última década. A capital gaúcha manteve, no período investigado, expectativa de vida superior àquela registrada no RS e no Brasil.

Tabela 5 - Esperança de vida ao nascer no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (anos)	Índice	Rank	Valor (anos)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	68,61			73,94		
<b>Rio Grande do Sul</b>	73,22			75,38		
<b>Porto Alegre</b>	73,65			76,42		
<b>Centro</b>	77,88	0,713	1	80,72	0,905	1
<b>Centro Sul</b>	73,98	0,449	6	77,06	0,657	6
<b>Cristal</b>	74,95	0,515	4	78,22	0,736	4
<b>Cruzeiro</b>	73,44	0,413	8	76,07	0,591	8
<b>Eixo-Baltazar</b>	73,23	0,399	9	75,95	0,582	10
<b>Extremo Sul</b>	72,32	0,337	12	75,1	0,525	12
<b>Glória</b>	72,36	0,340	11	75,48	0,551	11
<b>Humaitá/Navegantes</b>	73,17	0,395	10	76,22	0,601	7
<b>Ilhas</b>	69,74	0,163	16	73,27	0,401	15
<b>Leste</b>	74,07	0,455	5	77,42	0,682	5
<b>Lomba do Pinheiro</b>	70,25	0,197	15	73,35	0,407	14
<b>Nordeste</b>	68,28	0,064	17	71,67	0,293	17
<b>Noroeste</b>	76,59	0,626	2	79,8	0,843	2
<b>Norte</b>	72,22	0,330	13	74,95	0,515	13
<b>Partenon</b>	73,62	0,425	7	76,04	0,589	9
<b>Restinga</b>	70,29	0,200	14	73,18	0,395	16
<b>Sul</b>	75,62	0,560	3	78,5	0,755	3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

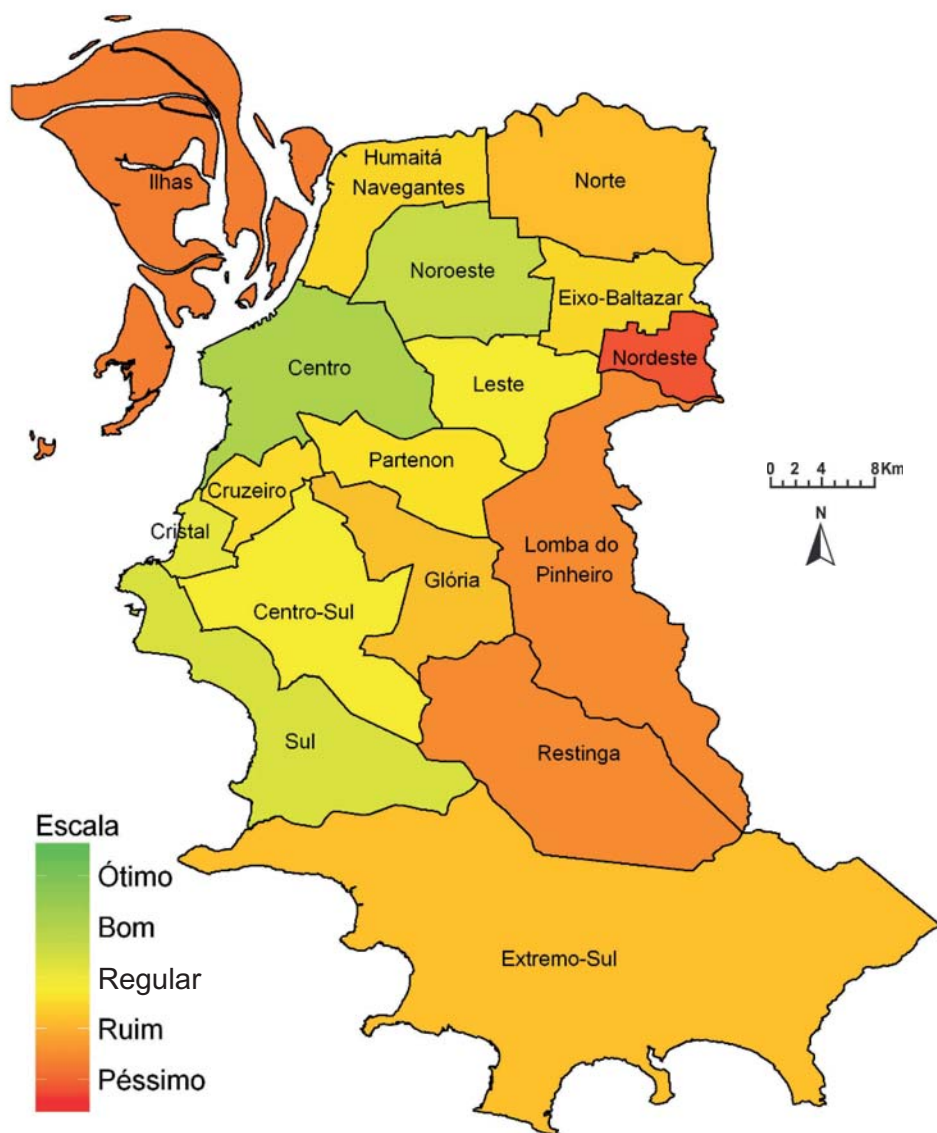
Elaboração dos autores.

O mesmo movimento de ampliação da esperança de vida ocorreu em todas as ROPs, destacando-se naquelas com menor esperança de vida, como foi o caso das Ilhas, da Nordeste e da Lomba do Pinheiro, que passaram, respectivamente, de 69,74 para 73,27 anos, de 68,28 para 71,67 anos e de 70,25 para 73,35 anos em 2000 e 2010. Estas três Regiões encontravam-se em 2000 na condição classificada, conforme os critérios deste estudo, como "péssimo", no entanto, o crescimento ocorrido na década, elevou-as para a classificação "ruim", no caso da Nordeste, e "regular" para as ROPs Ilhas e Lomba do Pinheiro. Ainda que esta passagem se distancie da expectativa de vida "bom" ou "ótimo", o aumento observado colocou-as em condição superior àquela de 2000.

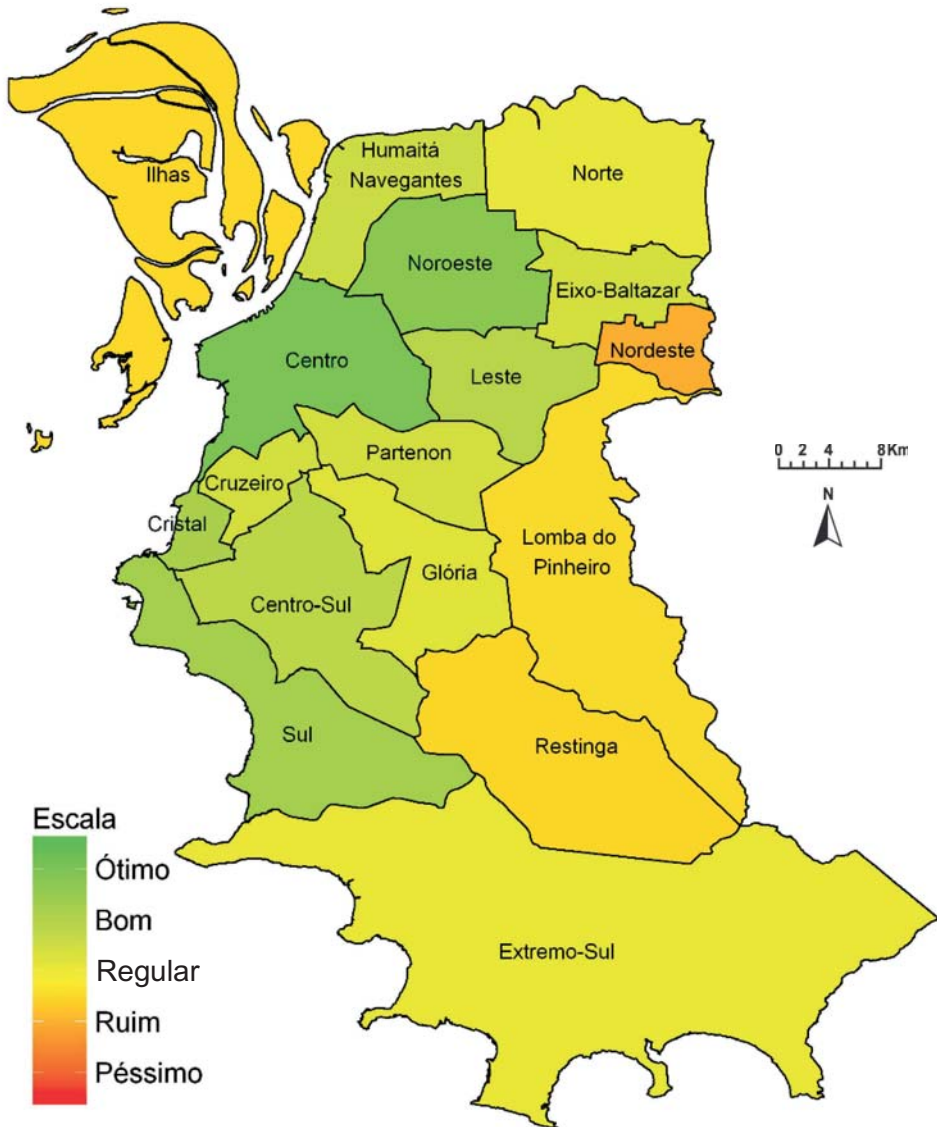
Com exceção das Regiões Restinga, Partenon e Cruzeiro, que permaneceram em uma mesma classe de esperança de vida nos dois anos analisados neste trabalho - "ruim" para a Restinga e "regular" para Partenon e Cruzeiro -, as demais ROPs ascenderam em sua classificação, destacando-se o salto dado pela Região Humaitá/Navegantes que de "ruim" migrou para a classificação "bom" e passou da décima para a sétima posição em relação às demais ROPs. Além disso, salienta-se que em 2010 nenhuma Região do Município registrou expectativa de vida classificada, de acordo com os critérios estabelecidos neste estudo, como "péssimo".

Os nascidos na Região Centro continuam apresentando a melhor expectativa de vida em relação às demais Regiões da Capital; era de 77,88 anos para os nascidos em 2000 e passou para 80,72 para aqueles que nasceram em 2010. Esta Região assim como a Noroeste, apresentou esperança de vida classificada como "ótimo". Em 2000, estas duas ROPs eram as únicas enquadradas na classificação "bom", a melhor observada naquele ano. Em sentido contrário, a Região Nordeste, referida anteriormente pelo seu bom desempenho em relação ao aumento na esperança de vida, registrou tanto em 2000 como em 2010 a menor expectativa de vida do Município.

**Mapa 5** - Esperança de vida ao nascer das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.



**Mapa 6 - Esperança de vida ao nascer das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.**



## ICV Longevidade

A dimensão Longevidade do ICV mostra que ao longo dos últimos dez anos houve uma melhora em todas as Regiões do Orçamento Participativo com alteração em suas posições e índices. Como pode ser observado no Quadro 2, a ROP Centro tanto em 2000 quanto em 2010 apresentava ICV classificado como “ótimo”. Além da Centro, estavam também nesta classificação em 2010 as ROPs Noroeste, Cristal e Sul – cujos ICVs eram classificados como “bom” em 2000 – e as ROPs Leste e Centro Sul – cujos ICVs estavam na classificação “regular” em 2000.

Quadro 2 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Longevidade, 2000 e 2010.

Classificação	2000		2010		
	Região	Valor	Região	Valor	
<b>Ótimo</b>	Centro	0,835	Centro	0,952	
			Noroeste	0,917	
			Cristal	0,868	
			Sul	0,866	
			Leste	0,839	
			Centro Sul	0,821	
<b>Bom</b>	Noroeste Sul Cristal Norte Eixo-Baltazar	0,744 0,676 0,664 0,609 0,603	Eixo-Baltazar	0,766	
			Humaitá/Navegantes	0,757	
			Partenon	0,747	
			Glória	0,729	
			Cruzeiro	0,722	
			Extremo Sul	0,705	
			Norte	0,690	
			Ilhas	0,657	
			Restinga	0,653	
<b>Regular</b>	Centro Sul Extremo Sul Cruzeiro Glória Leste Partenon Humaitá/Navegantes Lomba do Pinheiro Restinga	0,594 0,593 0,588 0,549 0,548 0,538 0,484 0,464 0,407	Lomba do Pinheiro Nordeste	0,555 0,501	
<b>Ruim</b>	Ilhas Nordeste	0,393 0,289			
<b>Péssimo</b>					

Elaboração dos autores.

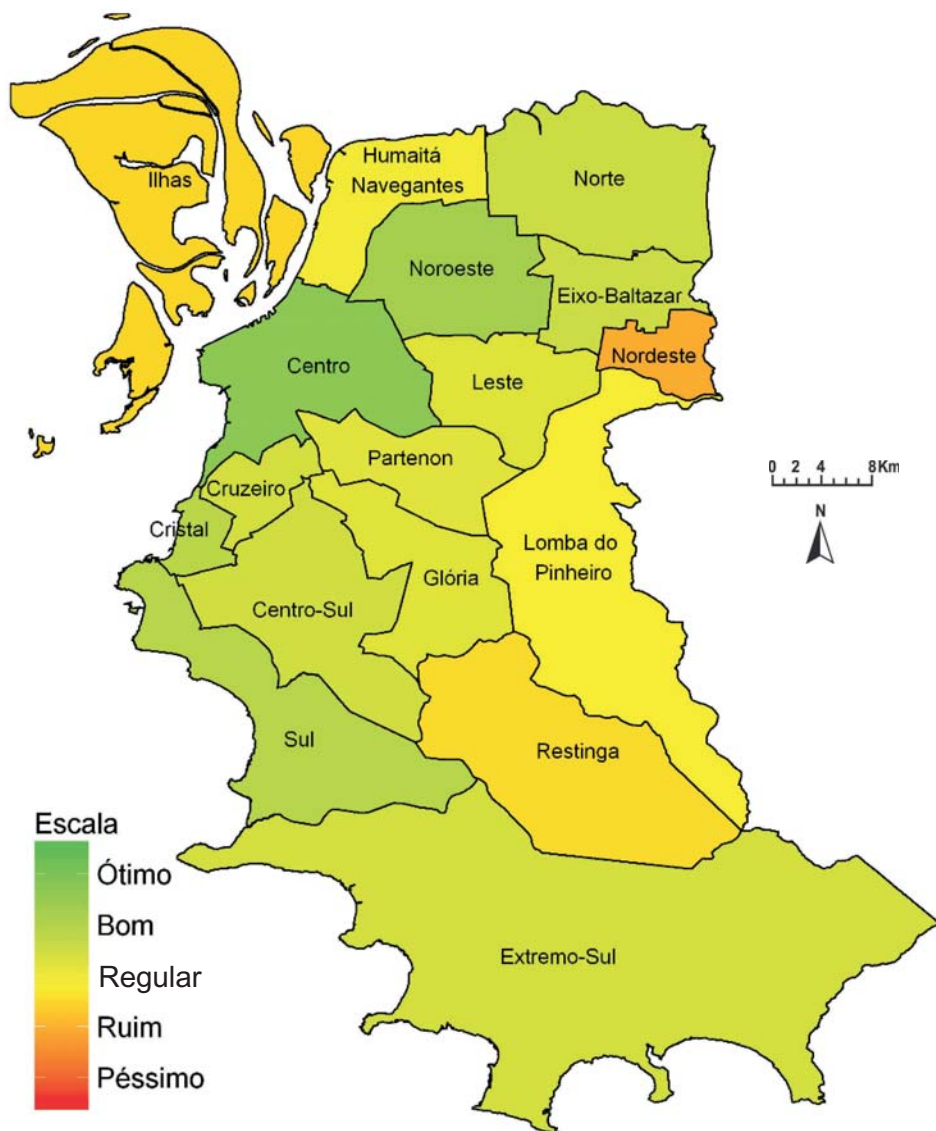
As ROPs Norte e Eixo Baltazar permaneceram com ICV classificado como “bom”, no período de 2000 e 2010. Contudo, o ICV destas regiões foi ampliado passando a ROP Norte de 0,609 para 0,690 e a Eixo Baltazar de 0,603 para 0,766. Diferentemente, as ROPs Extremo-Sul, Cruzeiro, Glória, Partenon, Humaitá/Navegantes, que em 2000 ocupavam a classificação “regular”, mudaram para “bom”. Cabe destacar a mudança de classificação da ROP Ilhas, que em 2000 foi classificada como “ruim” e em 2010 como “bom”, aumentando seu índice de 0,393 em 2000 para 0,657 em 2010. A ROP Lomba do Pinheiro seguiu na posição “regular” em 2000 e 2010, embora seu índice tenha obtido leve melhora ao passar de 0,464 em 2000 para 0,555 em 2010. Por fim, a ROP Nordeste também registrou melhora na década passando da classificação “ruim”, com índice de 0,289, para “regular” em 2010, com índice de 0,501.

De um total de 17 ROPs, no ano de 2010, nenhuma ocupou a posição “péssimo” nem “ruim”. Apenas duas, a Região Lomba do Pinheiro e a Nordeste, permaneceram na condição “regular”, indicando a necessidade de investimentos em políticas públicas que melhorem suas posições.

A análise final do ICV Longevidade em Porto Alegre no período 2000-2010 demonstra uma melhora nas condições de vida da população em termos de redução da mortalidade infantil e aumento da esperança de vida ao nascer. Essa melhora pode ser atribuída a fatores como ampliação da renda, dos níveis de escolaridade, das condições de saneamento e saúde da população, especialmente das mulheres, embora as regiões Lomba e Nordeste exijam maior atenção do conjunto das políticas municipais.

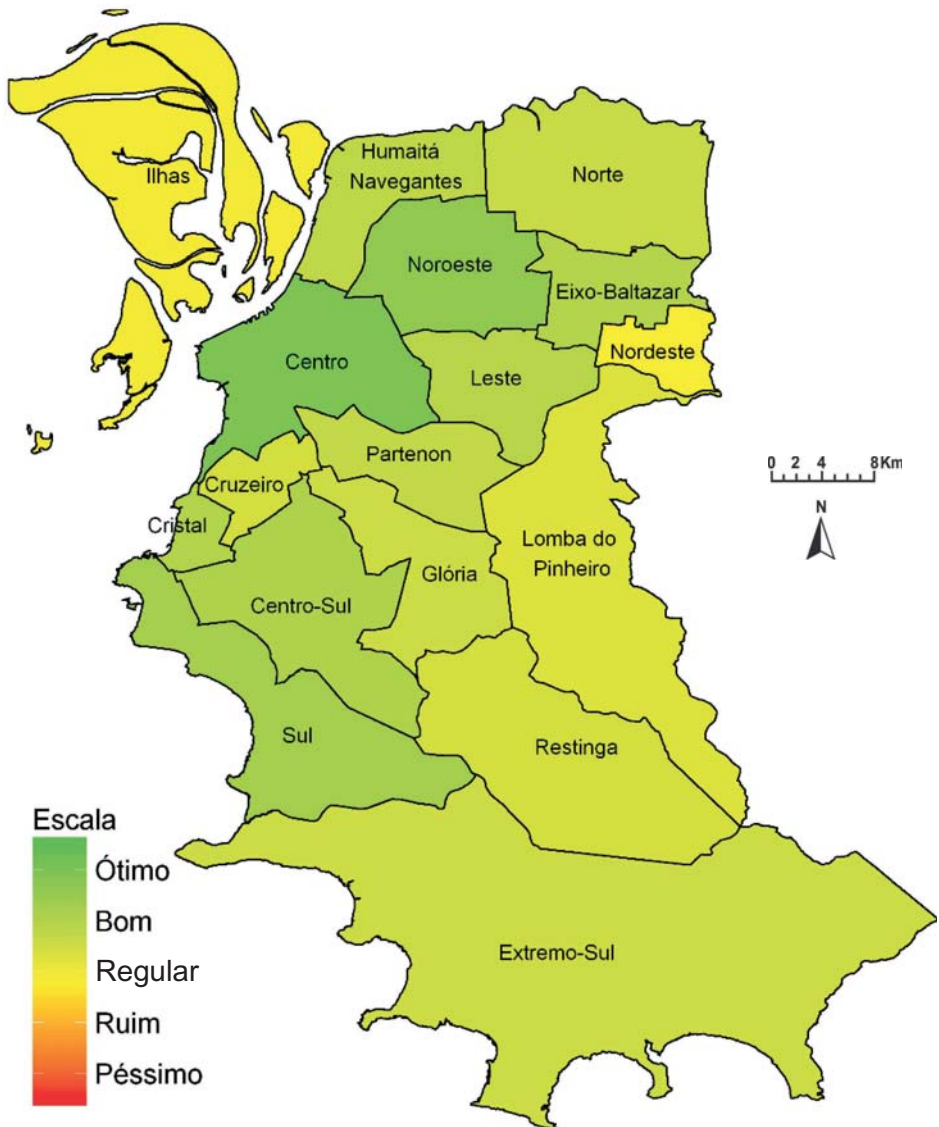


**Mapa 7 - ICV da dimensão Longevidade das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.**





**Mapa 8 -** ICV da dimensão Longevidade das Regiões do Orçamento Participativo em **2010**.



## DIMENSÃO EDUCAÇÃO

A educação repercute diretamente nos hábitos de saúde, na inserção profissional e nos níveis salariais, bem como nas oportunidades de mobilidade social, sendo fundamental para a autonomia e autoestima dos indivíduos e à sua plena inserção social (IBGE, 2015)<sup>23</sup>. Por isso, é constante foco de ação de políticas públicas.

A dimensão educação reúne três indicadores que exibem os reflexos da ausência ou reduzido grau de estudo; a permanência ou tempo de acesso e conclusão de ensino básico em idade adequada; e a continuidade, ou não, de estudos até a conclusão do curso superior, sendo estes respectivamente a **Taxa de Analfabetismo**, a **Expectativa de Anos de Estudo** e o **Percentual de Pessoas com 25 anos ou mais com Ensino Superior Completo**.

### Taxa de analfabetismo

O Brasil chegou ao ano 2000 com 13,63% de analfabetos<sup>24</sup>, declinando a participação destes na população a 9,10% em 2010. A redução do número de pessoas analfabetas em uma determinada população não é tarefa fácil e tem sido colocada como meta em diversos países, estados e municípios. Provavelmente, por esse motivo, este clássico indicador educacional serve como balizador no

---

<sup>23</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2015*. Disponível em: </www.ibge.gov.br>. Acesso em 17 fev. 2016.

<sup>24</sup> Pessoas com 15 anos ou mais de idade.

monitoramento de resultados e avaliação das políticas educacionais e das condições de vida da população.

**Tabela 6 - Taxa de analfabetismo no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.**

Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	13,63			9,61		
<b>Rio Grande do Sul</b>	6,65			4,52		
<b>Porto Alegre</b>	3,45			2,27		
<b>Centro</b>	0,80	0,941	1	0,38	0,972	1
<b>Centro Sul</b>	3,27	0,760	4	2,49	0,817	6
<b>Cristal</b>	3,62	0,734	6	2,42	0,822	5
<b>Cruzeiro</b>	6,26	0,541	13	4,12	0,698	14
<b>Eixo-Baltazar</b>	2,64	0,806	3	2,18	0,840	4
<b>Extremo-Sul</b>	7,53	0,448	15	4,16	0,695	15
<b>Glória</b>	5,72	0,580	11	3,65	0,732	12
<b>Humaitá/Navegantes</b>	3,89	0,715	7	3,14	0,770	10
<b>Ilhas</b>	11,52	0,155	17	4,63	0,660	16
<b>Leste</b>	4,41	0,676	9	3,13	0,770	9
<b>Lomba do Pinheiro</b>	6,84	0,498	14	3,97	0,709	13
<b>Nordeste</b>	7,58	0,444	16	4,74	0,652	17
<b>Noroeste</b>	1,45	0,894	2	0,99	0,927	2
<b>Norte</b>	5,03	0,631	10	3,48	0,745	11
<b>Partenon</b>	4,20	0,692	8	3,12	0,771	7
<b>Restinga</b>	6,04	0,557	12	3,12	0,771	7
<b>Sul</b>	3,27	0,760	4	1,58	0,884	3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).  
Elaboração dos autores.

A Tabela 6 mostra que em todas as Regiões do Orçamento Participativo houve diminuição das taxas de analfabetismo no período considerado, ocorrendo os decréscimos mais significativos nas ROPs Extremo Sul, Ilhas, Lomba do Pinheiro, Nordeste e Restinga.

Estas regiões sobressaiam em 2000 por exibirem taxas de analfabetismo bastante elevadas. Em 2010, mesmo tendo se evidenciado melhora em relação aos valores apresentados no ano de 2000, seguem apresentando as taxas mais elevadas da cidade. No entanto, as ROPs mostram maior homogeneidade quanto à alfabetização, tendo declinado a distância existente entre elas.

A redução em 1,18 pontos percentuais na taxa de analfabetismo de Porto Alegre, de 3,45% em 2000 para 2,27% em 2010, refletiu-se de modo semelhante nas 17 ROPs em consonância com o desempenho deste indicador no Estado e no País. Quando comparada às demais capitais brasileiras, a taxa de analfabetismo porto-alegrense em 2010 ocupa a terceira posição, ficando atrás apenas de Curitiba (2,09%) e Florianópolis (1,94%). Não podemos esquecer, no entanto, que em 1991, com uma taxa de analfabetismo de 4,9%, o município de Porto Alegre encontrava-se na vanguarda no que tange à alfabetização de sua população<sup>25</sup>, declinando como mencionado anteriormente, para a terceira posição entre as capitais em 2010.

O analfabetismo está concentrado nas camadas mais idosas da população (pessoas com 65 anos e mais) especialmente nos estratos de menor renda. Embora tenha ocorrido redução da taxa de analfabetismo entre os idosos em Porto Alegre, que declinou de 8,8% em 2000, para 5,5% em 2010, permanece sendo elevada em comparação às demais faixas etárias da população. Isso aponta um desafio à meta de erradicação do analfabetismo na cidade, pois este segmento populacional encontra diversos obstáculos de acesso à educação devido às limitações próprias da idade (doenças, dificuldade de locomoção, desestímulo, entre outros).

---

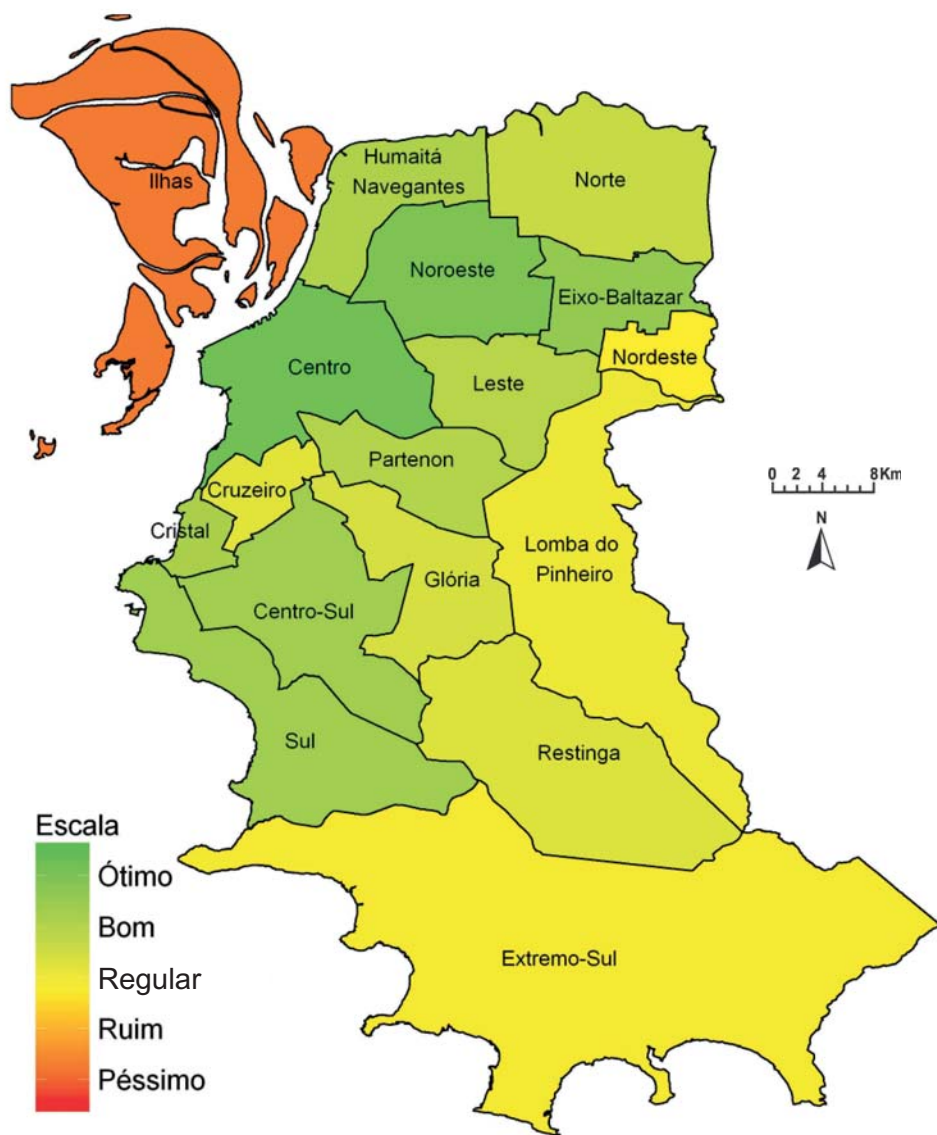
<sup>25</sup> O Ranking da Taxa de Analfabetismo das capitais brasileiras, comparativo 1991, 2000 e 2010, pode ser verificado através do aplicativo Porto Alegre em Análise no comparativo entre cidades. Disponível em: < [http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?cidades=8\\_131](http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?cidades=8_131)>.

Cabe ainda lembrar que o Plano Nacional da Educação (PNE)<sup>26</sup> para o decênio 2011-2020 atenta para este problema através da Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da década. Porto Alegre já atingiu a primeira etapa desta meta quanto à alfabetização, mas talvez não consiga erradicar o analfabetismo até 2020. Para que isto seja possível, um contingente aproximado de 26 mil pessoas precisaria ser alfabetizado em quatro anos (2016-2020).

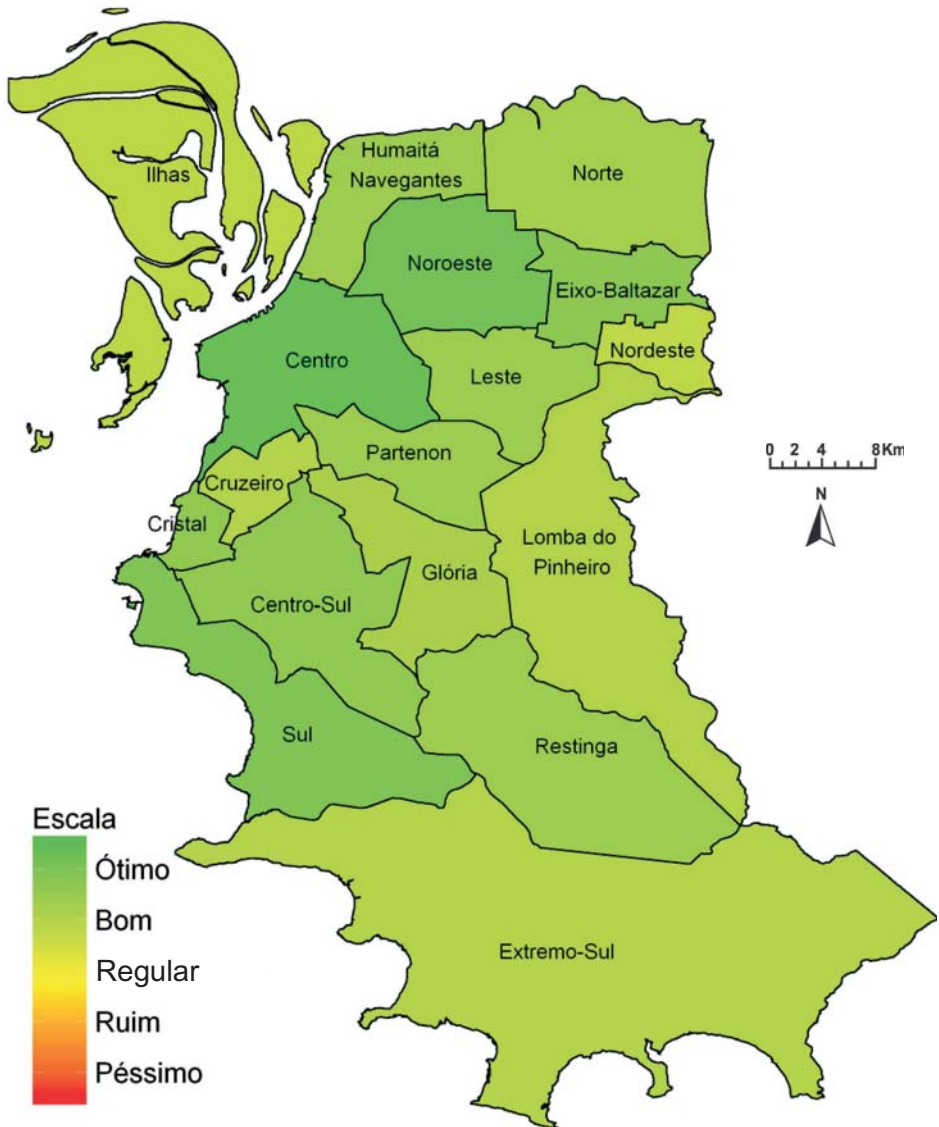
---

<sup>26</sup> Avaliação técnica prevista no Projeto de Lei Ordinária (PLO) n°8.035/2010.

**Mapa 9** - Taxa de analfabetismo das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.



**Mapa 10** - Taxa de analfabetismo das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



## Expectativa de anos de estudo

Definido como o número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar, este indicador<sup>27</sup> sintetiza também aspectos relativos ao acesso e frequência da população em idade escolar adequada.

Considerando que a Educação Básica<sup>28</sup> corresponde a uma fase educacional que possibilitaria aos indivíduos atingir condições de vida razoáveis na sociedade brasileira atual, reunindo 3 níveis de ensino, atualmente todos obrigatórios, cabe lembrar que, no período em estudo 2000 - 2010, a obrigatoriedade era somente no nível fundamental (8 ou 9 anos de estudo). Considerando-se o tempo necessário para a conclusão dos níveis fundamental e médio na idade adequada definiu-se 12 anos de estudo<sup>29</sup>, como o limite máximo de referência para o valor do indicador – expectativa de anos de estudo

---

<sup>27</sup> O IBGE esclarece que a classificação foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou haviam frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. As pessoas que não declararam a série e o grau, ou aquelas que forneceram informações incompletas ou que não permitissem a sua classificação, foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados ou sem declaração”.

<sup>28</sup> O sistema educacional brasileiro está legalmente organizado em dois níveis: educação básica e superior. A Lei nº 12.796, de 04/04/2013, alterou o texto original da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB), tornando obrigatória a educação básica dos 4 aos 17 anos e a sua organização em três níveis: Educação Infantil (de 0 a 5 anos), Ensino Fundamental (de 6 a 14 anos) e Ensino Médio (de 15 a 17 anos). Este sistema é administrativamente descentralizado cabendo aos municípios a responsabilidade pela oferta e gestão da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A responsabilidade pelo Ensino Médio é prioritariamente dos estados e do Distrito Federal, enquanto o Ensino Superior é de competência do governo federal, que deve também prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios garantindo a equidade dos gastos em educação nas diferentes Unidades da Federação (IBGE, 2013, 2015).

<sup>29</sup> De acordo com o PNE 2011-2020: Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.



da população - no cálculo do ICV Educação. Segundo consta no Plano Nacional de Educação (2011-2020), se a escolaridade da população brasileira seguisse na próxima década crescendo à mesma tendência do período 2001-2008, então teríamos em 2020 uma média nacional de 13,5 anos de estudos completos. No entanto, esse crescimento é muito desigual para diferentes subgrupos de brasileiros, especialmente para aqueles que ocupam a base da pirâmide da renda, o mesmo ocorrendo nas regiões de Porto Alegre.

Entre 2000 e 2010, a expectativa de anos de estudo no município passou de 10,45, para 9,76 anos, o que representou um decréscimo de 0,69 anos. Comparativamente, o declínio da expectativa de anos de estudo foi menor no Rio Grande do Sul no período considerado, tendo sido de apenas 0,25 anos, considerando que passou de 10,25 para 10 anos. No caso do Brasil ocorreu o contrário, tendo crescido a expectativa de anos de estudo da população de 8,76 para 9,54 anos.

Tabela 7 - Expectativa de anos de estudo no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

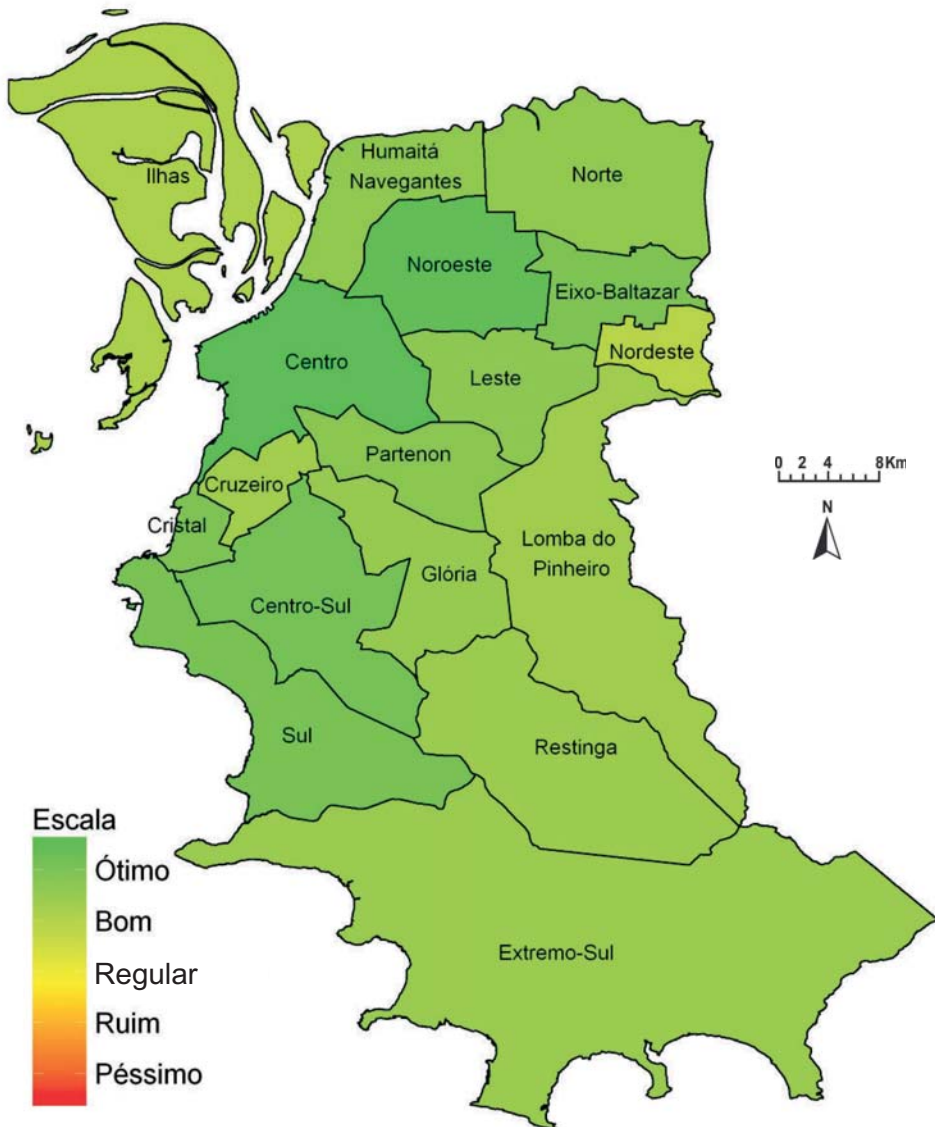
Território	2000			2010		
	Valor (anos)	Índice	Rank	Valor (anos)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	8,76			9,54		
<b>Rio Grande do Sul</b>	10,25			10,00		
<b>Porto Alegre</b>	10,45			9,76		
<b>Centro</b>	12,29	1,000	1	11,58	0,965	1
<b>Centro Sul</b>	11,06	0,922	3	10,59	0,883	4
<b>Cristal</b>	10,68	0,890	6	9,51	0,793	13
<b>Cruzeiro</b>	9,09	0,758	15	8,82	0,735	14
<b>Eixo-Baltazar</b>	10,69	0,891	5	10,13	0,844	8
<b>Extremo-Sul</b>	9,48	0,790	12	9,96	0,830	11
<b>Glória</b>	9,59	0,799	11	10,01	0,834	9
<b>Humaitá/Navegantes</b>	9,90	0,825	9	10,29	0,858	5
<b>Ilhas</b>	8,65	0,721	16	11,09	0,924	3
<b>Leste</b>	10,01	0,834	8	10,26	0,855	6
<b>Lomba do Pinheiro</b>	9,14	0,762	14	8,81	0,734	15
<b>Nordeste</b>	8,11	0,676	17	8,44	0,703	17
<b>Noroeste</b>	11,85	0,988	2	11,30	0,942	2
<b>Norte</b>	9,89	0,824	10	9,98	0,832	10
<b>Partenon</b>	10,24	0,853	7	9,82	0,818	12
<b>Restinga</b>	9,34	0,778	13	8,74	0,728	16
<b>Sul</b>	10,95	0,913	4	10,19	0,849	7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).  
Elaboração dos autores.

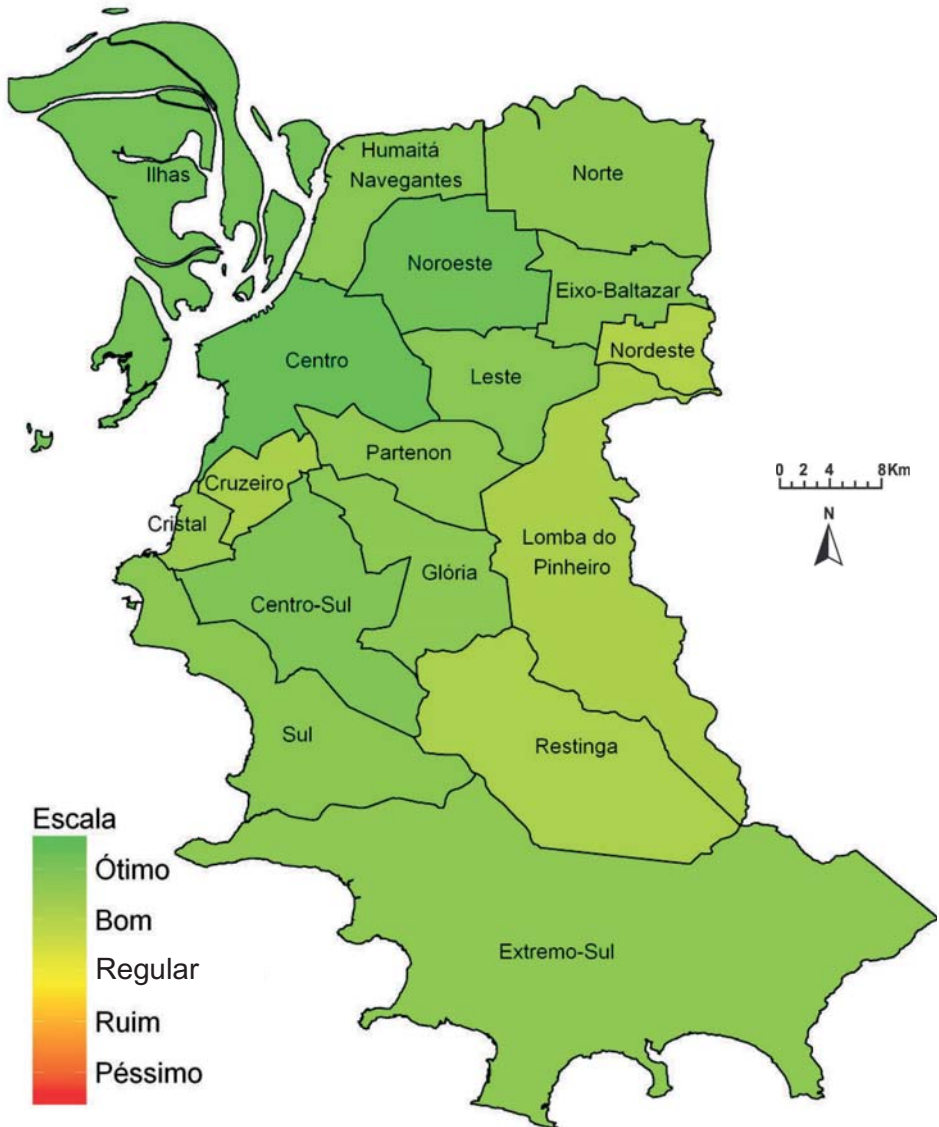
No período em análise (2000-2010), em 7 Regiões do Orçamento Participativo houve aumento na expectativa de anos de estudo de sua população: Extremo Sul (de 9,48 para 9,96); Glória (de 9,59 para 10,01); Humaitá/Navegantes (de 9,90 para 10,29); Ilhas (de 8,65 para 11,09); Leste (de 10,01 para 10,26); Nordeste (de 8,11 para 8,44); Norte (de 9,89 para 9,98). Caso se mantenha a tendência evidenciada na década em tela, a população destas regiões aparenta ter condições de atingir patamares de escolaridade mais elevados.

Em contraste, 10 Regiões do Orçamento Participativo mostraram um relativo retrocesso na expectativa de anos de estudo de sua população: Centro (de 12,29 para 11,58); Centro Sul (de 11,06 para 10,59); Cristal (de 10,68 para 9,51); Eixo Baltazar (de 10,69 para 10,13); Cruzeiro (de 9,09 para 8,82); Lomba do Pinheiro (de 9,14 para 8,81); Restinga (de 9,34 para 8,74); Noroeste (de 11,85 para 11,30); Partenon (de 10,24 para 9,82); Sul (de 10,95 para 10,19). Constatou-se, portanto, um fenômeno preocupante em curso em dez regiões da cidade que é a diminuição na expectativa de que a população residente possa atingir patamares educacionais mais elevados. No entanto, foge ao escopo deste trabalho avançar hipóteses a respeito de que variáveis estariam atuando para produzir este resultado.

**Mapa 11** - Expectativa de anos de estudo das Regiões do Orçamento Participativo em **2000**.



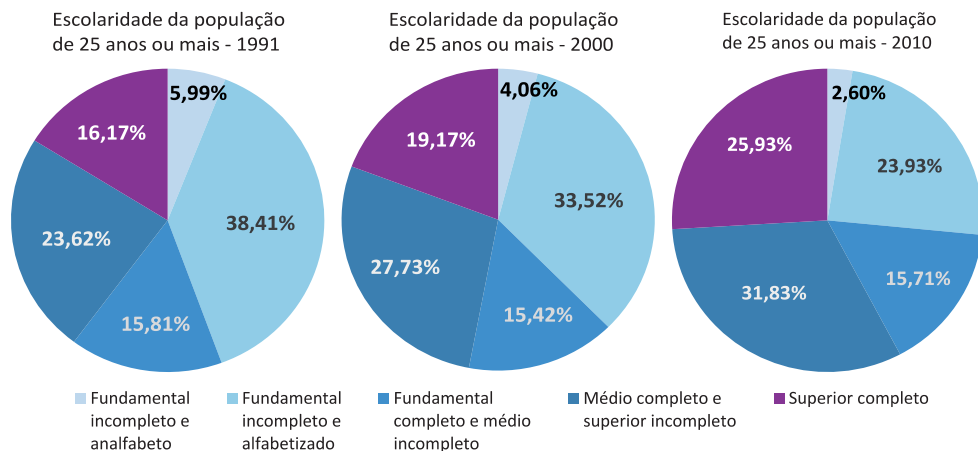
**Mapa 12 - Expectativa de anos de estudo das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.**



## Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo

Para vislumbrarmos com mais facilidade a representatividade e a evolução deste indicador buscamos os gráficos do perfil de Porto Alegre no Atlas de Desenvolvimento Humano Metropolitano, que apresenta a distribuição desta população segundo o nível de escolaridade. Isso nos permite acompanhar a evolução educacional da população adulta (25 anos ou mais) da cidade, em especial no que se refere à conclusão do ensino superior.

Figura 1 - Escolaridade da População de 25 anos ou mais, Porto Alegre - 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Os gráficos mostram que houve um paulatino crescimento da participação das pessoas com 25 anos ou mais que possuem ensino superior completo em Porto Alegre, que já representam 25,9% do total deste contingente etário em 2010. Desse modo, Porto Alegre encontra-se em posição privilegiada no que diz respeito a este indicador, pois em 2010, o Brasil e o Rio Grande do Sul exibiram o mesmo percentual de 11,2% de participação dos adultos com ensino superior completo no total da população desta faixa etária.

Tabela 8 - Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	6,77			11,27		
<b>Rio Grande do Sul</b>	7,21			11,28		
<b>Porto Alegre</b>	19,27			25,93		
<b>Centro</b>	41,17	0,823	1	52,33	1,000	1
<b>Centro Sul</b>	13,31	0,266	6	18,67	0,373	6
<b>Cristal</b>	20,26	0,405	4	27,42	0,548	4
<b>Cruzeiro</b>	12,89	0,258	7	17,65	0,353	7
<b>Eixo-Baltazar</b>	7,87	0,157	10	13,27	0,265	10
<b>Extremo-Sul</b>	3,01	0,060	13	6,38	0,128	14
<b>Glória</b>	7,42	0,148	11	8,93	0,179	11
<b>Humaitá/Navegantes</b>	9,01	0,180	9	14,43	0,289	9
<b>Ilhas</b>	2,14	0,043	14	7,28	0,146	12
<b>Leste</b>	14,19	0,284	5	20,97	0,419	5
<b>Lomba do Pinheiro</b>	1,89	0,038	15	4,17	0,083	16
<b>Nordeste</b>	0,59	0,012	17	2,82	0,056	17
<b>Noroeste</b>	25,87	0,517	2	35,49	0,710	2
<b>Norte</b>	3,21	0,064	12	6,86	0,137	13
<b>Partenon</b>	12,57	0,251	8	16,72	0,334	8
<b>Restinga</b>	1,36	0,027	16	4,50	0,090	15
<b>Sul</b>	23,24	0,465	3	33,37	0,667	3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

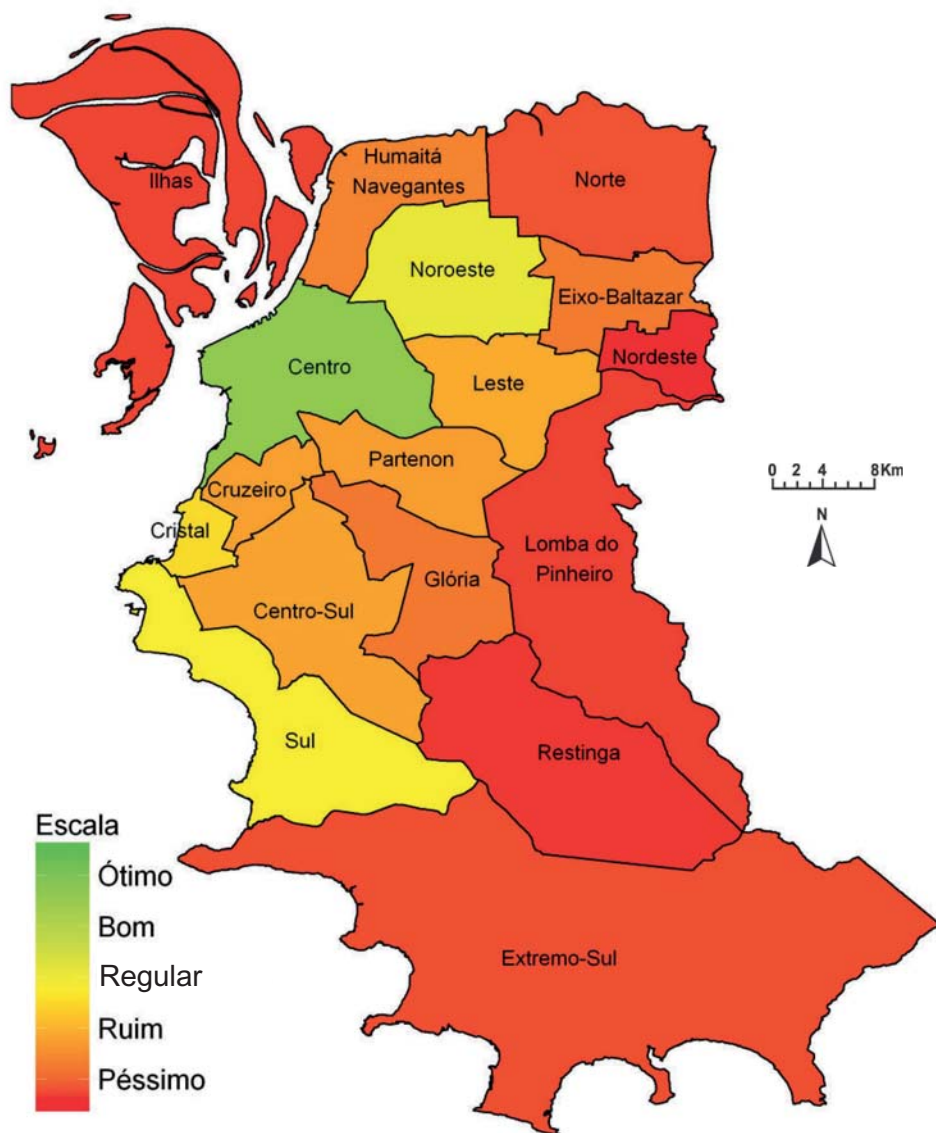
Elaboração dos autores.

Observa-se na Tabela 8 que em todas as Regiões do Orçamento Participativo cresceu a participação dos adultos com ensino superior no período 2000-2010. A Região Centro apresentou o crescimento mais significativo, passando de 41,17% em 2000 para 52,33% em 2010, o que significou uma elevação de 11,16 pontos percentuais. Destacam-se, a seguir, as Regiões Noroeste (de 25,87 para 35,49%) e Sul (de 23,24 para 33,37%), com aumentos de 9,62 e 10,13 pontos percentuais, respectivamente, na representatividade da população de maior escolaridade. Além das três regiões mencionadas, cabe ainda destacar as Regiões Cristal e Leste, que finalizaram a década 2000-2010 com mais de 20% de sua população adulta com ensino superior. A participação dos residentes com escolaridade elevada na ROP Cristal cresceu de 20,26% para 27,42%, o que significou um aumento de 7,16 pontos percentuais. A ROP Leste apresentou crescimento de 6,78 pontos percentuais, passando no referido período de 14,19 para 20,97%.

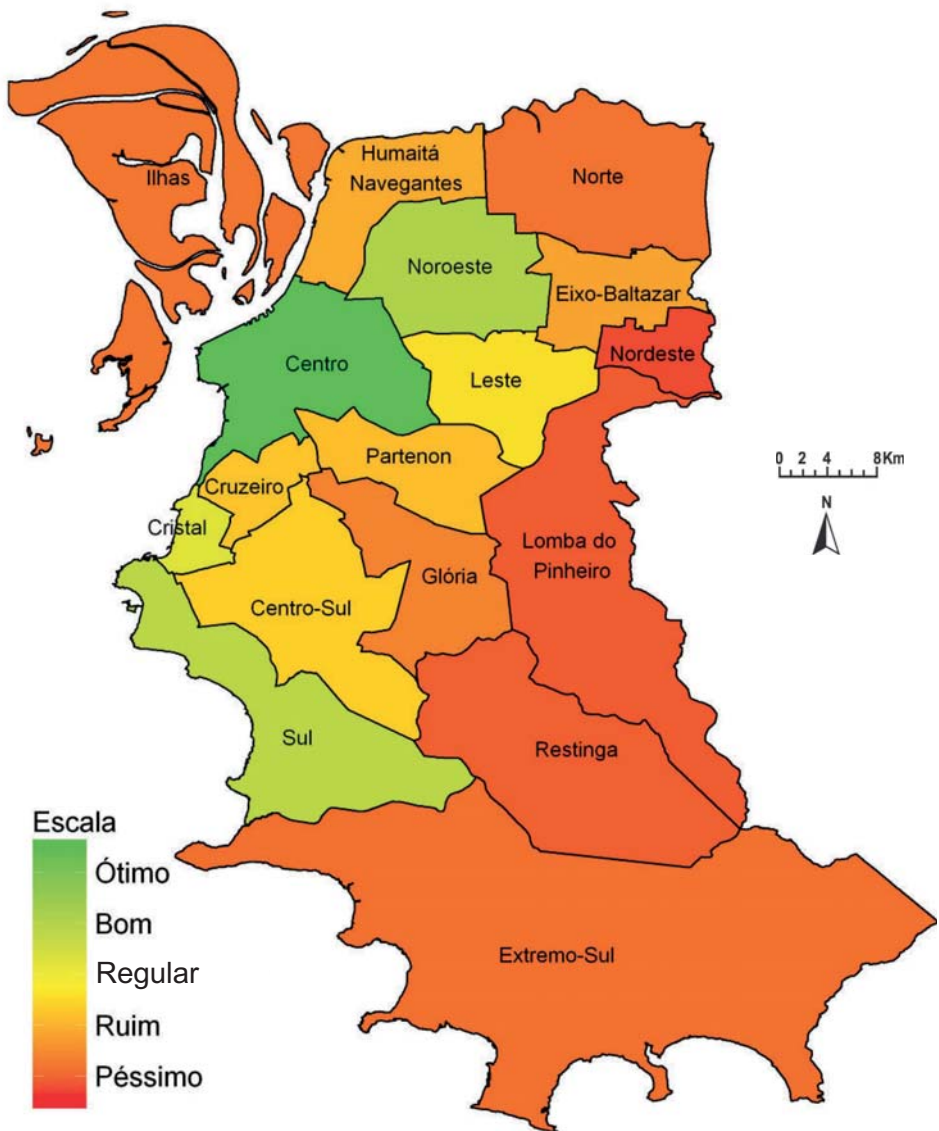


Um grupo de cinco regiões concluiu a década 2000-2010 com representatividade da sua população adulta com ensino superior ultrapassando 11,28%, que é a participação deste segmento no Brasil e Rio Grande do Sul: Centro Sul (de 13,31% para 18,67%), Cruzeiro (de 12,89% para 17,65%), Eixo Baltazar (de 7,87% para 13,27%), Humaitá/Navegantes (de 9,01% para 14,43%) e Partenon (de 12,57% para 16,72%). Todas as demais Regiões do Orçamento Participativo, ainda que tenham visto crescer a representatividade dos adultos com ensino superior, apresentam percentuais abaixo da média nacional e estadual.

**Mapa 13** - Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.



**Mapa 14** - Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



## **ICV Educação**

Na dimensão Educação do ICV no período 2000-2010, constatou-se elevação do índice em todas as Regiões do Orçamento Participativo, devido à redução do analfabetismo e do aumento generalizado da representatividade da população adulta com ensino superior. No entanto, como se constatou na Tabela 7, 10 Regiões do Orçamento Participativo mostraram pequena redução na expectativa de anos de estudo da população<sup>30</sup>, o que também sucedeu no âmbito estadual.

Em relação ao declínio do analfabetismo no período 2000-2010 cabe ressaltar que em Porto Alegre foram implantados programas de governo com o objetivo de aumentar a alfabetização da população, entre eles: Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (PROAJA), Movimento de Alfabetização (MOVA)<sup>31</sup> e Brasil Alfabetizado<sup>32</sup>.

Acompanhando os dados do Quadro 3 podemos perceber os movimentos das ROPs quanto a esta dimensão no período em estudo 2000-2010:

---

<sup>30</sup> Os intervalos de variação no indicador são mínimos, correspondendo a menos de 1 ano de diferença entre as esferas nacional, estadual e municipal.

<sup>31</sup> Movimento de Alfabetização (MOVA): Programa de caráter comunitário e popular implantado na Prefeitura de Porto Alegre desde o ano de 1997. Constituído a partir de parcerias que organizavam turmas reduzidas acompanhadas por educador popular com compromisso de trabalho de 15 horas semanais, sendo 12 delas em sala de aula e três em formações pedagógicas oferecidas pela assessoria da Modalidade de Aprendizagem Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED). O objetivo do MOVA é a reunião de alunos identificados como analfabetos ou com formação descontinuada até completarem o processo de alfabetização. Posteriormente, podem dar continuidade a sua formação e concluir o Ensino Fundamental. Algumas parcerias foram estabelecidas para a execução deste programa com a Associação de Cegos Louis Braille, na Zona Norte, e Centro Espírita Chico Xavier, bairro Petrópolis, entre outras.

<sup>32</sup> Programa do Governo Federal criado em 2003 e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre desde 2004.

Quadro 3 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Educação, 2000 e 2010.

Classificação	2000		2010	
	Região	Valor	Região	Valor
<b>Ótimo</b>	Centro	0,922	Centro	0,979
	Noroeste	0,800	Noroeste	0,860
			Sul	0,800
<b>Bom</b>	Sul	0,712	Cristal	0,721
	Cristal	0,676	Centro Sul	0,691
	Centro Sul	0,649	Leste	0,682
	Eixo-Baltazar	0,618	Eixo-Baltazar	0,650
	Partenon	0,600	Partenon	0,641
			Humaitá/Navegantes	0,639
<b>Regular</b>	Leste	0,598	Cruzeiro	0,595
	Humaitá/Navegantes	0,573	Glória	0,582
	Cruzeiro	0,519	Ilhas	0,577
	Glória	0,509	Norte	0,571
	Norte	0,506	Extremo-Sul	0,551
	Restinga	0,454	Restinga	0,530
	Extremo-Sul	0,433	Lomba do Pinheiro	0,509
	Lomba do Pinheiro	0,432	Nordeste	0,471
<b>Ruim</b>	Nordeste	0,377		
	Ilhas	0,306		
<b>Péssimo</b>				

Elaboração dos autores.

No que tange ao ICV Educação pode-se ressaltar que todas as Regiões do Orçamento Participativo mostraram aumento nos índices de 2000 para 2010. As Regiões Centro (0,922 para 0,979) e Noroeste (0,800 para 0,860) permaneceram classificadas com ICV “ótimo”, enquanto que a ROP Sul (0,712 para 0,800) foi a nova inclusão nesta categoria. Esta região em 2000 encontrava-se na categoria “bom” do ICV Educação.

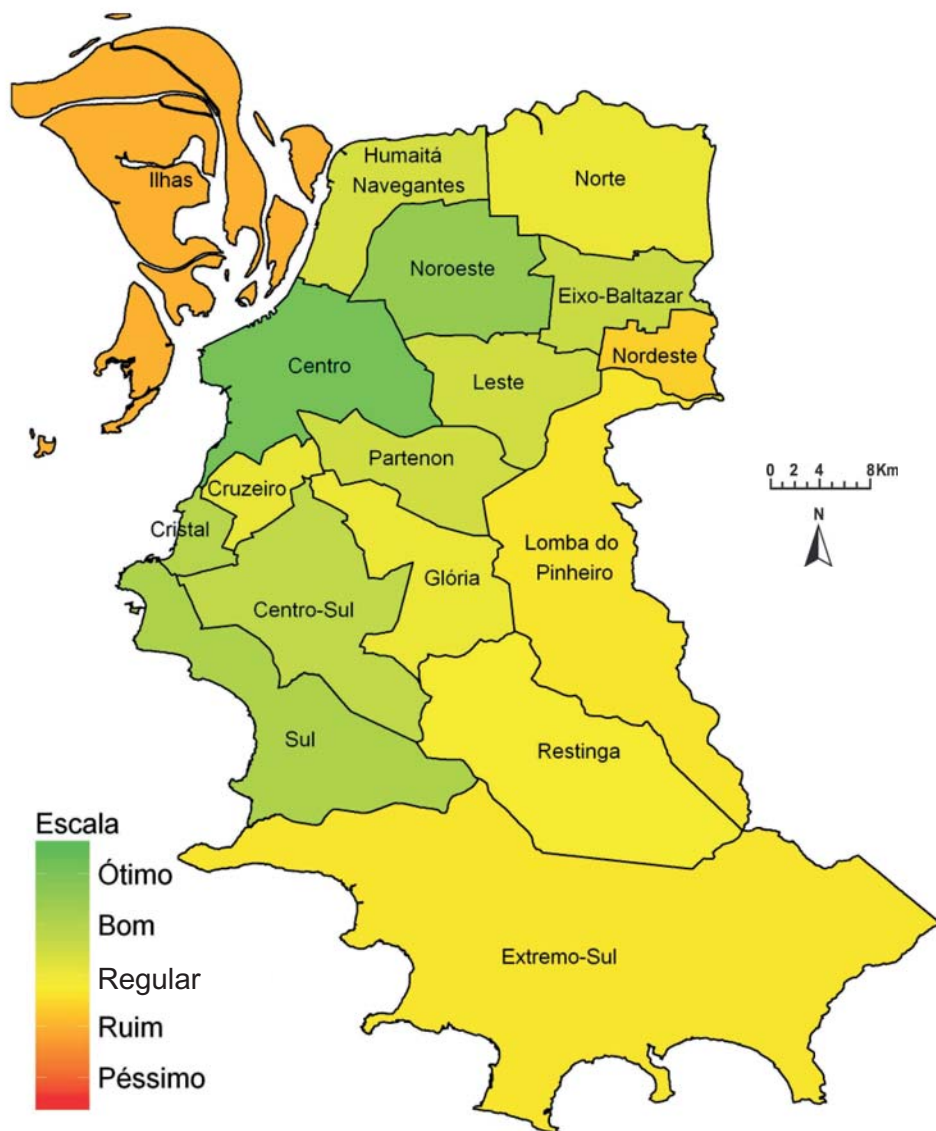
Em 2000, na classificação “bom” enquadravam-se e permaneceram em 2010 as ROPs Centro Sul (0,649 para 0,691), Cristal (ICV 0,677 para 0,721) e Eixo Baltazar (ICV 0,618 para 0,650). Além disso, dado o crescimento de seus índices, foram incluídas na classificação “bom” as ROPs Humaitá/Navegantes (ICV 0,573 para 0,639), Leste (ICV 0,598 para 0,682) e Partenon (ICV 0,599 para 0,641).

No que se refere à classificação “regular” permaneceram assim categorizadas as Regiões Cruzeiro (ICV 0,519 para 0,595), Extremo Sul (ICV 0,433 para 0,551), Glória (ICV 0,509 para 0,582), Lomba do Pinheiro (ICV 0,433 para 0,509), Norte (ICV 0,506 para 0,571) e Restinga (ICV 0,454 para 0,530). As Regiões Ilhas (0,306 para 0,577) e Nordeste (0,377 para 0,471) melhorando seu índice na dimensão educação passaram da classificação “ruim” para “regular”. Em 2010, portanto, nenhuma Região do Orçamento Participativo classificou-se na categoria “ruim”. Ademais, no ICV Educação nenhuma ROP foi enquadrada na categoria “péssimo” tanto em 2000 quanto em 2010.

Nesta breve análise buscou-se oferecer à sociedade porto-alegrense e aos gestores locais alguns elementos que contribuam à compreensão do comportamento das ROPs na dimensão Educação. Pelo lado das políticas públicas na área educacional, procurou-se proporcionar alguns subsídios à reflexão da população local quando

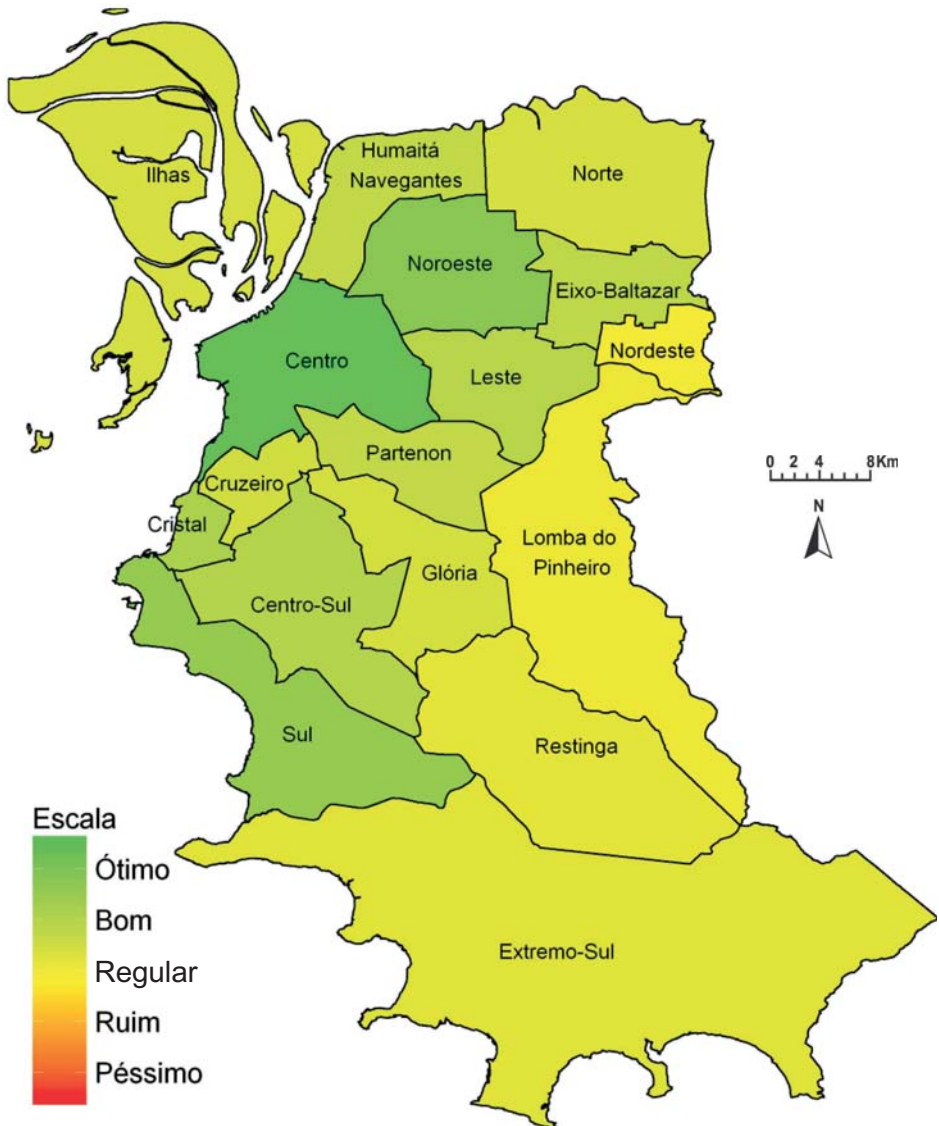
se tratar do encaminhamento de demandas ao Orçamento Participativo, bem como oferecer informações relevantes aos gestores na definição de prioridades quanto à aplicação de recursos junto às comunidades. Da perspectiva da disseminação de informações sobre a realidade social de Porto Alegre, o trabalho destina-se a estudantes, professores e pesquisadores interessados em examinar a trajetória evidenciada neste estudo pelo cenário 2000-2010, que permite observar o comportamento de indicadores educacionais que ressaltam as desigualdades existentes entre as regiões da cidade.

**Mapa 15** - ICV da dimensão Educação das Regiões do Orçamento Participativo em **2000**.





**Mapa 16 - ICV da dimensão Educação das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.**



## **DIMENSÃO RENDA**

Dentre os diferentes aspectos que interferem nas condições de vida de uma população, certamente, a renda é um fator importante. Neste estudo, como explicado anteriormente, a **Renda Média *per capita*** e o **Índice de Gini** são os dois indicadores que compõem a dimensão renda do ICV. Vejamos, então, o que ocorreu com cada um desses indicadores.

### **Renda média *per capita***

Na última década, finalizada em 2010, constatou-se aumento da renda média *per capita*, como pode ser verificado na tabela abaixo. Esse movimento ocorreu no País, no estado do Rio Grande do Sul, no município de Porto Alegre e em todas as Regiões de OP da capital gaúcha.

Tabela 9 - Renda média *per capita*\* no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (R\$)	Índice	Rank	Valor (R\$)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	592,46			793,87		
<b>Rio Grande do Sul</b>	708,12			959,24		
<b>Porto Alegre</b>	1.399,50			1.758,27		
<b>Centro</b>	2.945,58	0,730	1	3.646,91	0,904	1
<b>Centro Sul</b>	1.049,03	0,259	6	1.294,89	0,320	6
<b>Cristal</b>	1.377,45	0,340	4	1.665,45	0,412	4
<b>Cruzeiro</b>	928,95	0,229	8	1.139,73	0,281	8
<b>Eixo-Baltazar</b>	871,29	0,215	9	1.057,42	0,261	10
<b>Extremo-Sul</b>	630,36	0,155	12	881,30	0,217	12
<b>Glória</b>	740,77	0,182	11	994,49	0,245	11
<b>Humaitá/Navegantes</b>	870,66	0,214	10	1.216,93	0,300	7
<b>Ilhas</b>	387,03	0,094	16	642,58	0,158	15
<b>Leste</b>	1.135,03	0,280	5	1.409,81	0,348	5
<b>Lomba do Pinheiro</b>	452,27	0,110	15	590,83	0,145	16
<b>Nordeste</b>	330,08	0,080	17	469,88	0,115	17
<b>Noroeste</b>	1.907,87	0,472	2	2.470,49	0,612	2
<b>Norte</b>	590,70	0,145	13	852,07	0,210	13
<b>Partenon</b>	962,68	0,237	7	1.127,81	0,278	9
<b>Restinga</b>	461,15	0,113	14	644,32	0,158	14
<b>Sul</b>	1.692,40	0,418	3	2.127,79	0,527	3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014). Elaboração dos autores.

(\*) Ajustado ao valor em reais de 01/08/2010, data de referência do Censo Demográfico.

A Tabela 9 mostra que os maiores acréscimos na renda média *per capita* ocorreram nas regiões que, no ano de 2000, registravam as menores rendas. Dentre estas, destaca-se a ROP Ilhas, cuja renda aumentou em 66% na última década. Este crescimento, porém, teve pouco efeito sobre a sua posição em relação às demais Regiões, dado que tanto no ano de 2000 quanto no de 2010 permaneceu entre as ROPs com menores rendas, subindo apenas uma posição, o que a fez passar da 16<sup>a</sup> para a 15<sup>a</sup> colocação no ranking da renda *per capita*. Apesar de registrar menor acréscimo na renda média *per capita* (39,77%), o crescimento da renda na Região Humaitá/Navegantes colocou-a, em 2010, em melhor condição frente às demais ROPs, o que a fez transitar da 10<sup>a</sup> para a 7<sup>a</sup> posição.

Além destas duas Regiões, observam-se igualmente importantes incrementos na renda média *per capita* das Regiões Norte (44,25%), Nordeste (42,35%), Extremo Sul (39,81%), Restinga (39,72%), Lomba (30,64%) e Glória (34,25%). Apesar dos acréscimos acentuados, estas ROPs permaneceram posicionadas entre as regiões da cidade que exibem as menores rendas médias *per capita*, localizando-se nas classificações “péssimo” e “ruim” do subíndice renda média *per capita*.

Em relação às Regiões do OP com maior renda média *per capita*, salienta-se a permanência do Centro, tanto em 2000 como em 2010, como a ROP que registra a maior renda média *per capita*, apresentando em 2010 valores quase que 50% superiores aos da segunda melhor região. Para termos um parâmetro da grandeza da renda nesta Região, em 2010, o seu valor equivalia ao dobro da renda média do município e aproximava-se do menor valor de renda *per capita* dos 10% mais ricos do país<sup>33</sup>.

Observando, ainda, as ROPs com as maiores rendas médias *per capita*, a variação na renda da Região Noroeste, segunda melhor renda da cidade, fez com que passasse, em 2010, para o grupo que classificamos neste estudo como renda média “bom”. Em 2000, ela se encontrava na condição de renda classificada como “regular”. Ainda que a Região Sul se destaque por apresentar a terceira melhor renda *per capita* da cidade, permaneceu no grupo que exhibe renda classificada como “regular” em 2010. Isso se deve ao seu índice, segundo os critérios de classificação adotados neste trabalho, enquadrar-se nesta classificação.

---

<sup>33</sup> A renda média *per capita* da Região Centro em 2010 era de R\$ 3.646,91, sendo que R\$ 4.033,00 representava neste mesmo ano, o limite inferior do valor da renda média *per capita* dos 10% mais ricos do Distrito Federal, que registra a maior renda média *per capita* entre os estados brasileiros. Valores atualizados para 01/08/2010, data de referência do Censo Demográfico de 2010. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

De outro lado, ao centrarmos a atenção nas ROPs que se destacam por exibir as menores rendas *per capita* da cidade em 2010, evidenciou-se significativa diferença (25%) entre as ROPs Nordeste e Lomba do Pinheiro, que atingiram valores de R\$ 469,88 e R\$ 590,83, respectivamente. A título de comparação, caso fossem municípios separados de Porto Alegre, a região Nordeste estaria classificada entre os 6% municípios mais pobres do Rio Grande do Sul, enquanto a região Lomba do Pinheiro se posicionaria entre os 24% mais pobres.

Um efeito positivo do aumento da renda média *per capita* na cidade e, especialmente, do maior crescimento das menores rendas observado no período de 2000-2010, foi a diminuição, embora pequena, na desigualdade entre as diferentes ROPs, ou seja, a proporção entre o maior e o menor valor passou de 8,9 para 7,8 vezes, permanecendo nos anos de 2000 e 2010 a Região Centro como o maior valor e a Região Nordeste como o menor valor.

Convém ressaltar que o crescimento na renda média *per capita* registrada em todas as ROPs, no Município, no Estado e no País, resultou da interveniência de diferentes fatores, dentre eles, destacamos o aumento no número de pessoas ocupadas<sup>34</sup>, o crescimento no valor do salário mínimo<sup>35</sup> e a implantação do

---

<sup>34</sup> Conforme aponta o IBGE (2013), na *Síntese de Indicadores Sociais 2013*, entre 2002 e 2012 ocorreram mudanças significativas na sociedade brasileira que impactaram positivamente as condições de vida da população. Em primeiro lugar, o dinamismo do mercado de trabalho se traduziu em aumento da população ocupada e na formalização das relações de trabalho. Assim, um contingente maior de trabalhadores passou a contar com uma série de benefícios sociais vinculados à posse de carteira de trabalho e à contribuição previdenciária. Em segundo lugar, o crescimento real dos rendimentos do trabalho ampliou não apenas o acesso de mais trabalhadores ao mercado de consumo, como também reduziu os diferenciais de rendimentos do trabalho. (Disponível em <http://www.ibge.gov.br>). Acesso em 17 fev. 2016.

<sup>35</sup> A partir de 2004 teve início vigorosa pressão das Centrais Sindicais para que o governo federal estabelecesse política de valorização do salário mínimo. Daquele ano em diante, sucessivas Marchas Unificadas à Brasília promovidas pelas Centrais Sindicais resultaram em negociação que paulatinamente foi garantindo uma regra de correção e aumento do valor do SM a cada ano. Assim, o reajuste do salário mínimo passou a ser calculado “com base na inflação acumulada desde o reajuste anterior, combinado com o aumento real equivalente à variação do PIB verificado dois anos antes da aplicação anual da regra” (DIEESE, 2014, p. 3). Em fevereiro

Programa Bolsa Família<sup>36</sup>, eventos que ocorreram no período analisado.

Em Porto Alegre, na década de 2000 para 2010, conforme as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), desagregadas para Porto Alegre<sup>37</sup>, a ocupação cresceu 16,15%, o que representou a incorporação ou o retorno de 93 mil pessoas ao mercado de trabalho. Assim, o desemprego diminuiu 46,67%, o que significou um decréscimo no contingente de 49 mil pessoas que se encontravam alijadas do mercado de trabalho. Frente a esse comportamento do mercado de trabalho no período, a taxa de desemprego total<sup>38</sup> passou de 15,4%, em 2000, para 7,7% em 2010. Esse cenário positivo em relação à ocupação certamente teve reflexos no crescimento da renda média *per capita* descrito anteriormente.

Ao mesmo tempo, o salário mínimo nacional registrou um importante aumento no período<sup>39</sup>. Ele passou de R\$ 151,00<sup>40</sup> em

---

de 2011, foi aprovada a Lei nº 12.382/11 proposta pelo Executivo, consolidando a regra negociada com as Centrais Sindicais com vigência até 2015.

<sup>36</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado através da Medida Provisória nº 132, em outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.386/2004, que “unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de renda então existentes”

<sup>37</sup> As variações apresentadas aqui foram obtidas a partir dos indicadores desagregados para os residentes no município de Porto Alegre, das informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) desde junho de 1992. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/anualCPA.html>. Acesso em 25 nov. 2015.

<sup>38</sup> A PED utiliza metodologia desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação SEADE-SP aplicada também nas regiões metropolitanas de São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Recife. A principal diferença conceitual e metodológica entre a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE consiste na mensuração do desemprego. A PED considera o desemprego aberto e o desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento. O desemprego total resulta da soma do desemprego aberto e oculto. De outro lado, a PME do IBGE mede apenas o desemprego aberto seguindo metodologia internacional, o que lhe permite comparar o desemprego nacional com o de outros países. Para maiores detalhes acerca dos conceitos de desemprego utilizados pelo DIEESE, vide [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/notas metodologicas.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/notas_metodologicas.pdf). Acesso em 22 fev. 2016. CAMPELLO, T.: NERY, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013, p. 27. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 10 de dez. 2015.

<sup>39</sup> Vide nota 21.

2000, para R\$ 510,00, em 2010, variação que representou um crescimento de 237%, superior ao da inflação, que no período foi de 94,99%. Esse é um fator importante para explicar o aumento do rendimento entre as ROPs com menores rendas *per capita*, dado os segmentos da população com menores rendimentos serem mais afetados pelas variações no salário mínimo. Além disso, é importante destacar que, segundo a PED, pesquisa referida anteriormente, em Porto Alegre, no período de 2000-2010, a ocupação aumentou para os assalariados, especialmente, aqueles com carteira de trabalho assinada e os do setor público, porém diminuiu para os autônomos e empregados domésticos. Portanto, aumentou o volume de trabalhadores que estão mais diretamente vinculados ao salário mínimo.

Por fim, mas não menos importante, temos a implantação do Programa Bolsa Família (PBF) em Porto Alegre no ano de 2004<sup>41</sup>, que unificou os programas federais de transferência de renda existentes anteriormente<sup>42</sup>. Ainda que formas de transferência de renda antecessessem o Programa Bolsa Família, este tem uma maior cobertura – o valor recebido por famílias residentes em Porto Alegre passou de R\$ 23,6 milhões em 2005 (primeiro ano completo do programa) para R\$ 39,6 milhões em 2010<sup>43</sup>, beneficiando 30.844 famílias em agosto de 2005 e 34.554 famílias em agosto de 2010.

---

<sup>40</sup> O valor de R\$ 151,00 de 2000 é equivalente a R\$ 286,83 quando atualizado pela inflação até janeiro de 2010. Ressalta-se que a PME foi encerrada com a divulgação, em 23 de março de 2016, dos resultados referentes ao mês de fevereiro de 2016. Os indicadores desta Pesquisa foram substituídos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2016\\_03\\_09pme.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2016_03_09pme.shtm). Acesso em 22/04/2016.

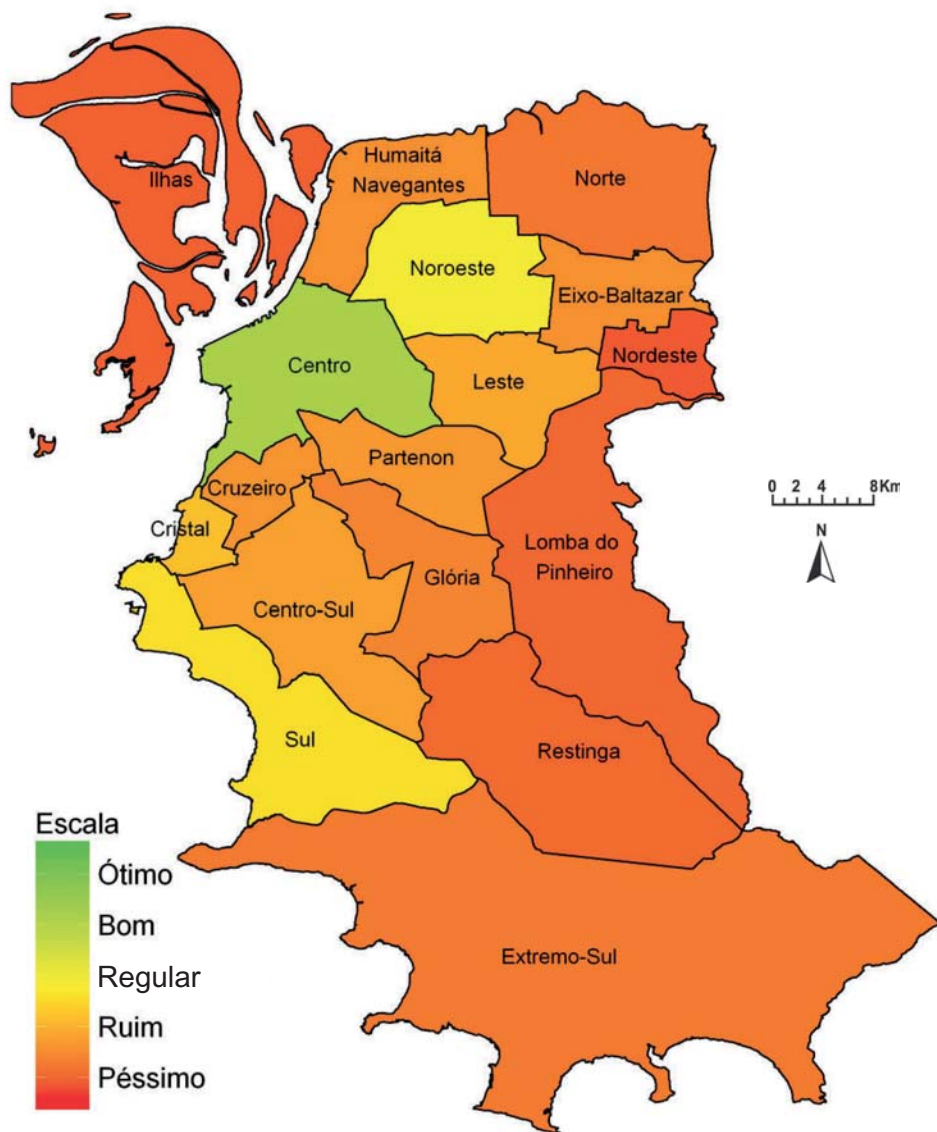
<sup>41</sup> Vide nota 23.

<sup>42</sup> Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação-Bolsa Escola (Lei nº 10.291/2001); Programa Nacional de Acesso à Alimentação-PNAA (Lei nº 10.689/2003); Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde-Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 22.061/2001); Programa Auxílio Gás (Decreto nº 4.102/2002) e o Cadastro Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877/2001).

<sup>43</sup> Dados retirados do Portal da Transparência do governo federal. Disponível em <[www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br)>. Acesso em 18 dez. 2015.

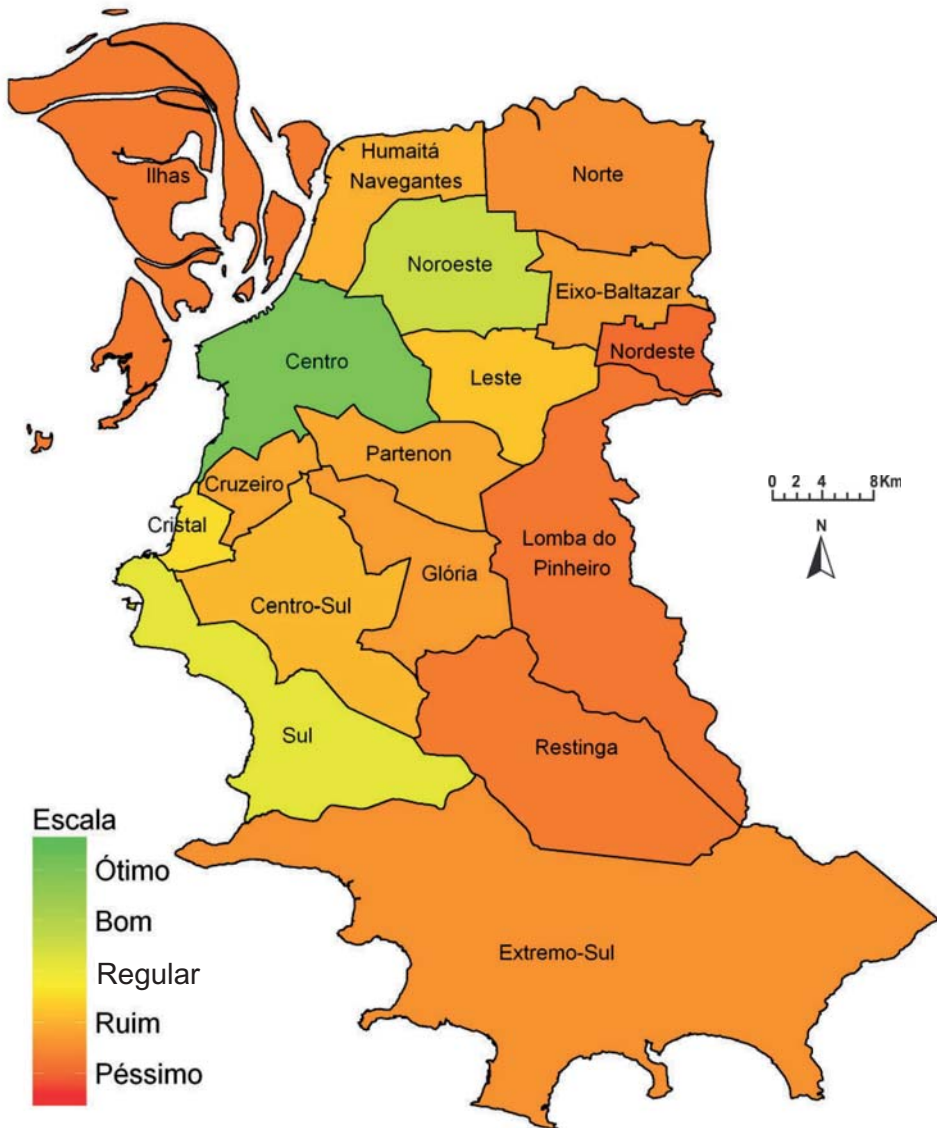


**Mapa 17 - Renda média per capita das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.**





**Mapa 18** - Renda média *per capita* das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



## Índice de Gini

A dimensão renda do ICV é composta, além do indicador renda média *per capita*, pelo Índice de Gini. Trata-se de uma medida de concentração de renda, que aponta o quanto a renda de um determinado local está concentrada ou distribuída entre as pessoas que nele residem. Este índice varia de 0 a 1 e, como explicitado anteriormente, quanto maior o seu valor mais concentrada se encontra a renda.

Na década finalizada em 2010, constatou-se que houve uma pequena redução na desigualdade de renda no Brasil e no Rio Grande do Sul tendo, no entanto, permanecido sem alteração em Porto Alegre. A capital gaúcha registrou, tanto em 2000 como em 2010, índice de 0,60. O Brasil passou de 0,64 em 2000 para 0,60 em 2010, alcançando, neste ano, o valor registrado para Porto Alegre. O índice para o Estado, que já era, em 2000, inferior ao do Município – 0,58 – ficou ainda mais distante em 2010, quando declinou para 0,54. Na tabela a seguir encontram-se os valores do Índice de Gini para o Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e as 17 regiões da cidade.

Tabela 10 - Índice de Gini no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010

Território	2000			2010		
	Valor	Índice	Rank	Valor	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	0,64			0,60		
<b>Rio Grande do Sul</b>	0,58			0,54		
<b>Porto Alegre</b>	0,60			0,60		
<b>Centro</b>	0,50	0,500	5	0,55	0,450	10
<b>Centro Sul</b>	0,52	0,480	8	0,52	0,480	7
<b>Cristal</b>	0,56	0,440	12	0,57	0,430	12
<b>Cruzeiro</b>	0,62	0,380	17	0,59	0,410	17
<b>Eixo-Baltazar</b>	0,50	0,500	5	0,47	0,530	3
<b>Extremo-Sul</b>	0,53	0,470	10	0,50	0,500	6
<b>Glória</b>	0,56	0,440	12	0,56	0,440	11
<b>Humaitá/Navegantes</b>	0,52	0,480	8	0,57	0,430	12
<b>Ilhas</b>	0,56	0,440	12	0,57	0,430	12
<b>Leste</b>	0,60	0,400	16	0,57	0,430	12
<b>Lomba do Pinheiro</b>	0,49	0,510	4	0,42	0,580	1
<b>Nordeste</b>	0,44	0,560	1	0,44	0,560	2
<b>Noroeste</b>	0,50	0,500	5	0,52	0,480	7
<b>Norte</b>	0,45	0,550	2	0,48	0,520	5
<b>Partenon</b>	0,55	0,450	11	0,54	0,460	9
<b>Restinga</b>	0,46	0,540	3	0,47	0,530	3
<b>Sul</b>	0,59	0,410	15	0,58	0,420	16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

Elaboração dos autores.

Os valores do Índice de Gini para as 17 ROPs que compõem Porto Alegre situam-se em uma posição intermediária, variando de 0,42 a 0,59. Assim, observando-se a evolução deste indicador no período analisado, constata-se que em sete ROPs houve pequena diminuição no valor do Índice (Cruzeiro, Eixo Baltazar, Extremo Sul, Leste, Lomba do Pinheiro, Partenon e Sul), indicando que a renda ficou menos concentrada nestes locais. De outro lado, em outras sete ROPs (Centro, Cristal, Humaitá/Navegantes, Ilhas, Noroeste, Norte, Restinga) ocorreu o inverso, apontando um leve aumento na concentração da renda. Já nas regiões Centro Sul, Glória e Nordeste o valor do Índice de Gini permaneceu constante.

Ressalte-se que entre as Regiões que apresentaram elevação no Índice de Gini e, conseqüentemente, crescimento da concentração de renda, destaca-se a Região Centro. Apesar desta ROP registrar a melhor renda média *per capita* da cidade, a desigualdade na sua distribuição, que sobressaía em 2000, reforçou-se em 2010. Dada esta evolução, a ROP Centro quando comparada às demais regiões de Porto Alegre, passou da 5ª para a 10ª posição, em 2000 e 2010, respectivamente. Outra região que merece destaque é a Humaitá/Navegantes, cujo aumento na renda *per capita* a colocou, no ano de 2010, em melhor posição face àquela que ocupava em 2000. No entanto, o crescimento da renda foi acompanhado também de uma elevação considerável no Índice de Gini e, em consequência, por maior desigualdade distributiva.

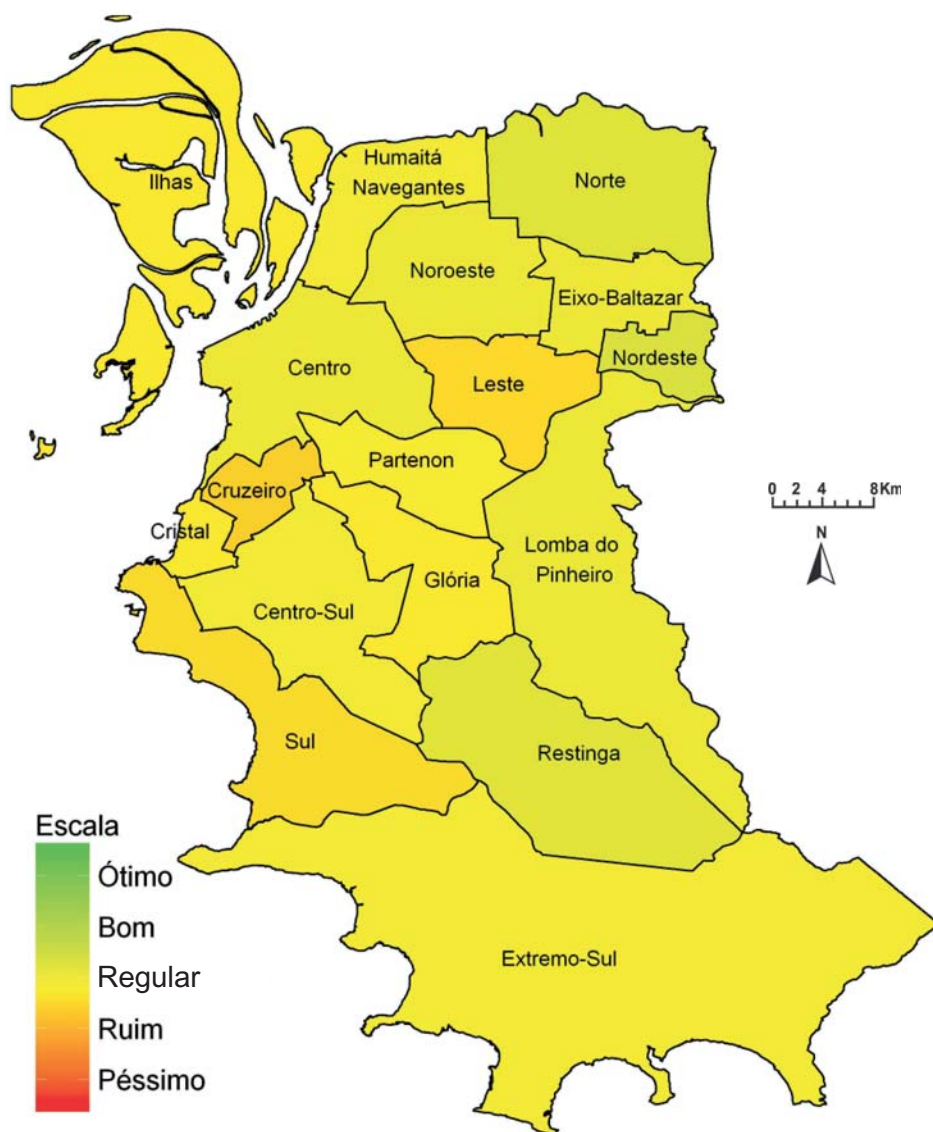
Conforme apontado anteriormente, houve ademais aumento no Índice de Gini das ROPs Norte, que concomitantemente experimentou elevação na renda *per capita*, e Noroeste, cuja renda é a segunda melhor da cidade. Além disso, as regiões Cristal, Ilhas e Restinga, ainda que posicionadas entre as regiões que exibem as menores rendas, apesar da elevação ocorrida na década que finalizou em 2010, mostraram igualmente pequeno aumento na concentração de renda.

De outro lado, a Região Lomba do Pinheiro, que permaneceu entre as regiões com menores rendas *per capita* nos dois anos analisados, registrou o menor valor no Índice de Gini em relação às demais ROPs da cidade. Neste caso, os baixos valores da renda nesta ROP são acompanhados por maior igualdade distributiva entre as famílias e indivíduos que nela residem, apontando para uma relativa homogeneidade social.

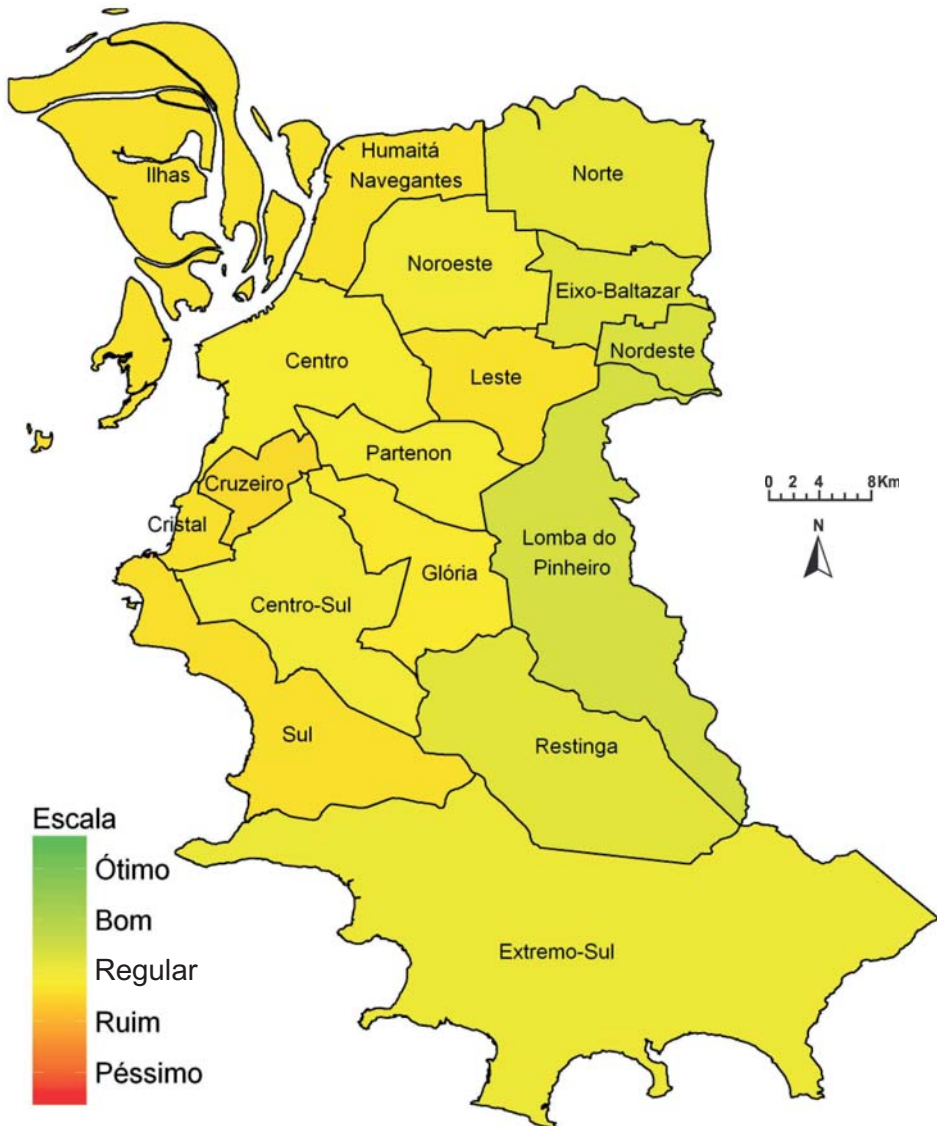
No que se refere às restantes três regiões – Centro Sul, Glória e Nordeste – em que o Índice de Gini permaneceu constante indicando que não houve alteração na distribuição de renda regional,

deve-se mencionar que no *ranking* da renda média *per capita* apresentaram comportamento semelhante, permanecendo nas mesmas posições que já ocupavam em 2000. A ROP Centro Sul seguiu posicionada como a 6<sup>a</sup> maior renda de Porto Alegre, ao passo que as ROPs Glória e Nordeste permaneceram na 11<sup>a</sup> e na 17<sup>a</sup> posição, respectivamente.

**Mapa 19 - Índice de Gini das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.**



**Mapa 20 - Índice de Gini das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.**



## ICV Renda

Quanto à dimensão Renda do ICV no período investigado, cabe assinalar que houve aumento do índice em todas as Regiões do OP, puxado principalmente pelo crescimento da renda média *per capita*. Destacam-se as ROPs Cruzeiro, Extremo Sul, Leste, Lomba do Pinheiro e Sul, nas quais o crescimento do valor do ICV-Renda deveu-se à combinação de aumento na renda média *per capita* e diminuição no Índice de Gini. Ou seja, a renda média da região elevou-se ao mesmo tempo em que houve redução na desigualdade em sua distribuição entre as famílias e indivíduos residentes. Em contraste, a ROP Noroeste mostrou elevação no ICV Renda decorrente do aumento na renda média *per capita*, porém esta se tornou relativamente mais concentrada. No Quadro 4, a seguir, mostra-se o ICV Renda das 17 regiões de Porto Alegre.



Quadro 4 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Renda, 2000 e 2010.

Classificação	2000		2010	
	Região	Valor	Região	Valor
<b>Ótimo</b>				
<b>Bom</b>	Centro	0,615	Centro	0,677
<b>Regular</b>	Noroeste	0,486	Noroeste	0,546
	Sul	0,414	Sul	0,474
			Cristal	0,421
<b>Ruim</b>	Cristal	0,390	Centro Sul	0,400
	Centro Sul	0,369	Eixo-Baltazar	0,395
	Eixo Baltazar	0,357	Leste	0,389
	Norte	0,347	Partenon	0,369
	Humaitá/Navegantes	0,347	Humaitá/Navegantes	0,365
	Partenon	0,344	Norte	0,365
	Leste	0,340	Lomba do Pinheiro	0,362
	Restinga	0,326	Extremo-Sul	0,358
	Nordeste	0,320	Cruzeiro	0,346
	Extremo Sul	0,312	Restinga	0,344
	Glória	0,311	Glória	0,343
	Lomba do Pinheiro	0,310	Nordeste	0,337
	Cruzeiro	0,304	Ilhas	0,294
	Ilhas	0,267		
<b>Péssimo</b>				

Elaboração dos autores.

Das 17 Regiões do Orçamento Participativo, apenas a Centro apresenta valor do ICV Renda classificado como “bom”, tanto em 2000 quanto em 2010. De outro lado, as ROPs Noroeste e Sul e posicionaram-se na categoria “regular” nestes dois anos. Deve-se salientar que apenas a ROP Cristal migrou para uma posição melhor em 2010, pois em 2000 o seu ICV Renda enquadrava-se na categoria “ruim”, segundo os critérios de classificação definidos neste estudo.

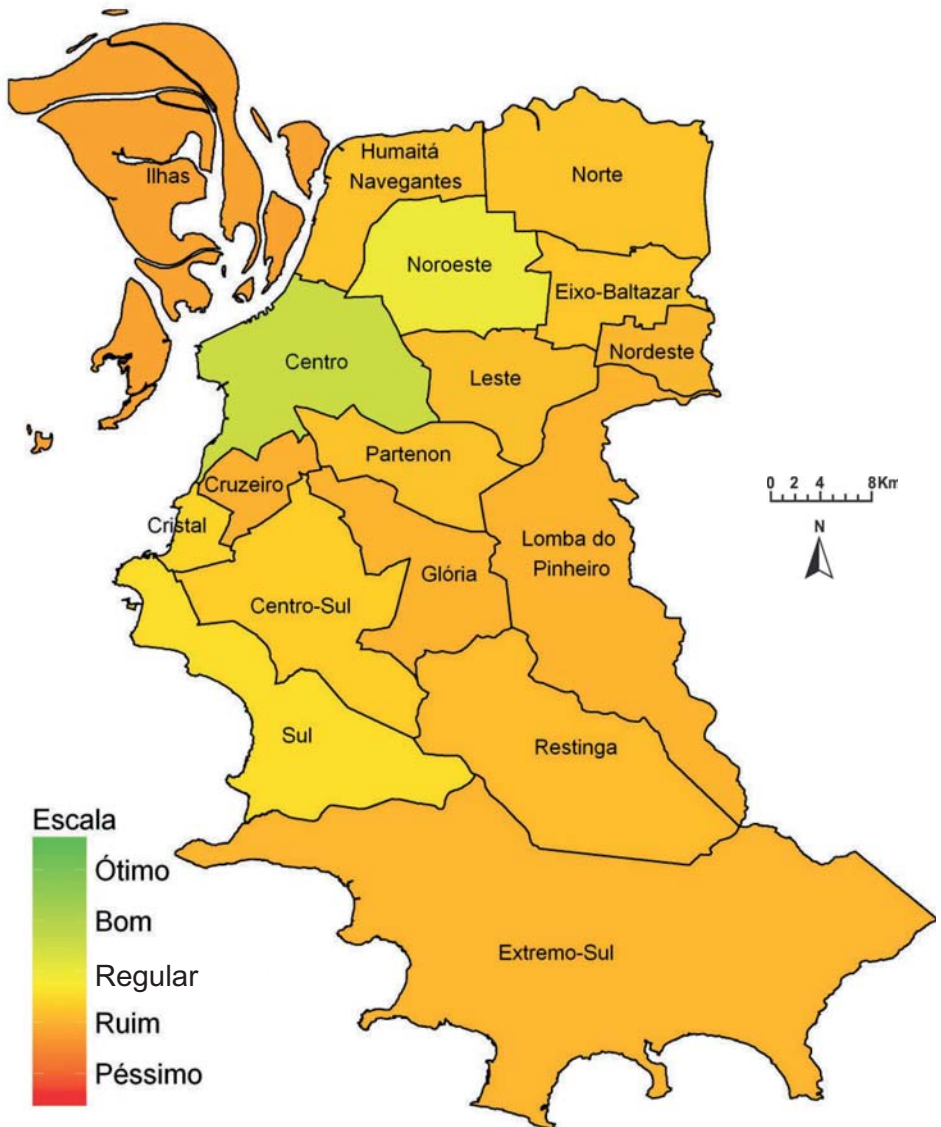
As demais ROPs – Centro Sul, Cruzeiro, Eixo Baltazar, Extremo Sul, Glória, Humaitá/Navegantes, Ilhas, Leste, Lomba do Pinheiro, Nordeste, Norte, Partenon e Restinga classificaram-se em uma posição “ruim” nesta dimensão em 2000, nela permanecendo em 2010.

Concluindo, pode-se afirmar que a dimensão renda do ICV em Porto Alegre nos anos 2000-2010 apresentou um cenário positivo. O principal fator a contribuir para esta evolução foi o aumento da renda média *per capita* que ocorreu em todas as Regiões do OP e, principalmente, pelo crescimento mais elevado verificado naquelas regiões que registravam as menores rendas no ano de 2000. Possivelmente, este crescimento na renda esteve relacionado à dinâmica favorável experimentada pela economia do país, observada em boa parte da década o que, por sua vez, impactou na ampliação da ocupação. Em paralelo, deve-se considerar a contribuição de políticas governamentais como a valorização real do salário mínimo e de transferência de renda através do Programa Bolsa Família (PBF).

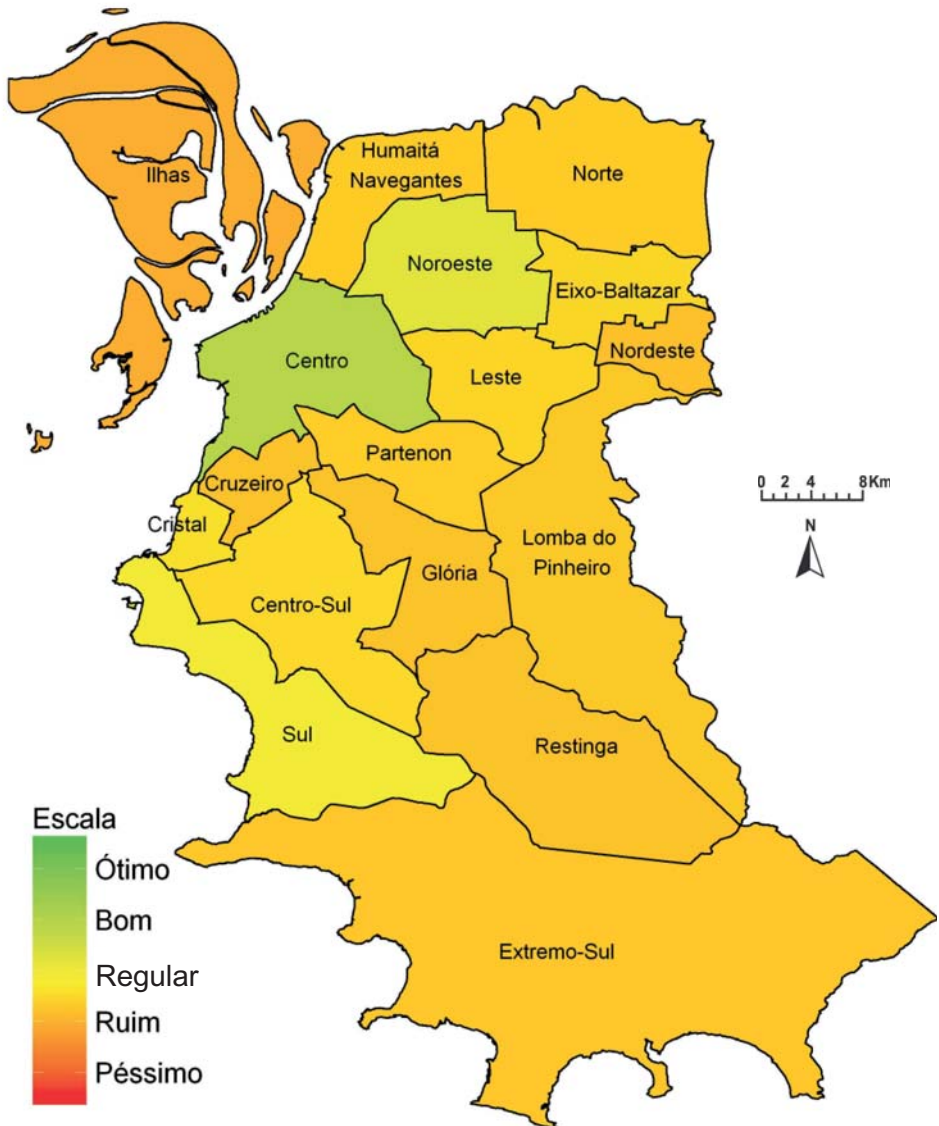
No entanto, o aumento na renda *per capita* média, ainda que tenha se mostrado superior nas regiões que se caracterizam por apresentar rendas menores, não foi suficiente para alterar as posições em que se encontravam no ano de 2000. Neste sentido, destacam-se as ROPs Nordeste, Lomba do Pinheiro e Ilhas que registraram tanto no ano de 2000 como no de 2010 as menores rendas médias *per capita* da cidade.

Por outro lado, mesmo tendo se concretizado na década 2000-2010 uma pequena diminuição na desigualdade de renda entre as diferentes ROPs da cidade, a maior renda média (ROP Centro) permanece sendo 7,8 vezes superior ao menor valor (ROP Nordeste). Deve-se chamar a atenção, ainda, que a distribuição de renda, medida pelo Índice de Gini, embora se mostrando menos desigual em algumas ROPs, evidenciou ter se concentrado em outras, o que teve como resultado final a manutenção em 2010 do mesmo valor do Índice de Gini exibido por Porto Alegre em 2010.

**Mapa 21** - ICV da dimensão Renda das Regiões do Orçamento Participativo em **2000**.



**Mapa 22** - ICV da dimensão Renda das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



## **DIMENSÃO INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

A dimensão Infância e Adolescência, neste estudo, diz respeito a uma parcela específica da população tratando aspectos relacionados às condições de vida da criança e do adolescente, em especial no que tange ao acesso à educação e a vulnerabilidade social, aspectos que podem auxiliar a reprodução da pobreza. As condições nessa fase do ciclo de vida trazem consequências ao desenvolvimento futuro de uma sociedade e não se limitam aos indicadores que apresentamos aqui, no entanto, a partir dos critérios utilizados para a construção do Índice de Condições de Vida, selecionamos indicadores pertinentes a este propósito.

Porto Alegre possuía em 2010 uma população de 1.409.351 de pessoas, da qual 345.926 pessoas com menos de 18 anos de idade, segmento considerado como infância e adolescência neste estudo, equivaliam a 24% da população da cidade. Na tabela abaixo, destacamos a população de crianças e adolescentes nesta faixa etária (0 a 18 anos) por ROP, e a variação entre os anos 2000 e 2010. Embora neste período a população infanto-juvenil tenha diminuído 16,21% na cidade, o que também se percebe na maioria das 17 Regiões do OP, na ROP Nordeste observou-se um crescimento de 15,85%.

**Tabela 11- Número e Percentual de Crianças e Adolescentes por Região do Orçamento Participativo, 2000-2010.**

Território	2000			2010		
	População total	Crianças e adolescentes Total	Perc.	População total	Crianças e adolescentes Total	Perc
<b>Porto Alegre</b>	1.360.590	412.855	30,34	1.409.351	345.926	24,55
Centro	266.896	51.890	19,44	276.799	38.770	14,01
Centro Sul	109.869	34.128	31,06	110.889	27.494	24,79
Cristal	29.943	9.339	31,19	27.661	6.460	23,35
Cruzeiro	70.075	25.607	36,54	65.408	19.746	30,19
Eixo Baltazar	92.835	29.705	32,00	100.418	25.748	25,64
Extremo Sul	29.666	10.617	35,79	34.873	10.536	30,21
Glória	44.387	16.363	36,86	42.286	12.636	29,88
Humaitá/Navegantes	41.952	13.524	32,24	43.689	11.721	26,83
Ilhas	7.619	3.152	41,37	8.330	3.058	36,71
Leste	118.969	39.529	33,23	114.309	30.532	26,71
Lomba do Pinheiro	55.084	22.893	41,56	62.315	21.241	34,09
Nordeste	29.066	12.527	43,10	37.234	14.512	38,98
Noroeste	130.132	31.450	24,17	130.810	23.609	18,05
Norte	90.120	31.513	34,97	91.366	26.372	28,86
Partenon	120.792	38.507	31,88	118.923	31.648	26,61
Restinga	54.993	21.369	38,86	60.729	20.773	34,21
Sul	68.192	20.647	30,28	83.312	20.803	24,97

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Elaboração dos autores.

Esta dimensão pretende avaliar, por um lado, o acesso à educação de crianças e adolescentes em cada região, por meio de três indicadores: **Percentual de 0 a 5 anos na escola, Taxa de frequência líquida ao fundamental, Taxa de frequência líquida ao médio**. Considerando a faixa etária adequada é possível analisar a demanda por educação formal, a existência de crianças e jovens fora da escola e o ingresso tardio no sistema educacional. Por outro lado, a vulnerabilidade social, observada a partir do indicador **Percentual**

**de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade** apresenta diferenças entre as regiões no que concernem as condições de vida que repercutem sobre o desenvolvimento infanto-juvenil e tendem a manutenção da pobreza.

## **Percentual de 0 a 5 anos na escola**

Em 2000 somente 25,19% das crianças entre 0 e 5 anos estavam matriculadas no nível de educação infantil<sup>44</sup>, em 2010 41,00%. E, embora tenha tido um crescimento de 62,76% no período, observa-se que este resultado para Porto Alegre ainda estava distante da demanda existente por parte das comunidades. A população de diferentes regiões da cidade claramente vem manifestando a expectativa quanto ao aumento de atendimento escolar a esta faixa etária neste nível de ensino, seja para a pré-escola (4 e 5 anos, em 2010) ou para creche (0 a 3 anos). As prioridades indicadas na temática Educação, inseridas nos Planos de Investimento do Orçamento Participativo dos últimos anos vem ao encontro não só destas expectativas, mas, também se encontram alinhadas às metas do Plano Nacional de Educação – 2011 - 2020.

Para se compreender a dinâmica da expansão e particularidades deste atendimento nas ROPs a tabela abaixo apresenta os valores em 2000 e 2010 deste indicador que se seguirá analisando.

---

<sup>44</sup> O indicador “% de 0 a 5 anos na escola”, aqui analisado, refere-se a todas as crianças desta faixa etária matriculadas em escola, independente do nível de ensino (creche ou pré-escola), contudo, cabe salientar que em nosso município a orientação legal do Conselho Municipal de Educação - CME, responsável por normatização da Educação Infantil de Porto Alegre (pública e privada), prioriza que nesta idade as crianças frequentem a Educação Infantil por adequação pedagógica ao tipo de trabalho a ser realizado visando qualidade no desenvolvimento cognitivo das crianças.



**Tabela 12 - Percentual da população de 0 a 5 anos na escola no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.**

Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	23,79			43,15		
<b>Rio Grande do Sul</b>	17,35			35,38		
<b>Porto Alegre</b>	25,19			41,00		
<b>Centro</b>	53,06	0,692	1	58,97	0,779	1
<b>Centro Sul</b>	26,78	0,301	4	44,92	0,571	5
<b>Cristal</b>	25,86	0,288	6	51,29	0,665	3
<b>Cruzeiro</b>	19,64	0,195	10	39,67	0,493	7
<b>Eixo-Baltazar</b>	26,08	0,291	5	45,82	0,584	4
<b>Extremo-Sul</b>	13,86	0,110	15	27,32	0,309	16
<b>Glória</b>	19,72	0,197	9	34,27	0,413	12
<b>Humaitá/Navegantes</b>	15,39	0,132	14	38,30	0,473	9
<b>Ilhas</b>	19,13	0,188	11	30,40	0,355	14
<b>Leste</b>	21,76	0,227	8	40,02	0,498	6
<b>Lomba do Pinheiro</b>	10,76	0,064	16	29,88	0,347	15
<b>Nordeste</b>	6,68	0,003	17	26,33	0,295	17
<b>Noroeste</b>	43,20	0,545	2	52,31	0,681	2
<b>Norte</b>	17,74	0,167	12	38,01	0,468	10
<b>Partenon</b>	23,00	0,245	7	37,33	0,458	11
<b>Restinga</b>	15,84	0,139	13	30,44	0,356	13
<b>Sul</b>	28,34	0,325	3	39,15	0,485	8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

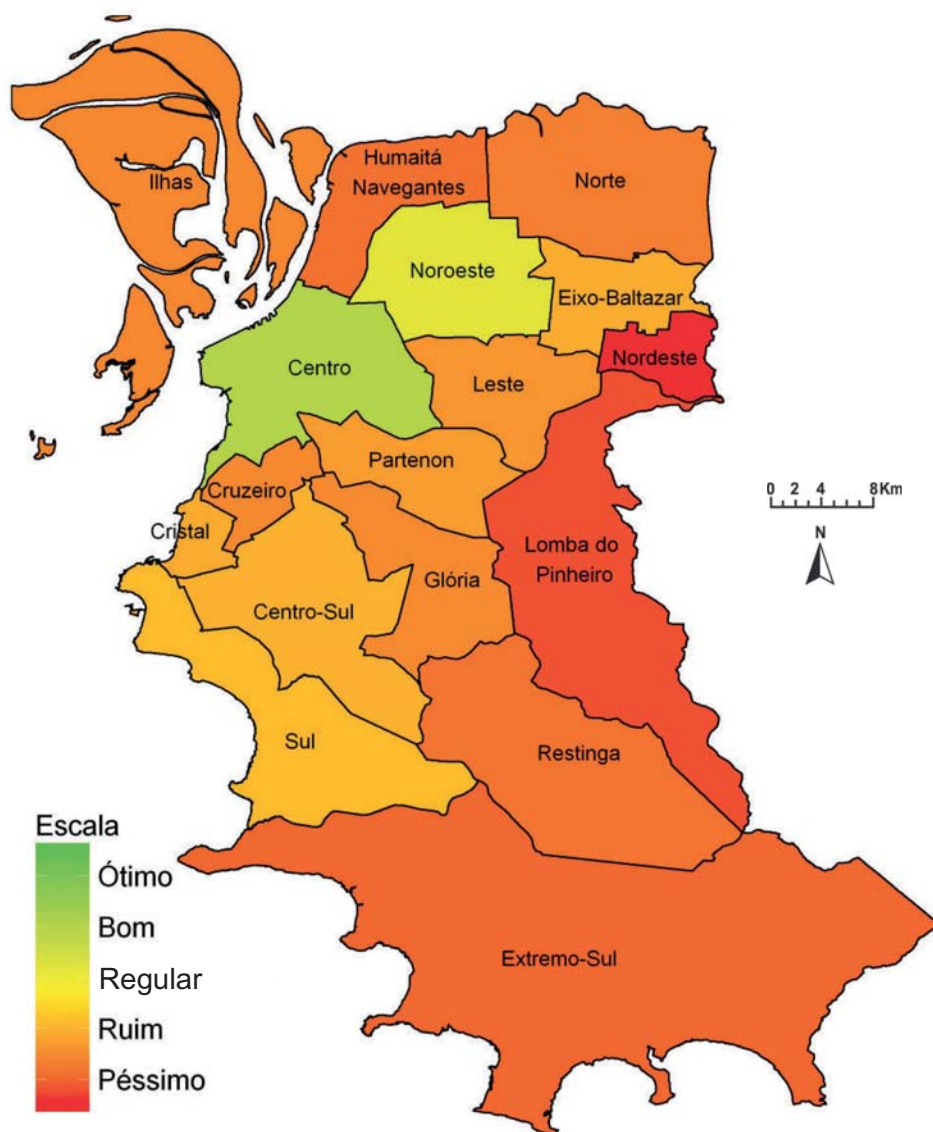
Elaboração dos autores.

Em 2000 os índices da maioria das regiões estavam classificados entre “péssimo” e “ruim” com valores de escolarização entre 6,78% na Região Nordeste até 28,34% na Sul, com duas exceções regionais: a Noroeste, na qual o indicador atingia a escala “regular” com 43,20% e a Centro que se classificava como “bom” alcançando 53,06%, ocupando assim o topo do *ranking* isoladamente das demais. Já em 2010 houve melhora em todas as 17 regiões sendo que mais nenhuma ocupava a classificação de “péssimo” fazendo com subissem no ranking geral com pequenas variações.

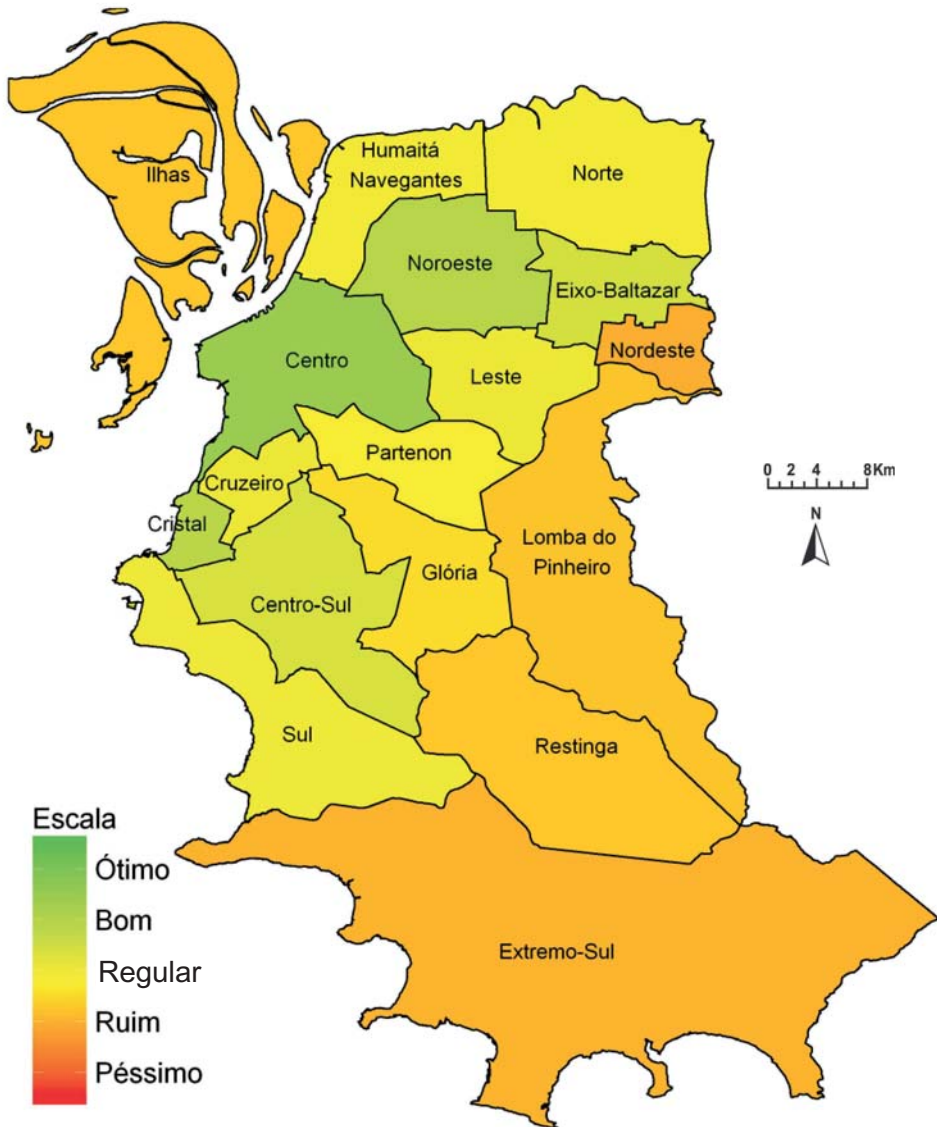
Das nove regiões que estavam classificadas no índice como “péssimo”, em 2000 cinco (Nordeste, Extremo Sul, Lomba do Pinheiro, Ilhas e Restinga, em ordem crescente) passaram para “ruim”, sendo a Nordeste a que apresentou maior variação positiva (0,292) dentre estas. E as outras quatro (Glória, Norte, Humaitá/Navegantes e Cruzeiro), sendo a Humaitá/Navegantes a com melhor variação atingindo 0,340 deste grupo. Das seis “Ruins” em 2000 cinco (Partenon, Sul, Leste, Centro Sul e Eixo-Baltazar), sendo que a Eixo-Baltazar obteve a melhor variação de 0,293. Destacou-se a Região Cristal que subiu duas posições passando de “ruim” para “bom” com variação de 0,378. A ROP Noroeste que era a única em “regular” com valor de 0,545 em 2000 passou para “bom” com 0,681, juntando-se neste grupo a Cristal e a ROP Centro que permaneceu neste mesmo nível, com a menor variação dentre todas as regiões, mas ainda assim positiva de 0,088.

Ao observar o mapa das regiões percebe-se com mais clareza a melhora expressa pelos valores deste indicador, pelo índice gerado e as variações expressas pela escala de cores adotada que facilita a análise acima descrita. Todos os mapas desta dimensão encontram-se ao final das análises dos indicadores selecionados para o tema Infância e Adolescência.

**Mapa 23** - Percentual de 0 a 5 anos na escola das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.



**Mapa 24** - Percentual de 0 a 5 anos na escola das Regiões do Orçamento Participativo em **2010**.



## **Taxa de frequência líquida ao fundamental**

A rede de ensino fundamental em Porto Alegre encontra-se mais estruturada e disponível devido à obrigatoriedade deste nível de ensino desde 1971. Mesmo assim, observa-se que nenhuma das 17 regiões consegue atender 100% da sua demanda. Em 2000 a cidade atingia 94,80% de frequência elevando para 96,60% em 2010, mas preocupante é se perceber a situação, que pressupõe a universalização do ensino fundamental, e nos deparamos que em 2000 a cidade estava abaixo do estado (95,23%), mas acima da média nacional que era de 93,22%, e que em 2010 ficou abaixo destas duas instâncias (RS com 97,32% e o Brasil com 96,82%), conforme demonstra a Tabela 13.

Tabela 13 - Taxa de frequência líquida ao fundamental no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	93,22			96,82		
<b>Rio Grande do Sul</b>	95,23			97,32		
<b>Porto Alegre</b>	94,80			96,60		
<b>Centro</b>	98,18	0,982	1	97,98	0,980	1
<b>Centro Sul</b>	97,31	0,973	3	97,93	0,979	2
<b>Cristal</b>	95,31	0,953	5	95,58	0,956	13
<b>Cruzeiro</b>	92,73	0,927	12	95,35	0,954	15
<b>Eixo-Baltazar</b>	96,64	0,966	4	97,92	0,979	3
<b>Extremo-Sul</b>	92,02	0,920	14	97,56	0,976	7
<b>Glória</b>	93,56	0,936	10	95,56	0,956	14
<b>Humaitá/Navegantes</b>	92,12	0,921	13	97,85	0,979	5
<b>Ilhas</b>	87,87	0,879	16	96,95	0,970	8
<b>Leste</b>	94,05	0,941	9	96,79	0,968	9
<b>Lomba do Pinheiro</b>	91,18	0,912	15	92,98	0,930	17
<b>Nordeste</b>	87,08	0,871	17	95,97	0,960	10
<b>Noroeste</b>	97,74	0,977	2	97,80	0,978	6
<b>Norte</b>	94,61	0,946	7	95,87	0,959	11
<b>Partenon</b>	94,56	0,946	8	95,22	0,952	16
<b>Restinga</b>	93,23	0,932	11	95,79	0,958	12
<b>Sul</b>	95,08	0,951	6	97,87	0,979	4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

Elaboração dos autores.

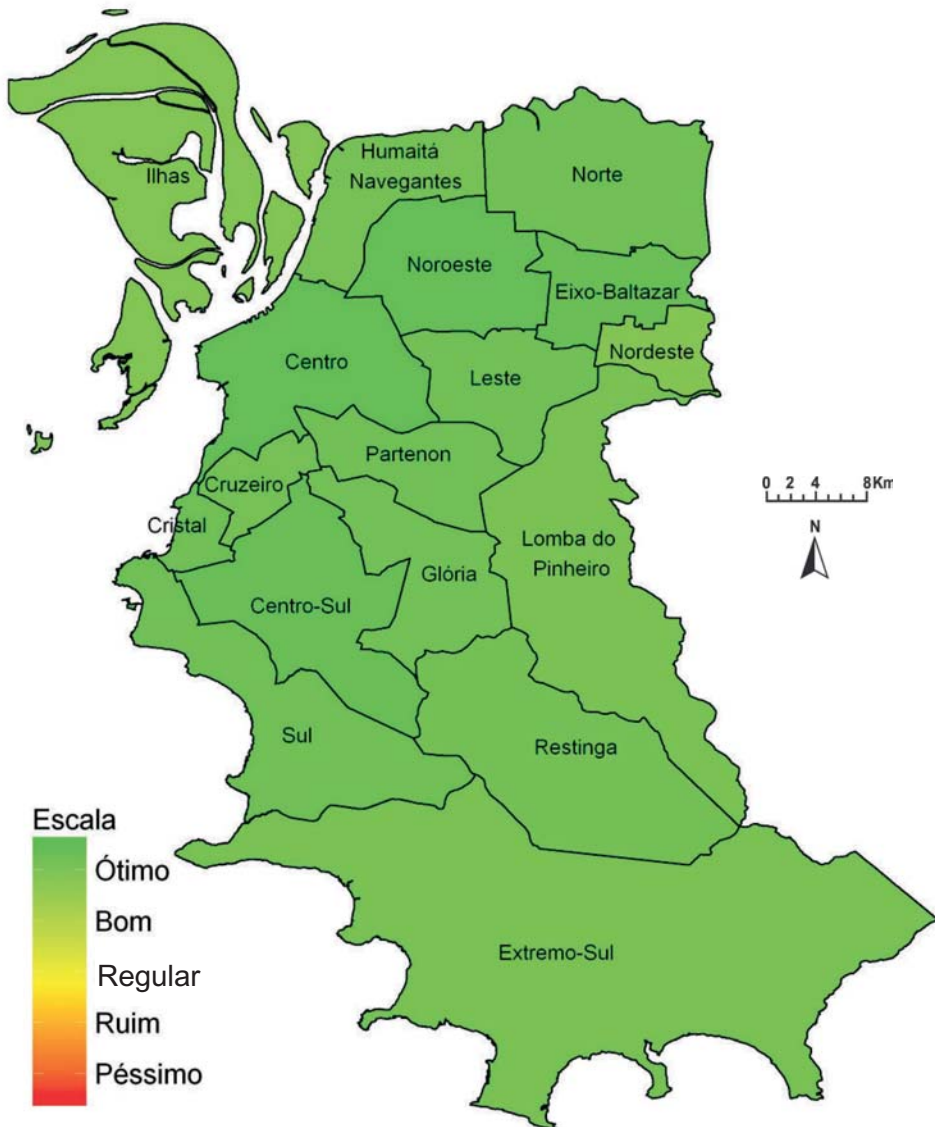
Nas Regiões do OP este indicador aparece com pequenas alternâncias de posições com um intervalo entre 87,08% e 98,18% em 2000 e entre 92,98% e 97,98% em 2010. O valor expresso de cada território garantiu que todas que se encontravam em 2000 classificadas como “ótimo” permanecessem em 2010 na mesma situação. No entanto, quanto à variação somente a ROP Centro, apesar de primeira no ranking tanto em 2000 quanto em 2010, decresceu de 98,18% para 97,98% na década, com uma variação negativa mínima de - 0,002. Dentre as demais regiões por ordem crescente as cinco que mais se destacaram foram as ROPs Ilhas com 0,091, a Nordeste com 0,089, a Humaitá/Navegantes com 0,057, a Extremo Sul com 0,055 e a Sul com 0,028. Já as cinco que apresentaram menor variação foram a Norte com 0,013, a Partenon com 0,007, a Centro Sul com 0,006, a Cristal com 0,003 e a última, a ROP Noroeste que cresceu apenas 0,001 no período em análise.

Quando surgem investimentos em programas municipais para minimizar os problemas de acesso e frequência das crianças, que têm dificuldade em permanecer na escola no nível fundamental conjecturamos inúmeros problemas externos: transporte escolar, trabalho infantil, negligência dos pais que deixam seus filhos sem frequentar a escola, evasão escolar, dentre tantas outras suposições. Contextualizar os motivos de não se alcançar o ideal para este indicador, serve para apontarmos a necessidade de uma pesquisa específica, para identificar quanto e que tipo dentre tais fatores mais vem interferindo sobre a frequência escolar.

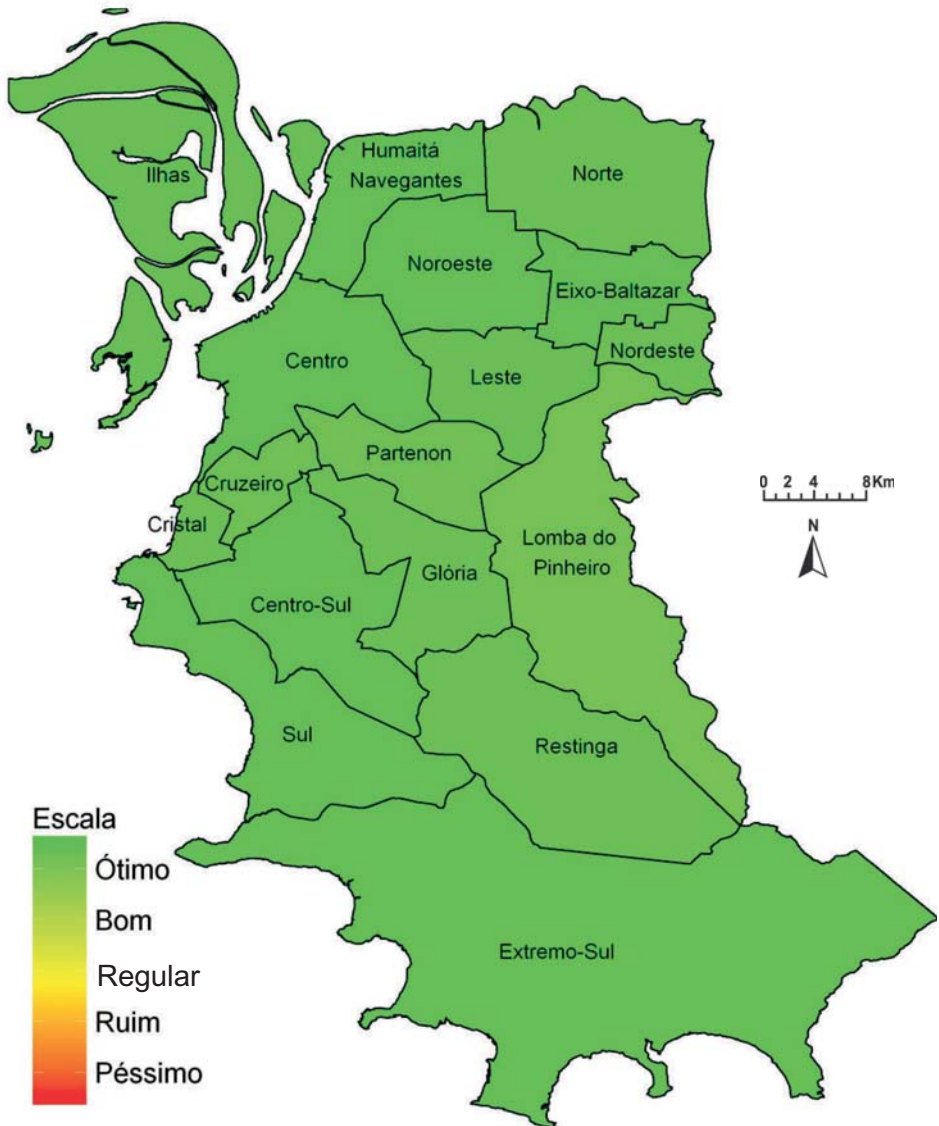


Lembramos, no entanto, que há vagas suficientes na cidade para que este atendimento viabilize a frequência de todas as crianças de 6 a 14 anos da cidade. Contudo, embora exista uma rede de cuidados com a educação na cidade, o abandono está presente, principalmente quanto aos adolescentes, que apesar do Conselho Tutelar, Ministério Público, da aplicação das FICAIs – Fichas de Identificação e Comunicação de Alunos Infrequentes, do Programa “Vou à Escola” (que leva crianças que necessitam se deslocar a outras regiões para estudar), entre tantas iniciativas, não têm sido suficientes para garantia plena deste direito.

**Mapa 25 - Taxa de frequência líquida ao fundamental das Regiões do Orçamento Participativo 2000.**



**Mapa 26 - Taxa de frequência líquida ao fundamental das Regiões do Orçamento Participativo 2010.**



## **Taxa de frequência líquida ao médio**

Diferente do Ensino Fundamental que apresentou um crescimento de 1,80 pontos percentuais de frequência líquida entre 2000 e 2010, o Ensino Médio cresceu apenas 0,89 pontos percentuais apesar de ser um nível de extrema importância na formação básica e profissional da futura população economicamente ativa de qualquer cidade. A faixa etária de 15 a 17 anos compreendia, segundo o Censo Demográfico de 2010, 60.946 adolescentes, de toda a população de Porto Alegre, que teriam de estar frequentando o Ensino Médio até 2016 previsto como obrigatório pela Meta 3 do PNE 2011-2020. Contudo, apesar do indicativo legal, esta não é a realidade que se apresenta, mesmo lembrando que este nível de ensino compete ao poder público estadual, é o município quem sente os reflexos diretos da não observância deste atendimento.

O presente estudo traduz os resultados regionais desta frequência pautando como indicador indissociável na estrutura das condições de vida da sociedade porto-alegrense. Lembramos que atualmente este nível de ensino é na maioria das vezes o mínimo exigido aos ingressantes ao mercado de trabalho, bem como ao acesso a concursos públicos em diferentes áreas.

Em 2000 a cidade atingia 54,22% ficando acima do estado com 47,52% e do país com 36,09%, no entanto os percentuais de 2010 são um tanto diferentes: enquanto Porto Alegre passou para 55,11%, portanto somente 0,89 pontos percentuais, o estado com 55,56% aumentou 8,04 pontos percentuais e o Brasil com 53,22% teve um aumento bastante significativo de 17,13 pontos percentuais para este nível. Perguntar por que o Ensino Médio está estagnado em Porto Alegre, não é suficiente precisamos antes conhecer como ocorre a frequência dos adolescentes à escola nos

diferentes territórios da cidade. Um crescimento muito inexpressivo para a década 2000 – 2010 é o que demonstram os dados regionais que passaremos a observar de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 14 - Taxa de frequência líquida ao médio no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	36,09			53,22		
<b>Rio Grande do Sul</b>	47,52			55,56		
<b>Porto Alegre</b>	54,22			55,11		
<b>Centro</b>	80,61	0,806	1	84,37	0,844	1
<b>Centro Sul</b>	56,36	0,564	4	59,48	0,595	4
<b>Cristal</b>	48,31	0,483	7	39,53	0,395	15
<b>Cruzeiro</b>	34,40	0,344	15	35,25	0,353	16
<b>Eixo-Baltazar</b>	53,97	0,540	5	55,40	0,554	7
<b>Extremo-Sul</b>	41,84	0,418	12	58,46	0,585	5
<b>Glória</b>	46,56	0,466	10	50,05	0,501	9
<b>Humaitá/Navegantes</b>	47,46	0,475	9	56,08	0,561	6
<b>Ilhas</b>	20,10	0,201	17	49,76	0,498	10
<b>Leste</b>	48,50	0,485	6	42,02	0,420	13
<b>Lomba do Pinheiro</b>	36,65	0,367	13	43,93	0,439	12
<b>Nordeste</b>	24,37	0,244	16	27,19	0,272	17
<b>Noroeste</b>	75,23	0,752	2	79,76	0,798	2
<b>Norte</b>	43,18	0,432	11	49,75	0,498	11
<b>Partenon</b>	47,95	0,480	8	52,01	0,520	8
<b>Restinga</b>	34,43	0,344	14	40,18	0,402	14
<b>Sul</b>	60,72	0,607	3	62,98	0,630	3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014).

Elaboração dos autores.

Este indicador nas Regiões do OP apresenta, na década em estudo, pequenas mudanças de posição entre estas. Estas movimentações se evidenciam pelo intervalo entre 20,10% e 80,61% em 2000 e entre 27,19% e 84,37% em 2010. Duas Regiões decresceram neste período (2000-2010), sendo a mais significativa a Cristal que caiu da 7<sup>a</sup> para a 15<sup>a</sup> posição no *ranking* com uma

variação negativa de -0,088, seguida pela região Leste que caiu da 6<sup>a</sup> para a 13<sup>a</sup> posição com -0,065 de variação. As demais regiões obtiveram singelos valores de crescimento.

Nenhuma região tanto em 2000 quanto em 2010 se encontrava com a classificação “Péssima”. Como “Ruins” encontramos 5 ROPs (Ilhas, Nordeste, Cruzeiro, Restinga e Lomba do Pinheiro) em 2000 e destas apenas a Nordeste e a Cruzeiro permaneceram em 2010 com esta classificação tendo as demais subido para o nível “regular”. Das nove regiões (Extremo Sul, Norte, Glória, Humaitá/Navegantes, Partenon, Cristal, Leste, Eixo-Baltazar e Centro Sul) consideradas como “regular” em 2000 oito permaneceram neste mesmo nível sendo a que obteve melhor resultado deste grupo foi a Extremo Sul que saiu de um índice de 0,418 para 0,585 com a mais alta variação de 0,166 no período entre todas as regiões. Mantiveram-se no nível “bom” as regiões Sul e Noroeste e a única classificada como “ótimo” em 2000 também ocupando a primeira posição nos dois anos em análise foi a ROP Centro com o índice de 0,806 em 2000 e 0,844 em 2010.

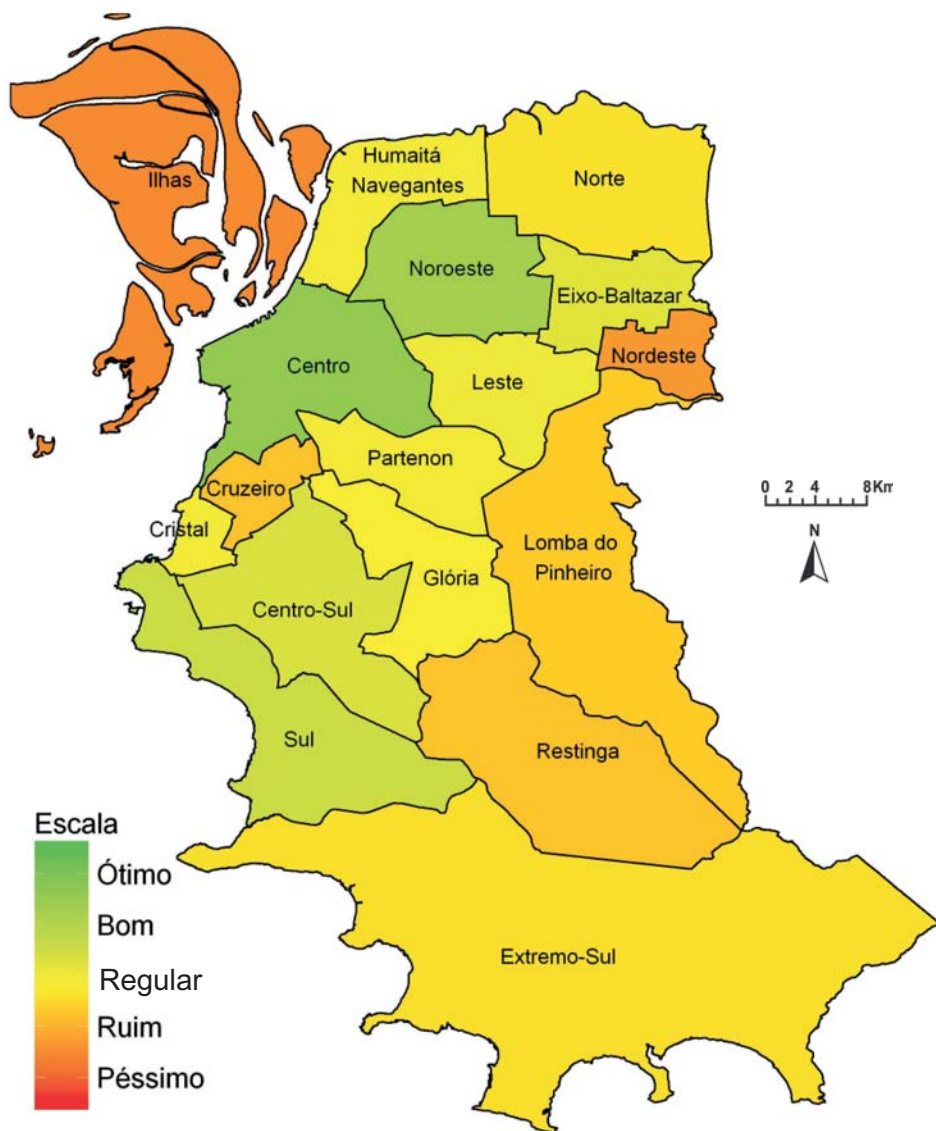
Cabe destacar alguns aspectos que podem nos auxiliar a compreender esses esparsos movimentos neste nível de ensino: dificuldade de permanência nas escolas devido à necessidade de jovens de famílias de baixa renda em ingressar no mercado de trabalho, a possibilidade dos jovens de obterem o diploma de conclusão por outros meios, como por exemplo, o ENEM e a concentração das escolas de ensino médio em áreas centrais dificultando o acesso.

Longe de atingir 100 % de seus jovens frequentando o Ensino Médio percebemos que algumas regiões mantem maior percentual do que outras, e, isso se deve a concentração de vagas naquelas mais centrais. Por este motivo é lógico pensar que muitos alunos contabilizados nas escolas do Centro na verdade são oriundos de

outros territórios e muitos fazem tal opção por diferentes motivos como, por exemplo, a proximidade ao local de trabalho, facilidade de transporte, entre outros.

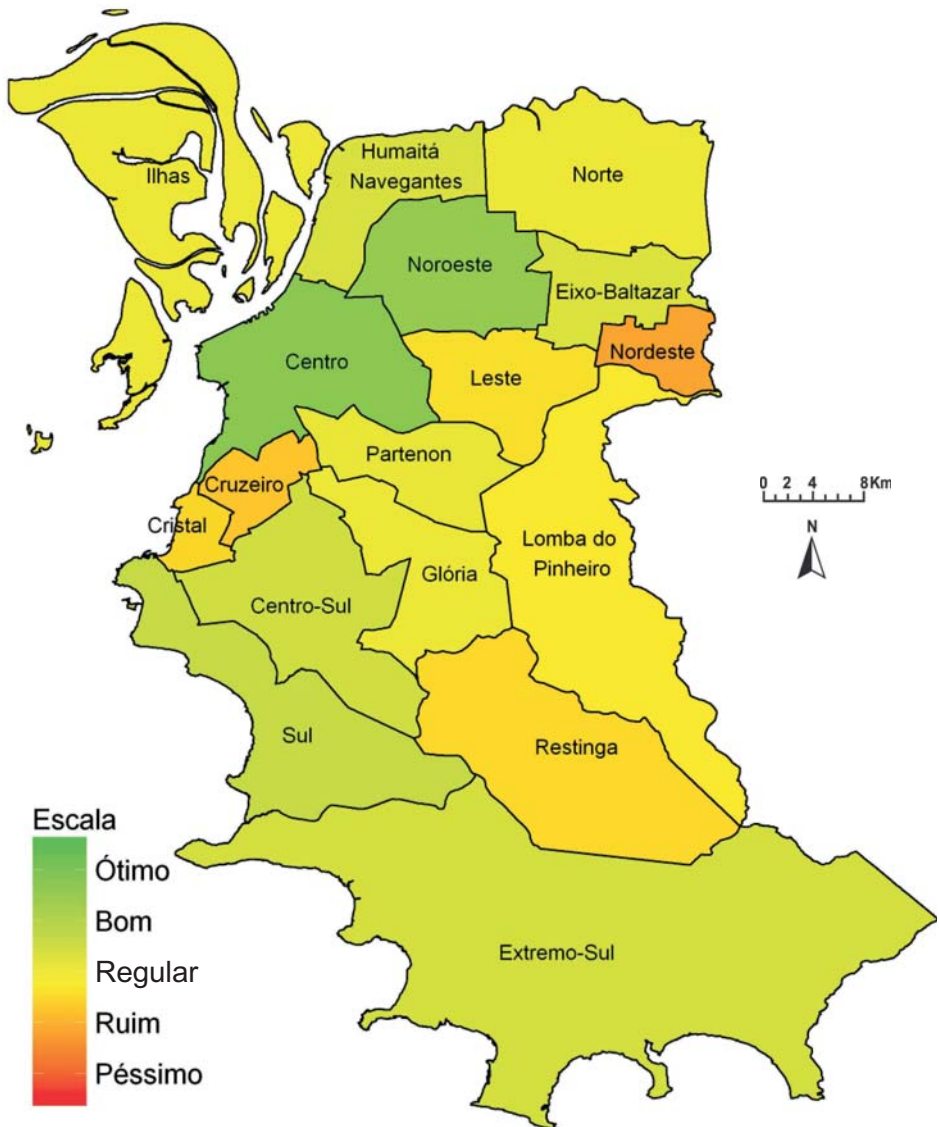
Maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho e isso é inegável. Merece total atenção este indicador cabendo um estudo mais aprofundado para compreender e propor soluções de acordo com o problema apresentado, em especial nas regiões Leste (42,02%), Restinga (40,18%), Cristal (39,53%), Cruzeiro (35,25%) e Nordeste (27,19%) que apresentaram em 2010 baixíssimos percentuais de frequência.

**Mapa 27** - Taxa de frequência líquida ao médio das Regiões do Orçamento Participativo em **2000**.





**Mapa 28** - Taxa de frequência líquida ao médio das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



## **Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade**

Mães mais escolarizadas contribuem de forma decisiva na aprendizagem dos filhos e na melhor distribuição de renda, conforme já referido na dimensão longevidade, quanto à mortalidade infantil. Ao analisar o Percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor observa-se que entre 2000 e 2010 houve uma queda de 26,89%, seguindo a tendência tanto do estado (27,46%) quanto do país (29,45%). Em Porto Alegre 39,87% das mães chefes de família não tinham concluído o ensino fundamental no ano de 2000, e em 2010 eram 29,15% nesta situação.

Na maioria das regiões (15) ocorreu uma diminuição percentual de mães chefes de famílias sem ensino fundamental concluído. As duas regiões que apresentaram aumento neste indicador foram: Região Ilhas, que em 2000 apresentava 42,26% das mulheres chefes de família com filho menor tinham somente ensino fundamental e em 2010 aumentou para 57,26% (acréscimo de 35,49%) e a Região Humaitá-Navegantes passou de 17,72% para 21,37% no período (acréscimo de 20,60%).

Quanto à redução dos valores do indicador destacam-se a Região Eixo Baltazar e a Centro Sul, que apresentaram uma diminuição de aproximadamente 50%. Ou seja, aumentou a escolaridade das mães chefes de família com pelo menos um filho menor representando uma significativa melhora deste indicador nestas duas regiões.

Tabela 15 - Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

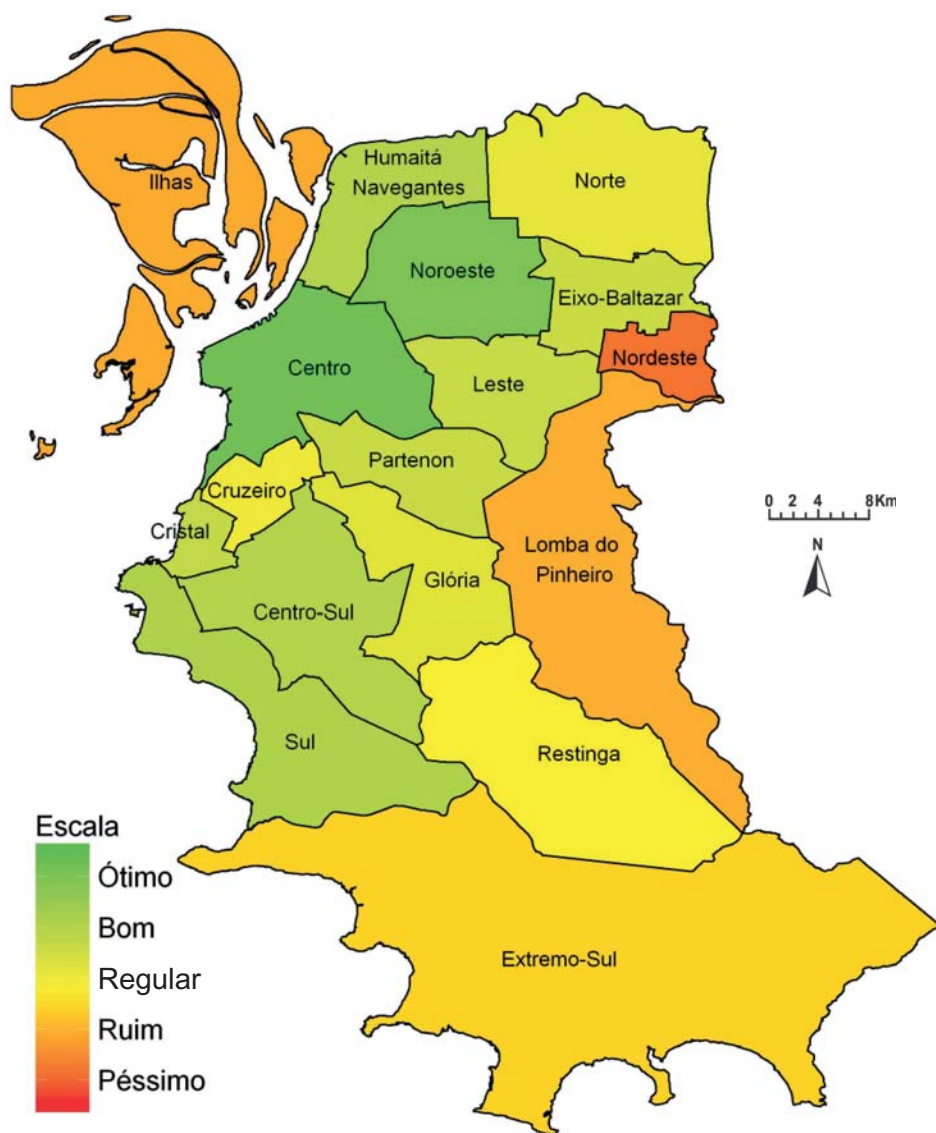
Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	61,22			43,19		
<b>Rio Grande do Sul</b>	55,82			40,49		
<b>Porto Alegre</b>	39,87			29,15		
<b>Centro</b>	3,30	0,944	1	3,15	0,947	1
<b>Centro Sul</b>	17,86	0,697	5	9,33	0,842	3
<b>Cristal</b>	21,33	0,639	6	16,06	0,728	7
<b>Cruzeiro</b>	30,24	0,488	12	23,90	0,595	15
<b>Eixo-Baltazar</b>	22,82	0,613	9	11,74	0,801	5
<b>Extremo-Sul</b>	36,28	0,386	14	20,89	0,646	10
<b>Glória</b>	26,60	0,549	10	21,28	0,640	11
<b>Humaitá/Navegantes</b>	17,72	0,700	4	21,37	0,638	12
<b>Ilhas</b>	42,26	0,284	16	57,26	0,030	17
<b>Leste</b>	22,07	0,626	7	16,55	0,720	8
<b>Lomba do Pinheiro</b>	41,70	0,294	15	23,35	0,605	14
<b>Nordeste</b>	51,08	0,135	17	36,02	0,390	16
<b>Noroeste</b>	5,88	0,900	2	4,30	0,927	2
<b>Norte</b>	27,97	0,526	11	16,90	0,714	9
<b>Partenon</b>	22,16	0,625	8	15,54	0,737	6
<b>Restinga</b>	31,51	0,466	13	22,38	0,621	13
<b>Sul</b>	17,09	0,711	3	9,70	0,836	4

Fonte do indicador: Plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras/ IPEA, 2015.

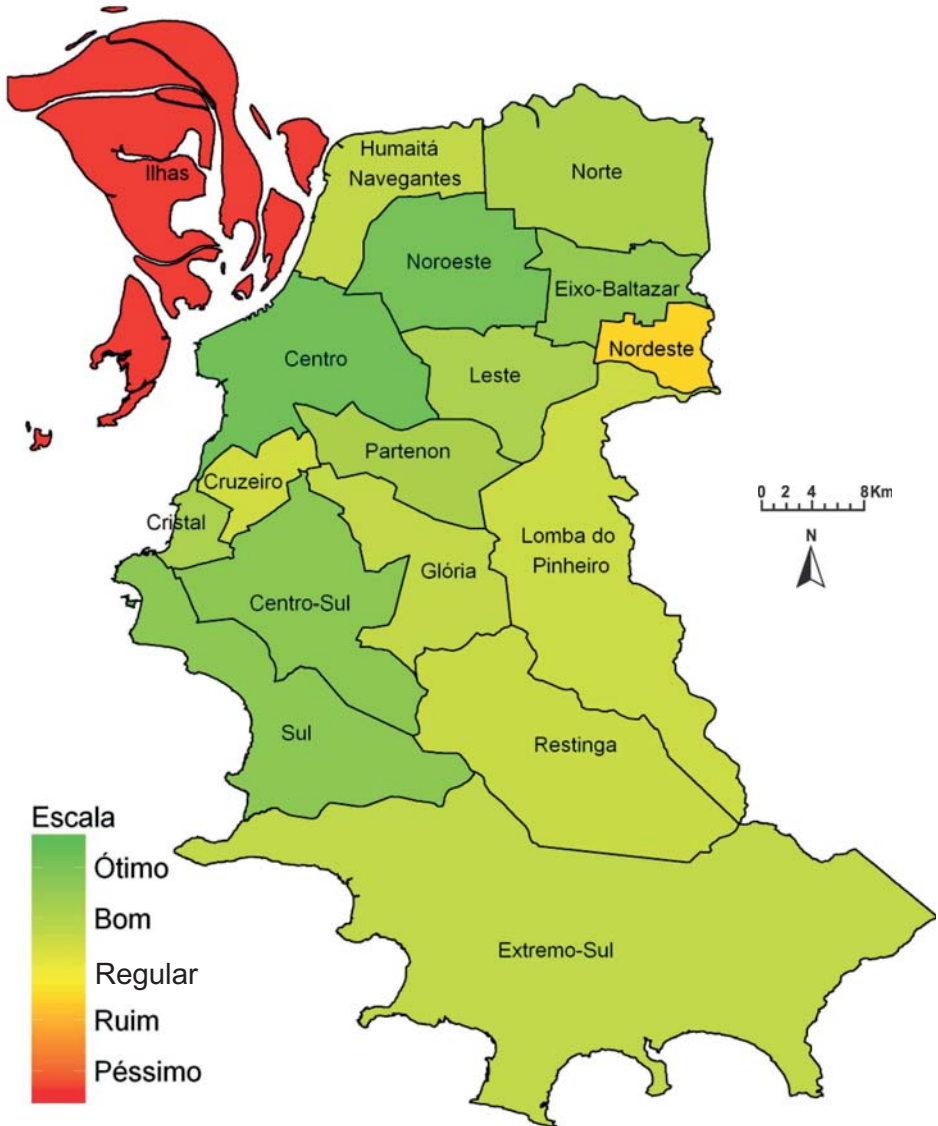
Elaboração dos autores.

Ao observarmos o ranking nas tabelas e os mapas ao final desta dimensão se verifica que enquanto em 2000 a Região Nordeste apresentava o maior percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental (51,08%) em 2010 é a Região Ilhas que assume a última posição com 57,26%. Valores esses que representam em 2000 que a Nordeste estava com 28,12% a mais de mães chefe em relação ao percentual médio da cidade (em 2010 estava com 23,57) enquanto que em 2010 a Região Ilhas estava com 96,53% a mais de mães em relação ao percentual média da cidade.

**Mapa 29** - Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade das Regiões do Orçamento Participativo em **2000**.



**Mapa 30** - Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor de idade das Regiões do Orçamento Participativo em **2010**.



## ICV - Infância e Adolescência

O índice da dimensão Infância e adolescência revela que houve algumas alterações ao longo da década analisada. O Quadro abaixo transparece a movimentação das Regiões do OP de Porto Alegre neste período (2000 – 2010) fazendo-se perceber os avanços conquistados e onde ocorreram.

Quadro 5 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Infância e Adolescência, 2000 e 2010.

Classificação	2000		2010	
	Região	Valor	Região	Valor
<b>Ótimo</b>	Centro	0,856	Centro	0,887
			Noroeste	0,846
<b>Bom</b>			Centro Sul	0,747
			Sul	0,732
			Eixo-Baltazar	0,730
	Noroeste	0,794	Cristal	0,686
	Sul	0,648	Partenon	0,667
	Centro Sul	0,634	Humaitá / Navegantes	0,662
	Eixo-Baltazar	0,603	Norte	0,660
			Leste	0,651
		Extremo-Sul	0,629	
		Glória	0,627	
<b>Regular</b>	Cristal	0,591		
	Partenon	0,574		
	Leste	0,570		
	Humaitá / Navegantes	0,557	Cruzeiro	0,599
	Glória	0,537	Restinga	0,584
	Norte	0,518	Lomba do Pinheiro	0,580
	Cruzeiro	0,489	Nordeste	0,479
	Restinga	0,470	Ilhas	0,463
	Extremo-Sul	0,458		
	Lomba do Pinheiro	0,409		
<b>Ruim</b>	Ilhas	0,388		
	Nordeste	0,313		
<b>Péssimo</b>				

Elaboração dos autores.

Nenhuma das 17 regiões se encontrava classificada como “péssimo” em 2000 e em 2010. A ROPs Ilhas e Nordeste que estavam

como “Ruins” no ano 2000 passaram para “regular” em 2010. Das dez regiões (Lomba do Pinheiro, Extremo Sul, Restinga, Cruzeiro, Norte, Glória, Humaitá/Navegantes, Leste, Partenon e Cristal) em “regular” no ano 2000 somente 3 (Lomba do Pinheiro, Restinga e Cruzeiro) permaneceram nesta classe em 2010, tendo as demais subido na classificação para “bom”.

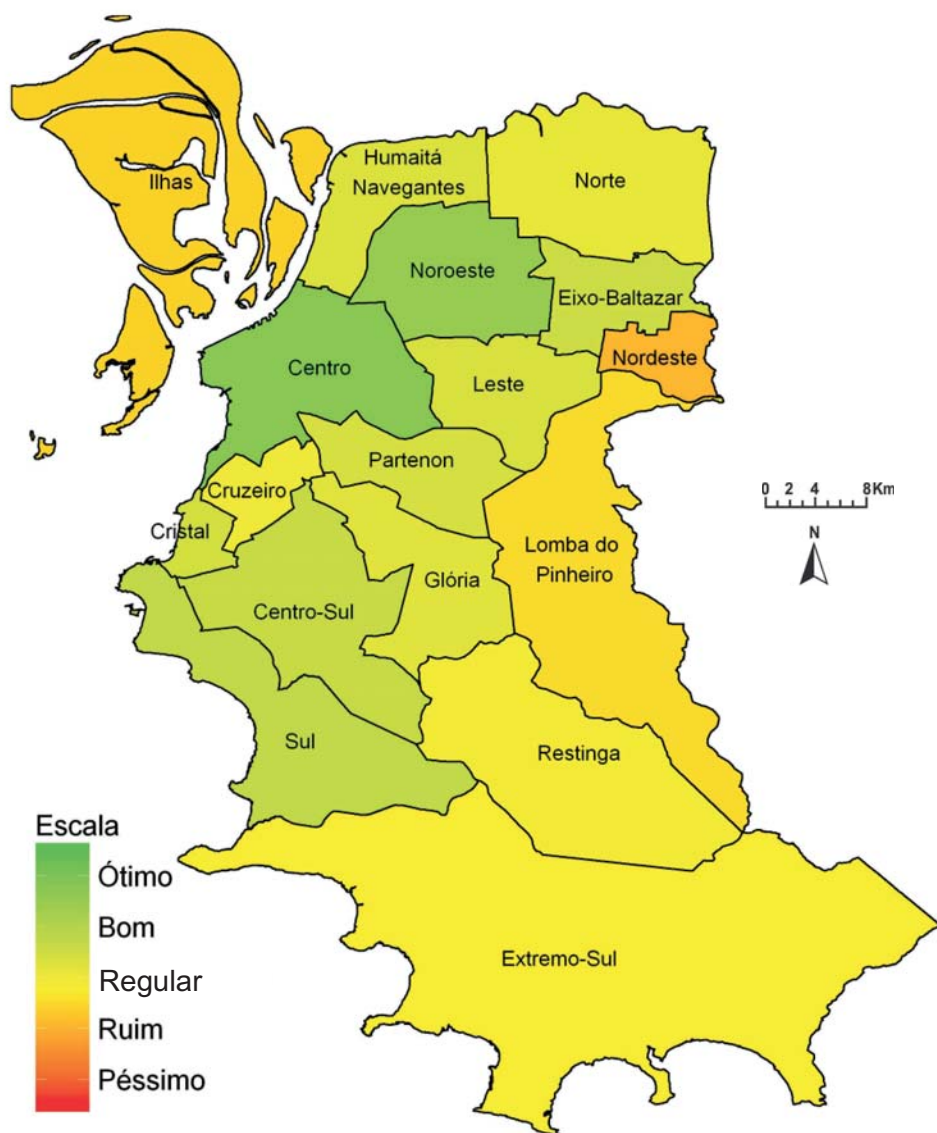
Eixo-Baltazar, Centro Sul, Sul e Noroeste, foram classificadas em 2000 como “bom”, sendo que as três primeiras permaneceram nesta classificação em 2010 e a Noroeste cresceu alcançando a ROP Centro e passando para “ótimo”.

Este estudo demonstra que o Índice de Condições de Vida da dimensão Infância e Adolescência obteve uma variação com um intervalo de 0,171 até 0,031 e que duas ROPs empataram em termos de variação na mais alta, ou seja, A Lomba do Pinheiro e a Extremo Sul tiveram 0,171 de variação positiva enquanto que as regiões Noroeste e Centro ficaram com as mais baixas respectivamente, 0,052 e 0,031. Implica mencionar que duas das regiões mais periféricas da cidade ampliaram a frequência de seus jovens ao Ensino Médio e que nas Regiões mais centralizadas este indicador se encontra estável.

Tendo em vista a obrigatoriedade do ensino médio é preocupante a situação da cidade por não atender a demanda existente apesar do crescimento de frequência que ocorreu entre 2000 e 2010 em seus territórios regionais. Para garantir a permanência dos jovens nos bancos escolares novos incentivos terão de serem traçados para o próximo período, sem esquecer que legalmente é delegado ao estado a responsabilidade exclusiva no atendimento deste nível de ensino.

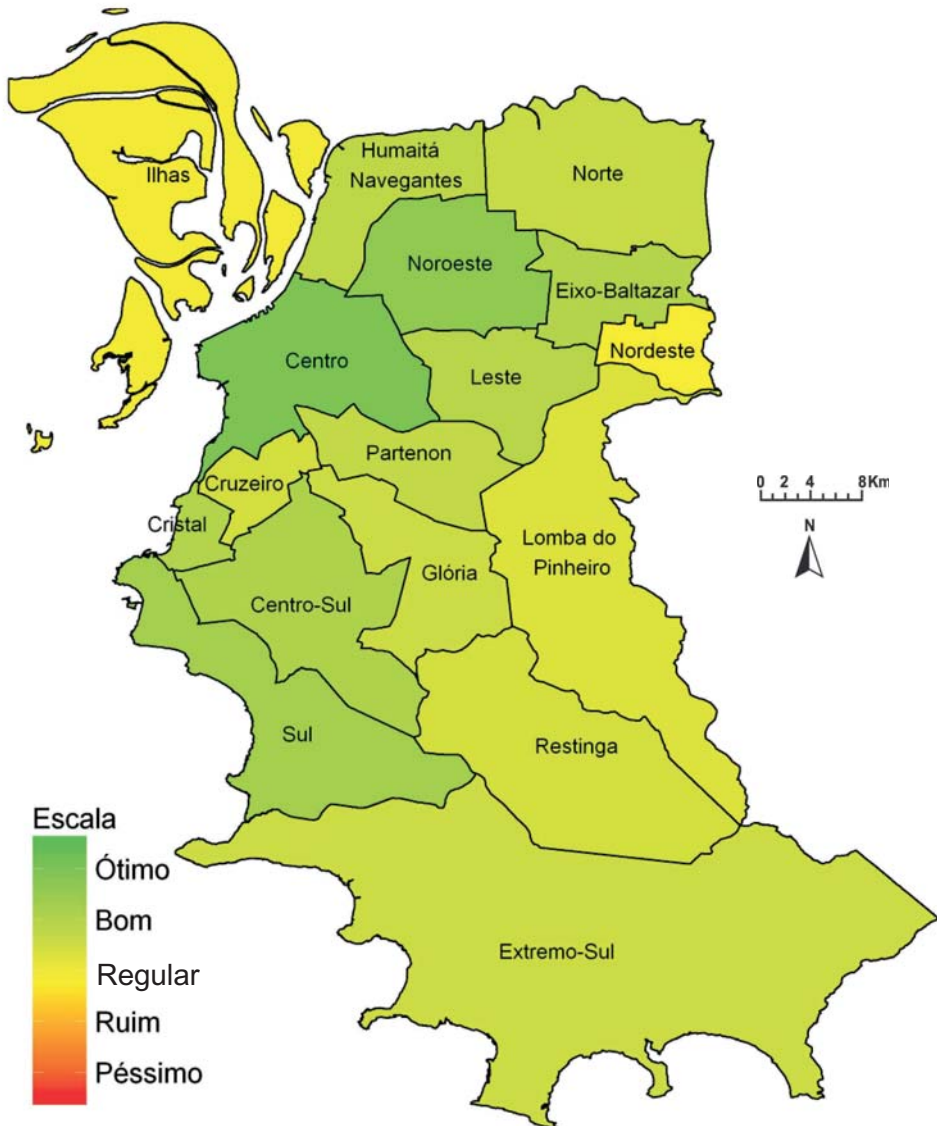


**Mapa 31** - ICV da dimensão Infância e Adolescência das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.





**Mapa 32 - ICV da dimensão Infância e Adolescência das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.**



## DIMENSÃO CONDIÇÕES HABITACIONAIS

O índice que contempla as Condições Habitacionais procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e à condição de moradia que são aspectos que dizem respeito ao lugar de domicílio das pessoas e, quando adequados, garantem uma melhor condição de vida. Neste estudo foi considerada a composição de três indicadores, dois referentes ao saneamento básico: **abastecimento de água potável** e **esgoto adequado**, e o terceiro quanto à condição de **moradias: moradias precárias**. A seguir explicitamos o que ocorreu com cada um desses indicadores.

Para a compreensão da evolução dos três elementos dessa dimensão cabe observar a variação do ano de 2000 para o de 2010 de diferentes dados do Município de Porto Alegre, tais como a população, o número de domicílios, o número de moradores por domicílio e o número moradores por domicílio em moradias precárias. Em relação à população, das 17 ROPs definidas para Porto Alegre, em apenas cinco ocorreu redução da população neste período (ver *Apêndice 1*), já o número de moradores por domicílios, sejam precários ou não, reduziu em todas as Regiões, e como consequência houve o aumento do número de domicílios em todas as Regiões, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 16 - Número de moradores por domicílio em moradias precárias e total de domicílios de Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Região	Morador por domicílio		Morador por domicílio em domicílios precários		Total de domicílios		
	Anos	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Porto Alegre</b>		3,06	2,75	3,81	3,44	440.557	508.456
<b>Centro</b>		2,47	2,17	3,6	3,52	107.914	126.127
<b>Centro Sul</b>		3,28	2,89	3,77	3,28	33.517	37.826
<b>Cristal</b>		3,07	2,66	3,69	3,23	9.744	10.338
<b>Cruzeiro</b>		3,51	3,12	3,89	3,49	19.960	20.815
<b>Eixo Baltazar</b>		3,14	2,79	3,71	3,37	29.552	35.834
<b>Extremo Sul</b>		3,37	3,11	3	3,52	8.801	11.111
<b>Glória</b>		3,44	3,05	3,72	3,15	12.893	13.761
<b>Humaitá/Navegantes</b>		3,14	2,82	3,91	3,36	13.354	15.415
<b>Ilhas</b>		3,48	3,22	*	3,43	2.192	2.573
<b>Leste</b>		3,34	2,98	3,96	3,58	35.586	38.303
<b>Lomba do Pinheiro</b>		3,58	3,24	3,75	3,38	15.377	19.141
<b>Nordeste</b>		3,65	3,4	3,5	3,46	7.969	10.891
<b>Noroeste</b>		2,82	2,51	3,68	3,18	46.200	51.665
<b>Norte</b>		3,39	3,06	3,8	3,49	26.563	29.833
<b>Partenon</b>		3,37	2,95	3,82	3,53	35.826	39.084
<b>Restinga</b>		3,7	3,35	3,87	3,57	14.867	18.070
<b>Sul</b>		3,37	3	3,76	3,38	20.242	27.669

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010, IBGE. Elaboração dos autores.

\* Pela definição utilizada pelo IBGE<sup>45</sup> e os critérios adotados neste estudo, não havia moradias precárias na região Ilhas em 2010.

Em uma análise geral, podemos identificar uma tendência corrente nas diferentes ROPs de Porto Alegre de melhora dos serviços prestados na área do saneamento básico e aumento do número de moradias precárias. Como detalhado a seguir, em algumas Regiões o aumento de moradias precárias foi o indicador responsável pela redução do ICV no período entre o ano de 2000 e 2010.

<sup>45</sup> Para mais informações consulte o capítulo Índice de Condições de Vida: Dimensões e Variáveis.

## **Domicílios com Abastecimento de água potável**

Em 2010 Porto Alegre atingiu 99,35% dos domicílios com abastecimento de água adequada, valor bem superior aos do estado do RS e do Brasil. Esses tiveram um crescimento no período bem superior ao da cidade, porém devemos levar em consideração que a cidade (com elevação de 1% na década) já tinha um elevado patamar de abastecimento de água adequado nos domicílios nos anos 2000.

A maior variação neste indicador, de acordo com a Tabela 17, ocorreu na ROP Ilhas em que passou de 57,85% para 97,63%. A segunda maior ocorreu na ROP Extremo Sul, variando de 80,88% para 91,27%. Destaca-se que essas Regiões, tanto em 2000 como em 2010, apresentam os menores percentuais de abastecimento de água adequado entre as 17 ROPs da cidade. A única Região com redução deste indicador foi a ROP Cristal, com pequena redução de 0,16%; redução essa responsável pela queda de posição no ranking das Regiões caindo da 4ª para a 11ª posição. Naquelas duas ROPs com maiores acréscimos deste indicador, observam-se na Tabela 16 que na ROP Ilhas houve acréscimo de 358 domicílios e na Região Extremo Sul de 2.321 domicílios; dado que o cálculo deste indicador é percentual de domicílios com abastecimento de água pela rede geral sobre o total de domicílios, conclui-se que a melhora nos valores deste indicador é resultado de melhora da rede de água potável nestas Regiões.

Com relação à classificação adotada neste estudo, em 2000 tínhamos apenas uma Região na escala "ruim" (Ilhas), outra na classe "bom" (Extremo Sul) e as demais Regiões (15) classificadas como "ótimo". Enquanto que em 2010 todas as ROPs atingiram o "ótimo".

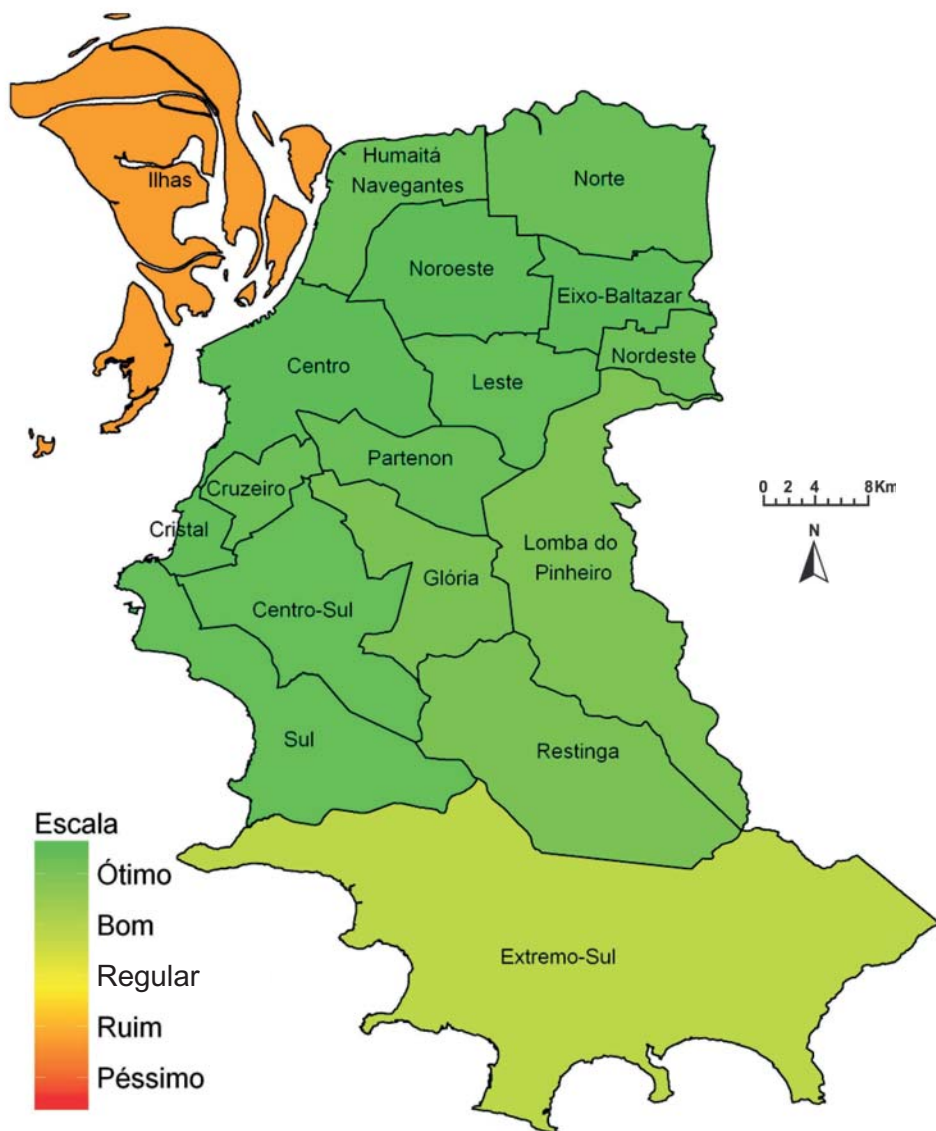
Tabela 17 - Percentual de domicílios com abastecimento de água potável no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	77,82			82,85		
<b>Rio Grande do Sul</b>	79,66			85,33		
<b>Porto Alegre</b>	98,13			99,35		
<b>Centro</b>	99,77	0,996	2	99,78	0,996	3
<b>Centro Sul</b>	99,07	0,983	5	99,55	0,992	6
<b>Cristal</b>	99,31	0,988	4	99,15	0,985	11
<b>Cruzeiro</b>	97,56	0,956	12	99,63	0,993	4
<b>Eixo-Baltazar</b>	99,58	0,993	3	99,83	0,997	2
<b>Extremo-Sul</b>	80,88	0,659	16	91,27	0,844	17
<b>Glória</b>	95,25	0,915	13	98,80	0,979	13
<b>Humaitá/Navegantes</b>	97,60	0,957	10	99,25	0,987	10
<b>Ilhas</b>	57,85	0,247	17	97,63	0,958	16
<b>Leste</b>	99,00	0,982	7	99,09	0,984	12
<b>Lomba do Pinheiro</b>	94,07	0,894	15	98,03	0,965	15
<b>Nordeste</b>	97,59	0,957	11	99,43	0,990	9
<b>Noroeste</b>	99,90	0,998	1	99,92	0,999	1
<b>Norte</b>	98,52	0,974	8	99,58	0,993	5
<b>Partenon</b>	98,41	0,972	9	99,44	0,990	8
<b>Restinga</b>	94,73	0,906	14	98,68	0,976	14
<b>Sul</b>	99,02	0,983	6	99,47	0,991	7

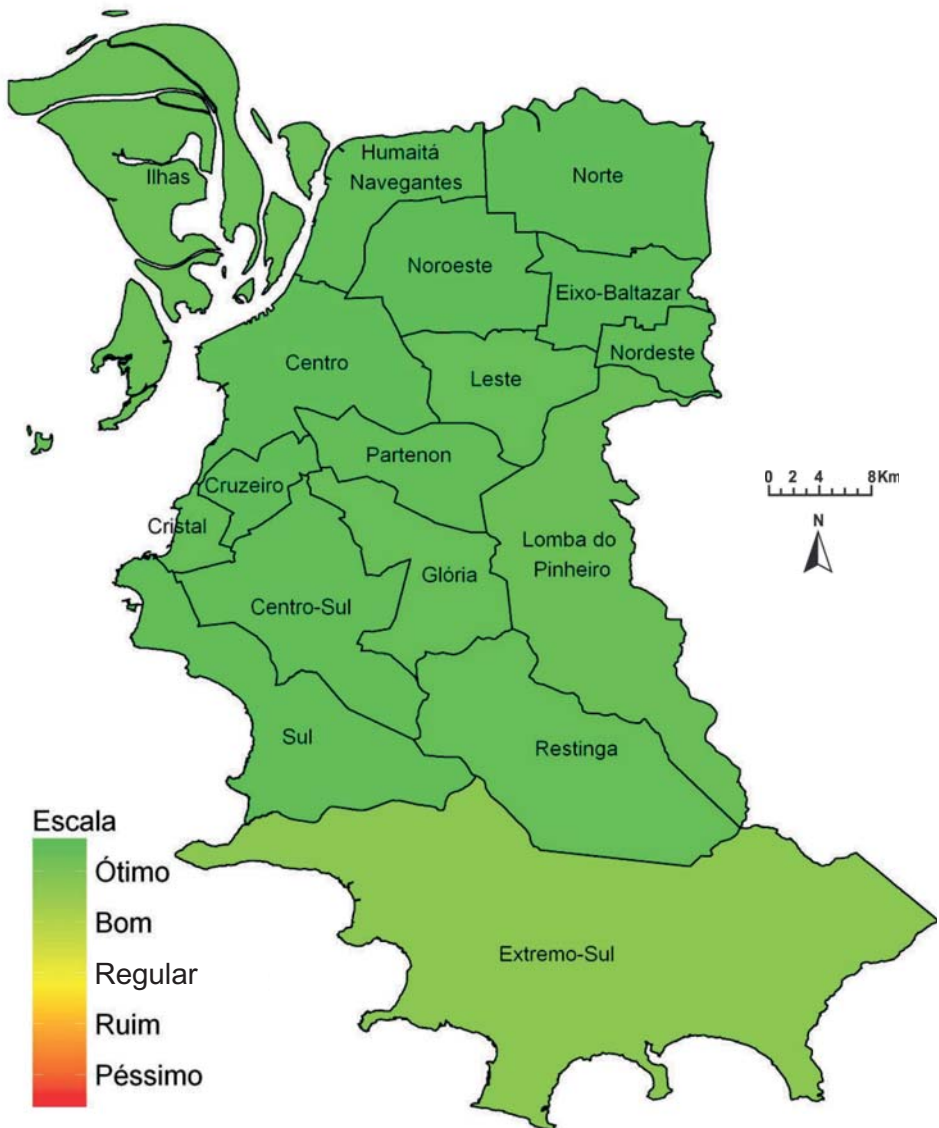
Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010, IBGE.

Elaboração: Autores.

**Mapa 33** - Domicílios com abastecimento de água potável das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.



**Mapa 34 - Domicílios com abastecimento de água potável das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.**



## **Domicílios com esgoto sanitário adequado**

No ano de 2010, a cidade atingiu 94,26% dos domicílios particulares permanentes com esgoto sanitário adequado, valor bem superior ao do estado do RS (74,57%) e do país (67,06%). O crescimento no período desses dois foi da ordem de 5 e 6 pontos percentuais enquanto que Porto Alegre cresceu apenas 2 pontos percentuais, embora deva ser observado que em 2000 a cidade já possuía um patamar bem alto partindo de 92,33% distanciando-se das outras duas instâncias que estavam por volta dos 60% de esgoto nos domicílios dos respectivos territórios.

As Regiões que mostraram melhorias no acesso a este serviço foram as ROPs: Ilhas, que variou de 40,74% para 58,73%; Nordeste, a qual variou de 67,91% para 81,33%; e, na Lomba do Pinheiro que passou de 68,23% para 76,21% de esgoto adequado. Houve pequena redução deste indicador nas ROPs Centro (-0,05%), Norte (-0,13%) e Cristal (-0,53%). Nas ROPs Ilhas com mais 358 domicílios e a Nordeste com mais 2.915, já apontados no indicador anterior, também na ROP Lomba do Pinheiro houve acréscimo de 3.764 domicílios, e como o cálculo deste indicador é percentual de domicílios com esgoto sanitário adequado sobre o total de domicílios, depreende-se que a melhora nos valores deste indicador é resultado de melhora da rede de esgoto nestas diferentes ROPs. A tabela abaixo mostra a variação deste serviço em Porto Alegre.



Tabela 18 - Percentual de domicílios com esgoto sanitário adequado no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

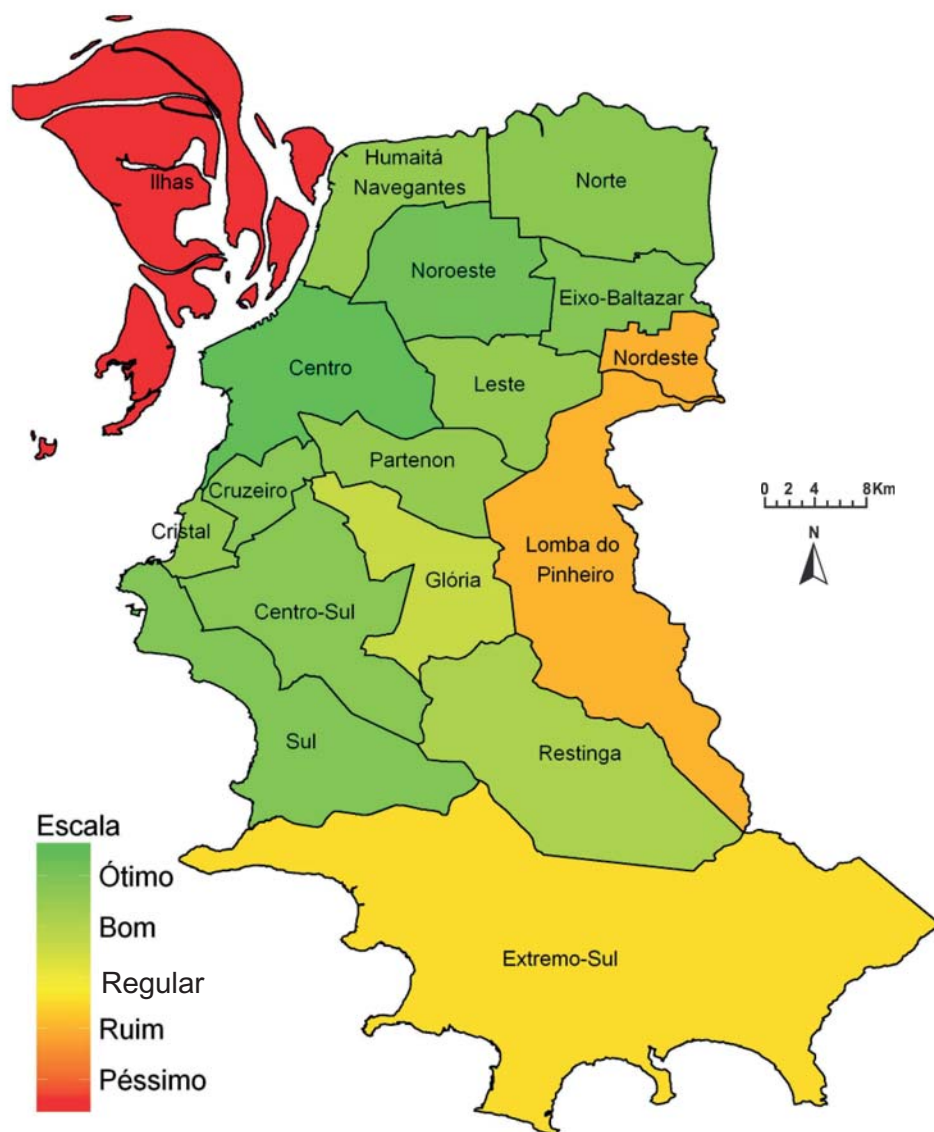
Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	62,20			67,06		
<b>Rio Grande do Sul</b>	68,38			74,57		
<b>Porto Alegre</b>	92,33			94,26		
<b>Centro</b>	99,65	0,992	1	99,60	0,991	1
<b>Centro Sul</b>	93,31	0,855	6	93,44	0,857	8
<b>Cristal</b>	90,74	0,799	10	90,26	0,788	12
<b>Cruzeiro</b>	93,44	0,857	5	97,30	0,941	3
<b>Eixo-Baltazar</b>	93,80	0,865	4	96,16	0,917	5
<b>Extremo-Sul</b>	72,96	0,412	14	76,91	0,498	15
<b>Glória</b>	83,13	0,633	13	87,52	0,729	13
<b>Humaitá/Navegantes</b>	90,71	0,798	11	96,29	0,919	4
<b>Ilhas</b>	40,74	0,000	17	58,73	0,103	17
<b>Leste</b>	90,95	0,803	8	94,97	0,891	6
<b>Lomba do Pinheiro</b>	68,23	0,309	15	76,21	0,483	16
<b>Nordeste</b>	67,91	0,302	16	81,33	0,594	14
<b>Noroeste</b>	97,49	0,945	2	98,05	0,958	2
<b>Norte</b>	92,91	0,846	7	92,79	0,843	10
<b>Partenon</b>	90,76	0,799	9	92,96	0,847	9
<b>Restinga</b>	87,23	0,722	12	90,59	0,795	11
<b>Sul</b>	94,30	0,876	3	94,85	0,888	7

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010, IBGE.

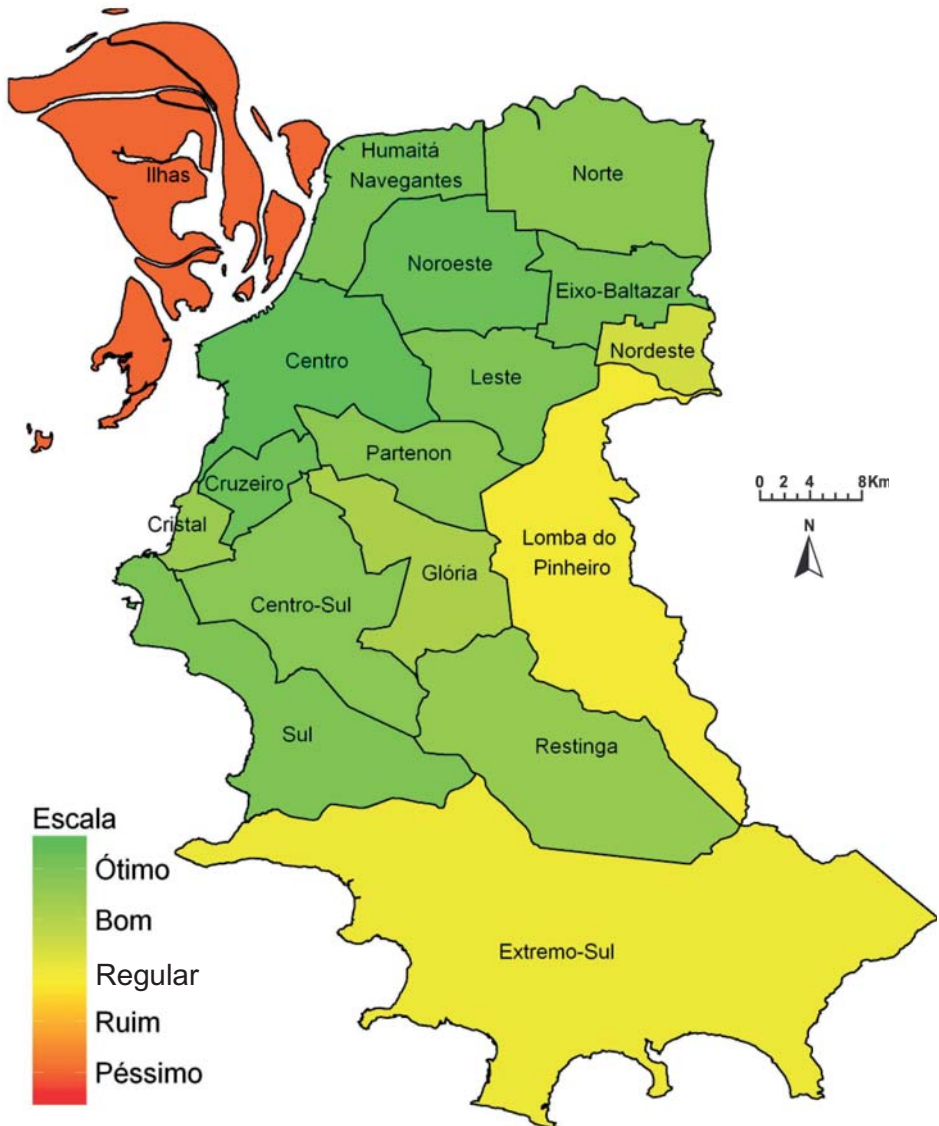
Elaboração: Autores.

Os aumentos do percentual de domicílios com esgoto adequado se refletiram na classificação do índice, como por exemplo, as Regiões Lomba do Pinheiro e Nordeste, classificadas como "ruim" em 2000 passaram para "regular" em 2010.

**Mapa 35** - Domicílios com esgoto sanitário adequado das Regiões do Orçamento Participativo em **2000**.



**Mapa 36 - Domicílios com esgoto sanitário adequado das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.**



## Moradias precárias

Na década finalizada em 2010, constatou-se que houve um acréscimo do percentual de moradias precárias em Porto Alegre, passando de 8,51% para 11,01% (acréscimo de 29,38%), valor este semelhante ao do Brasil (11,44%), mas que representa o dobro do percentual atingido pelo Rio Grande do Sul (5,47%) em 2010.

Tabela 19 - Percentual de domicílios precários no Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre e ROPs, 2000 e 2010.

Território	2000			2010		
	Valor (%)	Índice	Rank	Valor (%)	Índice	Rank
<b>Brasil</b>	*			11,44		
<b>Rio Grande do Sul</b>	*			5,47		
<b>Porto Alegre</b>	8,51			11,01		
<b>Centro</b>	0,50	0,989	3	0,10	0,998	1
<b>Centro Sul</b>	3,82	0,916	5	7,94	0,826	5
<b>Cristal</b>	18,01	0,606	14	17,75	0,612	10
<b>Cruzeiro</b>	37,47	0,180	17	37,54	0,178	16
<b>Eixo-Baltazar</b>	6,63	0,855	7	9,05	0,802	7
<b>Extremo-Sul</b>	0,14	0,997	2	3,20	0,930	3
<b>Glória</b>	10,19	0,777	10	23,81	0,479	14
<b>Humaitá/Navegantes</b>	11,95	0,738	12	17,80	0,610	11
<b>Ilhas</b>	0,00	1,000	1	35,87	0,215	15
<b>Leste</b>	18,08	0,604	15	19,66	0,570	12
<b>Lomba do Pinheiro</b>	5,64	0,877	6	6,16	0,865	4
<b>Nordeste</b>	30,14	0,340	16	44,03	0,036	17
<b>Noroeste</b>	3,23	0,929	4	3,16	0,931	2
<b>Norte</b>	10,10	0,779	9	13,96	0,694	9
<b>Partenon</b>	10,56	0,769	11	23,27	0,491	13
<b>Restinga</b>	8,43	0,816	8	10,79	0,764	8
<b>Sul</b>	12,98	0,716	13	8,40	0,816	6

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010, IBGE.

Elaboração: Autores.

\* Dados não disponibilizados no site do IBGE

Conforme a tabela, ao lado, houve redução do percentual de moradias precárias somente em quatro ROPs: Centro, Cristal, Noroeste e Sul. As Regiões com acréscimos mais expressivos de moradias precárias e com piora na escala do Índice foram: Nordeste que passou de 30,14% para 44,03%, Glória de 10,19% para 23,81%, Partenon de 10,56% para 23,27% e a Região Humaitá/Navegantes de 11,95% para 17,80%. A Região Cruzeiro continuou no mesmo patamar de moradias precárias na década 2000-2010, em torno de 37%. Entretanto, como mostra a Tabela 16, houve redução do número médio de moradores nessa situação em quase todas as ROPs no período de 2000 a 2010<sup>46</sup>.

Nas ROPs Centro, Noroeste e Sul houve redução de moradias precárias, aumento da população, aumento no número de domicílios e diminuição de moradores por domicílio em moradias precárias. Com essas informações podemos inferir que ocorreu melhora da distribuição da população, não pelo fato de aumentar o número de moradores por domicílio e sim pela oferta de moradias. Nessas três ROPs houve melhora na classificação desse índice.

Na ROP Cristal houve a diminuição do número de moradias precárias, diminuição da população, aumento do número de domicílios e diminuição do número de moradores por domicílio em moradias precárias.

---

<sup>46</sup>Fonte: ObservaPOA: [http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?analises=5\\_261\\_0](http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?analises=5_261_0) . Acesso em 04 mar. 2016.

Nas ROPs Centro Sul, Eixo Baltazar, Extremo Sul e Humaitá/Navegantes, Lomba do Pinheiro, Nordeste, Norte e Restinga houve aumento do número de moradias precárias, aumento da população, aumento do número de domicílios e diminuição de moradores por domicílio em moradias precárias. Com esses dados podemos concluir que parte do incremento da população se estabeleceu em moradias consideradas não precárias e parte em moradias precárias.

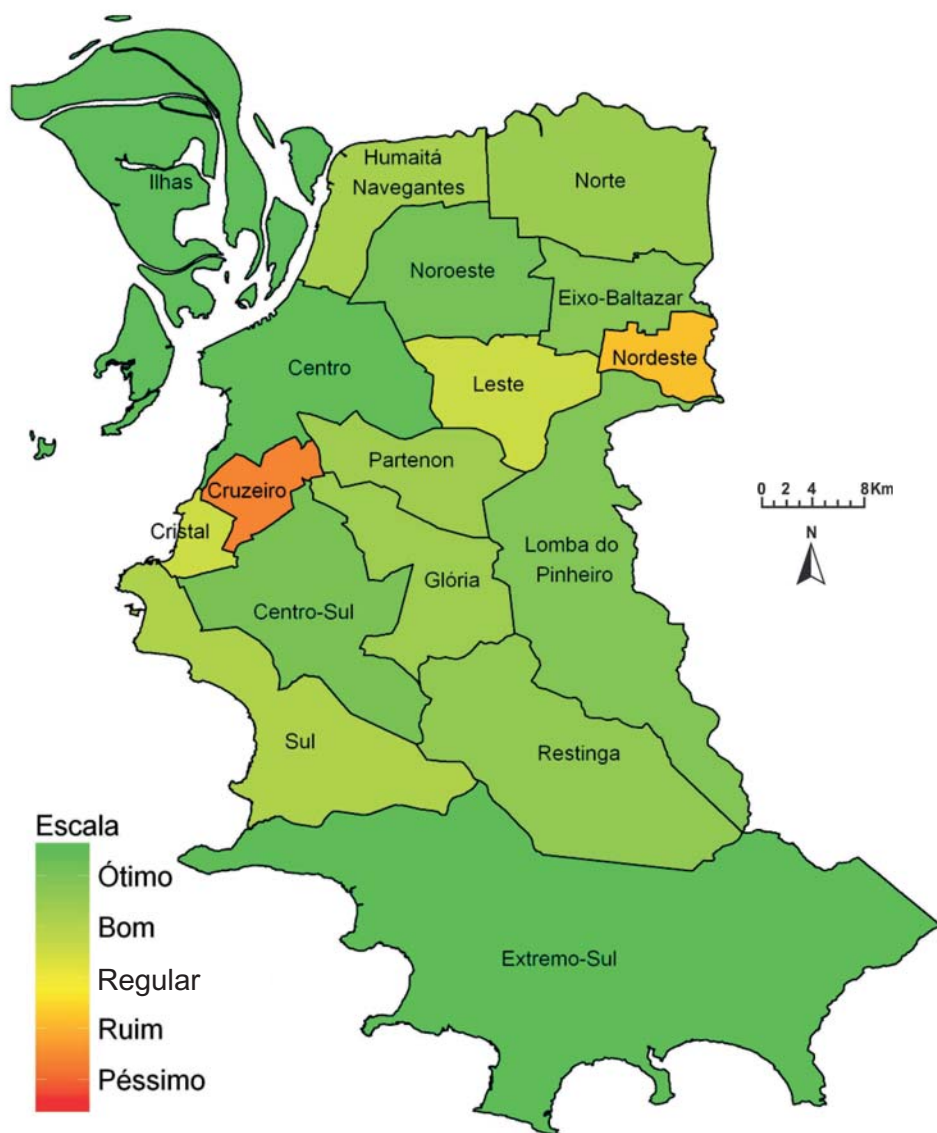
Nas ROPs Cruzeiro, Glória, Leste e Partenon houve aumento do número de moradias precárias, diminuição da população, aumento do número de domicílios e diminuição de moradores por domicílio em moradias precárias. Podemos supor que estas mudanças são resultantes de reassentamentos para outras áreas da cidade, desapropriações devido a obras realizadas no Município (por exemplo, as obras prioritárias para a Copa de 2014), implantação do Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal. Todavia, estas suposições requerem pesquisa mais aprofundada, investigando-se entre outros fatores, a origem/destino de reassentamentos e as desapropriações que foram realizadas no período em consideração.

Destacamos que a piora da Região Ilhas neste indicador se dá única e exclusivamente pela definição do mesmo. Para ser considerado aglomerado subnormal pelo IBGE, (e, portanto, moradia precária para este estudo) é preciso que o setor censitário atenda a alguns critérios<sup>47</sup>. Os setores da região Ilhas identificados como aglomerados subnormais em 2010 não atendiam a estes critérios em 2000.

---

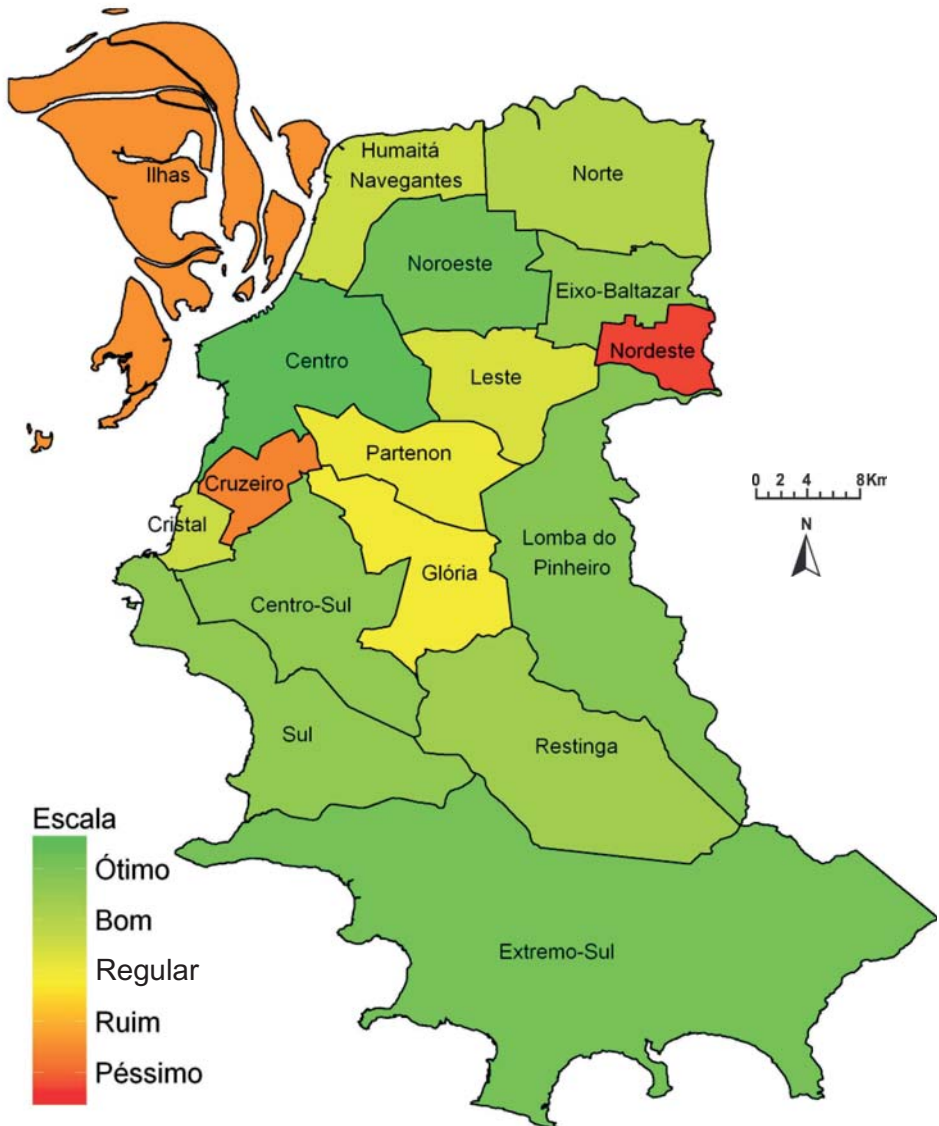
<sup>47</sup> Ver definição na página 41

**Mapa 37** - Moradias precárias das Regiões do Orçamento Participativo em **2000**.





**Mapa 38** - Moradias precárias das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.



## ICV Condições Habitacionais

Quanto à dimensão Condições Habitacionais do ICV no período investigado, cabe assinalar que houve decréscimo do índice em 5 Regiões do OP, acentuado principalmente pelo crescimento do percentual de moradias precárias.

Quadro 6 - Classificação das Regiões do Orçamento Participativo no Índice de Condições de Vida – Dimensão Condições Habitacionais, 2000 e 2010.

Classificação	2000		2010	
	Região	Valor	Região	Valor
<b>Ótimo</b>	Centro	0,992	Centro	0,995
	Noroeste	0,958	Noroeste	0,962
	Centro Sul	0,918	Eixo-Baltazar	0,905
	Eixo-Baltazar	0,904	Sul	0,898
	Norte	0,866	Centro Sul	0,892
	Sul	0,858	Restinga	0,845
	Partenon	0,847	Norte	0,843
	Humaitá/Navegantes	0,831	Humaitá/Navegantes	0,839
	Restinga	0,815	Leste	0,815
<b>Bom</b>	Cristal	0,797	Cristal	0,795
	Leste	0,797	Partenon	0,776
	Glória	0,775	Lomba do Pinheiro	0,771
	Lomba do Pinheiro	0,693	Extremo-Sul	0,757
	Extremo-Sul	0,689	Glória	0,729
	Cruzeiro	0,665	Cruzeiro	0,704
<b>Regular</b>	Nordeste	0,533	Nordeste	0,540
	Ilhas	0,416	Ilhas	0,425
<b>Ruim</b>				
<b>Péssimo</b>				

Elaboração dos autores.

No Índice em 2000 temos nove Regiões com ICV "ótimo", 6 no "bom" e 2 no "regular", e em 2010 permaneceu o mesmo número de Regiões nessas classificações. Porém, duas regiões mudaram de posição na classificação final do ICV Condições Habitacionais. A

Região Leste que foi promovida da posição "bom" para "ótimo" e a Região Partenon que migrou do patamar "ótimo" para "bom". Nesta dimensão nenhuma Região foi classificada como "ruim" ou "péssimo", diferentemente de outras dimensões analisadas neste estudo.

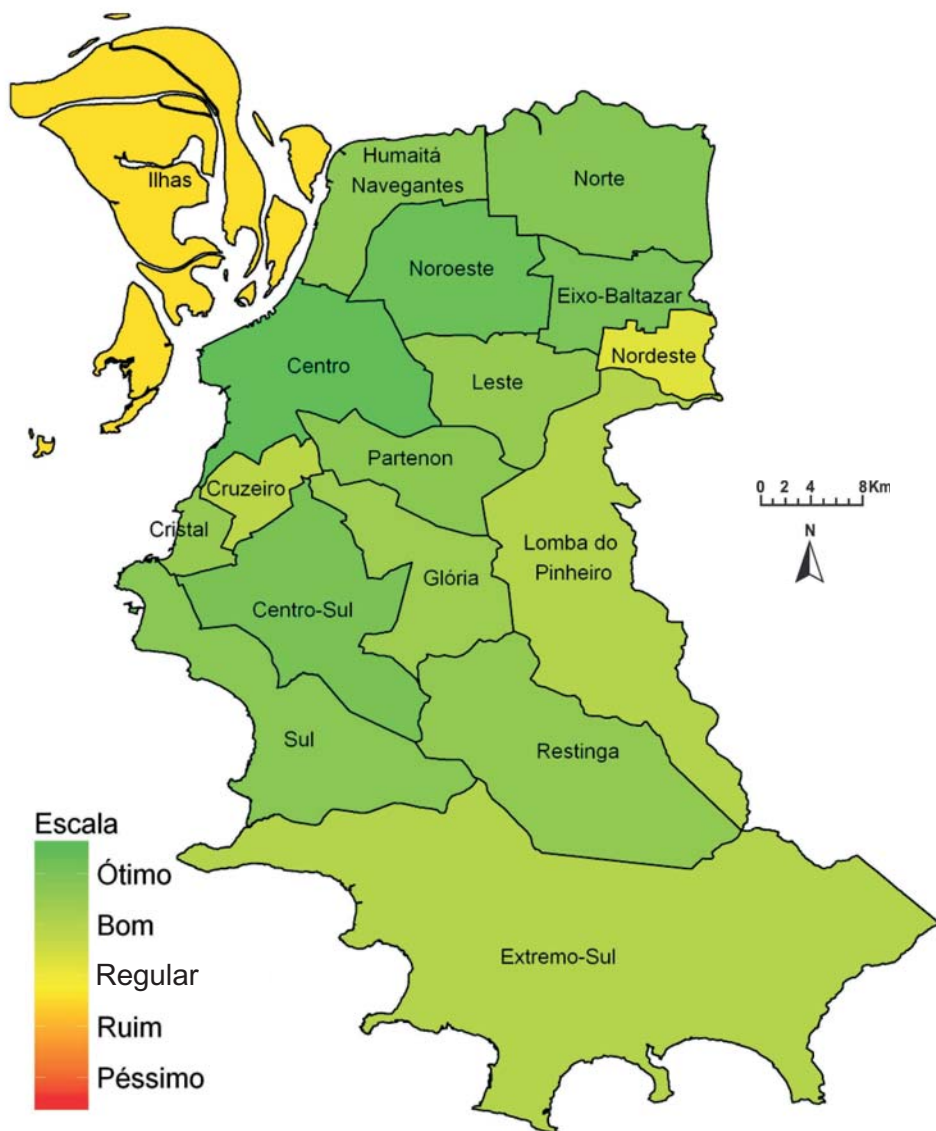
Podemos destacar duas Regiões com melhoras no ICV Condições Habitacionais, Lomba do Pinheiro e Extremo Sul por conta do aumento dos percentuais de domicílios servidos por esgoto e água adequados. E piora nas Regiões Partenon e Glória em função do acréscimo de moradias precárias no período analisado.

Nas ROPs Centro, Cruzeiro, Eixo Baltazar, Extremo Sul, Humaitá/Navegantes, Ilhas, Leste, Lomba do Pinheiro, Nordeste, Noroeste, Restinga e Sul houve aumento do ICV, esse decorrente da melhora dos serviços de abastecimento público de água e melhora da rede de esgoto sanitário, com exceção da ROP Centro em que a redução das moradias precárias foi a contribuição mais importante para a elevação do índice.

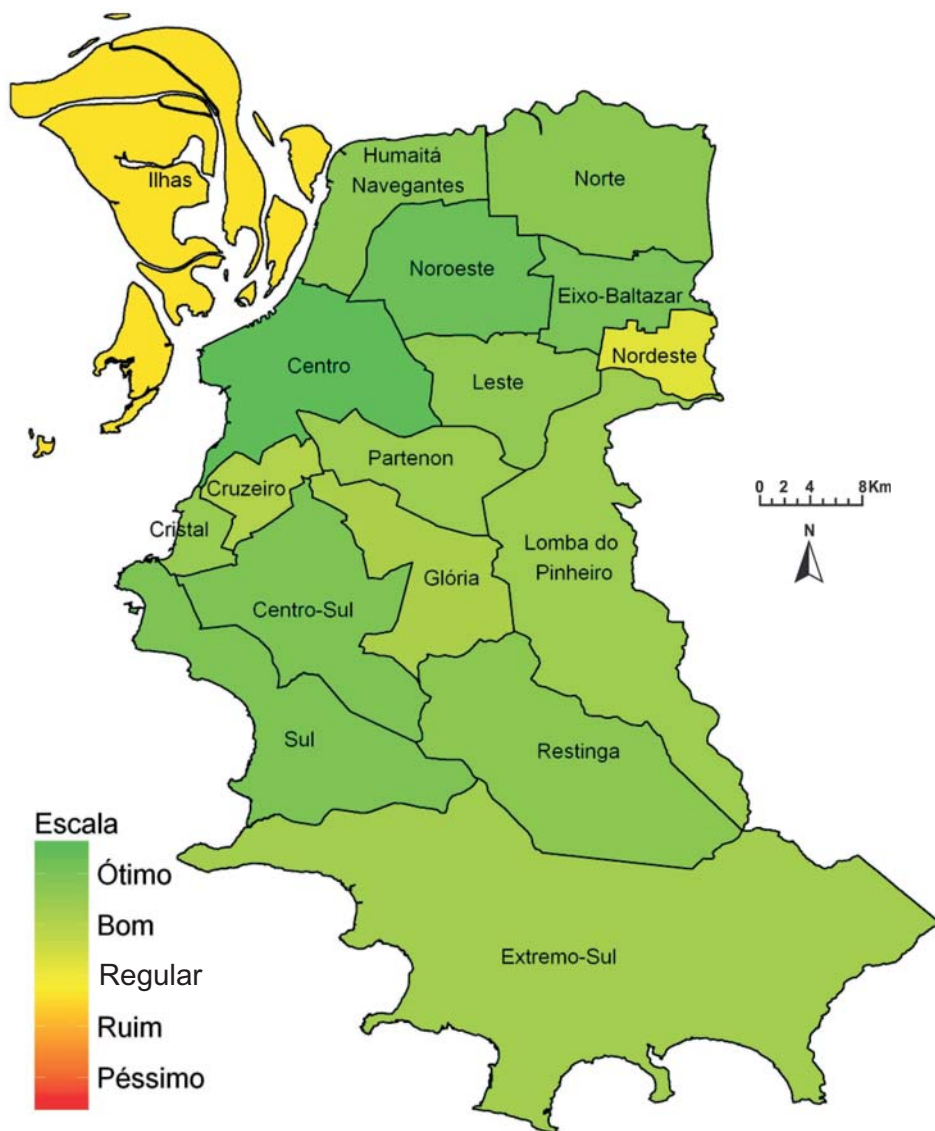
Nas ROPs Centro Sul, Cristal, Glória, Norte e Partenon houve redução do ICV. Com exceção da ROP Cristal na qual houve piora dos serviços de saneamento básico e redução no número de moradias precárias, nas demais a redução do ICV teve a contribuição principal do aumento do número de moradias precárias.

De acordo com o Quadro 6 e comparando entre as ROPs os resultados obtidos na construção do ICV referente à dimensão Condições Habitacionais, podemos observar que as ROPs Eixo Baltazar, Extremo Sul, Leste, Lomba do Pinheiro, Restinga e Sul subiram no ranking, as ROPs Centro, Noroeste, Humaitá/Navegantes, Cristal, Cruzeiro, Nordeste e Ilhas se mantiveram-se na mesma posição e as ROPs Centro Sul, Glória, Norte e Partenon pioraram sua classificação no ranking de 2000 a 2010.

**Mapa 39** - ICV da dimensão Condições Habitacionais das Regiões do Orçamento Participativo em 2000.



**Mapa 40** - ICV da dimensão Condições Habitacionais das Regiões do Orçamento Participativo em 2010.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2000 e 2010, a cidade de Porto Alegre e a população residente passaram por mudanças que produziram impactos expressivos sobre as condições de vida: redução da taxa de mortalidade infantil; redução da taxa de analfabetismo; aumento da renda média *per capita*, aumento na taxa líquida de matrículas no ensino infantil e aumento no percentual de moradias precárias, apenas para citar algumas destas.

O presente estudo procurou delinear o quadro das condições de vida em Porto Alegre e, em especial, comparar estas condições nas 17 Regiões do Orçamento Participativo, ofertando informações que possibilitem o conhecimento da realidade local, destacando as diferenças e desigualdades intraurbanas, por meio da construção de um índice sintético: o Índice de Condições de Vida (ICV) de Porto Alegre.

As dimensões tratadas no ICV (Longevidade, Educação, Renda, Infância e Adolescência e Condições Habitacionais) resultaram em cinco subíndices sintéticos que foram reduzidos a um único índice, o que possibilitou uma classificação para todas as regiões da cidade e, portanto, a montagem de um *ranking* que apontou as desigualdades nas condições de vida entre regiões da cidade.

Em relação à dimensão **Longevidade** do ICV, verificou-se que ao longo dos últimos dez anos, houve uma melhora em todas as ROPs, ocorrendo algumas alterações em suas posições e índices, destacando-se as ROPs Noroeste, Cristal e Sul – cujos ICVs eram classificados como “bom” em 2000 – e as ROPs Leste e Centro Sul –

cujos ICVs estavam na classificação “regular” em 2000 e passaram para a classificação “ótimo” em 2010.

Quanto à dimensão **Educação** do ICV no período 2000-2010, também se verificou a elevação do índice em todas as ROPs, principalmente devido à redução do analfabetismo e do aumento generalizado da representatividade da população adulta com ensino superior. Por outro lado, se constatou, que em 10 das 17 ROPs ocorreu redução, ainda que pequena, na expectativa de anos de estudo da população.

Quanto à dimensão **Renda** do ICV, também houve aumento do índice em todas as ROPs, em grande medida em decorrência do crescimento da renda média *per capita*. Destacam-se as ROPs Cruzeiro, Extremo Sul, Leste, Lomba do Pinheiro e Sul, cuja renda média da região, elevou-se, ao mesmo tempo em que houve redução na desigualdade em sua distribuição entre as famílias e indivíduos residentes.

Quanto à dimensão **Infância e Adolescência**, ocorreram modificações importantes, destacando-se o número de ROPs que foram classificadas em “ótimo/bom”: em 2000 foram 5 e, em 2010, 12. Outro aspecto a ressaltar nesta dimensão é o número de ROPs classificadas em “péssimo/ruim”: em 2000, duas e, em 2010, nenhuma.

Quanto à dimensão **Condições Habitacionais**, destaca-se que nenhuma das ROPs foi classificada como “ruim/péssimo”, tanto em 2000, como em 2010, sendo que, de todas as dimensões analisadas, foi a única em que este fato ocorreu. Por outro lado, verificou-se, também, decréscimos nos índices de 5 ROPs, devido, principalmente, ao crescimento do percentual de moradias precárias. Por fim, dentre as dimensões analisadas nesse estudo, o ICV Condições Habitacionais é o que apresentou os melhores índices.



Os resultados encontrados na comparação do ICV **Geral** nos anos de 2000 e 2010 indicaram que houve melhoria nas condições de vida da população porto-alegrense em todas as Regiões do Orçamento Participativo: na década finalizada em 2000, 6 regiões desfrutavam de condições de vida que se enquadravam nas classificações “ótimo/bom”, na década que se encerrou em 2010, 12 regiões classificaram-se nestas duas categorias.

Quanto ao ICV da cidade de Porto Alegre, tanto em 2000 quanto em 2010, ficou classificado como “bom”, no entanto, no período ocorreu uma variação percentual positiva de 10,36%. Quanto às dimensões, em 2000 não havia nenhuma classificada como “péssimo”, uma “ruim”, duas “regular”, uma “bom” e uma “ótimo”. Já, em 2000, nenhuma dimensão foi classificada como “péssimo” ou “ruim”, uma em “regular”, três em “bom” e uma “ótimo”. Destacando-se a dimensão longevidade, que apresentou a maior variação percentual entre todas e a dimensão Condições habitacionais, que foi a única dimensão, que apresentou variação negativa, ainda que permanecesse na condição “ótimo”.

Os resultados apresentados neste estudo assinalam, também, que as melhorias registradas no período não foram suficientes para superar as desigualdades que persistem na cidade. Observando os indicadores e índices apresentados neste trabalho, verifica-se que as distâncias entre as Regiões da cidade que exibem os maiores e os menores valores continuam existindo. Neste sentido, ROPs como, por exemplo, Nordeste, Ilhas e Lomba do Pinheiro, dentre outras, merecem atenção especial pelos indicadores verificados tanto em 2000 como em 2010. Este cenário aponta para um importante desafio para os porto-alegrenses e para os gestores políticos da cidade que é a necessidade de atentar para as diferenças que constituem a cidade no sentido de definir prioridades no investimento público a fim de construirmos uma cidade mais igualitária.

Ressalta-se que todos os indicadores, sudíndices e índices foram organizados de forma – pelo menos este foi o objetivo – a possibilitar uma mais fácil compreensão destes, além de apresentar estas informações em um conjunto de mapas que permitem observar, para cada uma das dimensões e indicadores, a distribuição espacial destes dados e suas diferenças.

A demanda por informações sociais e demográficas, em especial para fins de formulação de políticas públicas, tem sido crescente no país. Além disso, constata-se alguns desafios, no que diz respeito a estatísticas públicas, entre elas, a existência de indicadores municipais e intramunicipais que possibilitem o monitoramento, o acompanhamento e a gestão democrática e participativa do território. Desta forma, o estudo também objetivou democratizar informações do âmbito local e contribuir para o fortalecimento das capacidades locais, para o aprimoramento da gestão pública e para o empoderamento dos cidadãos por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade.

Produzido por equipe multidisciplinar de servidores públicos municipais de diversas áreas – entre elas, administração, educação, engenharia, estatística, serviço social e sociologia – o estudo apresentado não pretendeu esgotar uma avaliação integral das Condições de Vida em Porto Alegre. Objetivou-se, todavia, contribuir para a compreensão e discussão deste aspecto fundamental, além de construir um conjunto de saberes que possam contribuir na qualificação da discussão da gestão participativa a partir da perspectiva social (impactos na melhoria da qualidade de vida e de convivência das pessoas); da perspectiva da gestão (impactos na eficácia, transparência e descentralização da gestão municipal) e da perspectiva política (impactos no desenvolvimento democrático e na cidadania, expansão do capital social e valorização da identidade local).

Desta forma, acreditamos que o trabalho realizado oferece uma contribuição aos gestores e cidadãos porto-alegrenses no sentido de melhorar o conhecimento sobre a situação social das regiões da cidade, indicando as áreas que merecem maior atenção e intervenção focalizada de políticas públicas para a redução das assimetrias existentes em serviços sociais e infraestrutura urbana à medida que nos afastamos das regiões centrais de Porto Alegre. Por fim, têm-se a convicção de que conhecer e analisar as dimensões de “Condições de Vida em Porto Alegre” se apresenta como um relevante subsídio para um balanço da cidade no período de 2000 a 2010, ou seja, se constitui como uma contribuição para uma reflexão de uma década de mudanças na cidade de Porto Alegre.

Apêndice 1 - Regiões do Orçamento Participativo, composição por bairros, população residente, taxa de crescimento e participação no total da população, Porto Alegre, 2000 e 2010.

Regiões/Bairros	População residente em 2000	População residente em 2010	Variação populacional (%)	Percentual em relação ao total de habitantes da cidade (%)
<b>1- Humaitá/Navegantes</b>				
Anchieta	1.281	582	-54,57	0,04
Farrapos	17.083	18.986	10,02	1,34
Humaitá	10.293	11.404	9,74	0,8
Navegantes	4.160	4.011	-3,58	0,28
São Geraldo	9.135	8.706	-4,7	0,61
<b>Total</b>	<b>41.952</b>	<b>43.689</b>	<b>3,98</b>	<b>3,09</b>
<b>2- Noroeste</b>				
Boa Vista	9.368	8.750	-6,6	0,62
Cristo Redentor	15.505	15.801	1,87	1,12
Higienópolis	9.096	10.724	15,18	0,76
Jardim Floresta	4.078	3.499	-14,2	0,24
Jardim Itu	7.569	8.325	9,08	0,59
Jardim Lindóia	7.932	8.071	1,72	0,57
Jardim São Pedro	5.510	5.290	-3,99	0,37
Passo da Areia	20.385	21.364	4,58	1,51
Santa Maria Goretti	3.922	3.320	-15,35	0,23
São João	18.855	14.544	-22,86	1,03
São Sebastião	6.961	10.164	31,51	0,72
Vila Ipiranga	20.951	20.958	0,03	1,48
<b>Total</b>	<b>130.132</b>	<b>130.810</b>	<b>0,52</b>	<b>9,28</b>
<b>3- Leste</b>				
Bom Jesus	31.215	28.738	-7,94	2,03
Chácara das Pedras	5.924	6.668	11,16	0,47
Jardim Carvalho	25.076	25.323	0,98	1,79
Jardim do Salso	3.715	4.405	15,66	0,31
Jardim Sabará	14.785	13.471	-8,89	0,95
Morro Santana	19.236	18.852	-2	1,33
Três Figueiras	3.657	4.070	10,15	0,28
Vila Jardim	15.361	12.782	-16,79	0,9
<b>Total</b>	<b>118.969</b>	<b>114.309</b>	<b>-3,92</b>	<b>8,11</b>

<b>4-Lomba do Pinheiro</b>				
Agronomia	12.431	13.817	10,03	0,98
Lomba do Pinheiro	42.653	48.498	12,05	3,44
<b>Total</b>	<b>55.084</b>	<b>62.315</b>	<b>11,6</b>	<b>4,42</b>
<b>5-Norte</b>				
Sarandi	90.120	91.366	1,36	6,48
<b>Total</b>	<b>90.120</b>	<b>91.366</b>	<b>1,36</b>	<b>6,48</b>
<b>6-Nordeste</b>				
Mário Quintana	29.066	37.234	21,94	2,64
<b>Total</b>	<b>29.066</b>	<b>37.234</b>	<b>21,94</b>	<b>2,64</b>
<b>7-Partenon</b>				
Cel.Aparício Borges	14.992	17.494	14,3	1,24
Partenon	47.750	45.707	-4,28	3,24
Santo Antônio	15.003	13.714	-8,59	0,97
São José	30.406	30.073	-1,1	2,13
Vila João Pessoa	12.641	11.935	-5,59	0,84
<b>Total</b>	<b>120.792</b>	<b>118.923</b>	<b>-1,55</b>	<b>8,43</b>
<b>8-Restinga</b>				
Restinga	54.993	60.729	9,45	4,3
<b>Total</b>	<b>54.993</b>	<b>60.729</b>	<b>9,45</b>	<b>4,3</b>
<b>9-Glória</b>				
Belém Velho	8.455	10.835	21,97	0,76
Cascata	27.301	22.596	-17,23	1,6
Glória	8.631	8.855	2,53	0,62
<b>Total</b>	<b>44.387</b>	<b>42.286</b>	<b>-4,73</b>	<b>3</b>
<b>10-Cruzeiro</b>				
Medianeira	10.663	9.903	-7,13	0,7
Santa Tereza	59.412	55.505	-6,58	3,93
<b>Total</b>	<b>70.075</b>	<b>65.408</b>	<b>-6,66</b>	<b>4,64</b>
<b>11-Cristal</b>				
Cristal	29.943	27.661	-7,62	1,96
<b>Total</b>	<b>29.943</b>	<b>27.661</b>	<b>-7,62</b>	<b>1,96</b>
<b>12-Centro Sul</b>				
Camaquã	22.009	19.313	-12,25	1,38
Campo Novo	7.404	6.962	-5,97	0,49
Cavanhada	15.403	13.425	-12,84	0,95
Nonoai	21.826	20.296	-7,01	1,44
Teresópolis	9.837	12.766	22,94	0,9
Vila Nova	33.390	38.127	12,42	2,7
<b>Total</b>	<b>109.869</b>	<b>110.889</b>	<b>0,92</b>	<b>7,86</b>

Condições de Vida de Porto Alegre 2000 – 2010

<b>13-Extremo Sul</b>				
Belém Novo	13.787	15.833	12,92	1,12
Chapéu do Sol	2.620	2.300	-12,21	0,16
Lageado	6.476	7.885	17,87	0,55
Lami	3.493	4.642	24,75	0,32
Ponta Grossa	3.290	4.213	21,91	0,29
<b>Total</b>	<b>29.666</b>	<b>34.873</b>	<b>14,93</b>	<b>2,47</b>
<b>14-Eixo Baltazar</b>				
Passo das Pedras	24.549	25.896	5,2	1,83
Rubem Berta	68.286	74.522	8,37	5,28
<b>Total</b>	<b>92.835</b>	<b>100.418</b>	<b>7,55</b>	<b>7,12</b>
<b>15-Sul</b>				
Espírito Santo	5.734	5.606	-2,23	0,39
Guarujá	4.390	5.971	26,48	0,42
Hípica	11.786	20.237	41,76	1,43
Ipanema	20.884	22.726	8,11	1,61
Jardim Isabel	-	2.835	-	0,25
Pedra Redonda	316	274	-13,29	0,01
Serraria	4.682	4.500	-3,89	0,31
Tristeza	14.837	15.396	3,63	1,09
Vila Assunção	4.096	4.418	7,29	0,31
Vila Conceição	1.467	1.349	-8,04	0,09
<b>Total</b>	<b>68.192</b>	<b>83.312</b>	<b>18,15</b>	<b>5,91</b>
<b>16-Centro</b>				
Auxiliadora	9.985	9.683	-3,02	0,68
Azenha	10.475	10.180	-2,82	0,72
Bela Vista	10.097	11.128	9,26	0,78
Bom Fim	9.368	9.450	0,87	0,67
Centro	36.893	39.154	5,77	2,77
Cidade Baixa	18.146	18.450	1,65	1,31
Farroupilha	1.101	961	-12,72	0,07
Floresta	15.493	16.085	3,68	1,14
Independência	11.327	10.828	-4,41	0,76
Jardim Botânico	11.494	12.521	8,2	0,89
Menino Deus	30.792	31.650	2,71	2,24
Moinhos de Vento	8.067	7.264	-9,95	0,51
Mont'Serrat	10.236	11.236	8,9	0,79
Petrópolis	34.593	38.155	9,34	2,7
Praia de Belas	1.869	2.117	11,71	0,15
Rio Branco	16.132	17.531	7,98	1,24
Santa Cecília	5.800	5.768	-0,55	0,41
Santana	25.028	24.638	-1,56	1,75
<b>Total</b>	<b>266.896</b>	<b>276.799</b>	<b>3,58</b>	<b>19,64</b>
<b>17- Ilhas</b>				
Arquipélago	7.619	8.330	8,54	0,59
<b>Total</b>	<b>7.619</b>	<b>8.330</b>	<b>8,54</b>	<b>0,59</b>
<b>Porto Alegre</b>	<b>1.360.590</b>	<b>1.409.351</b>	<b>3,46</b>	<b>100</b>



Este trabalho descreve as condições de vida da população nas 17 Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre, comparando mudanças ocorridas na década de 2000 a 2010 através do estudo de cinco dimensões socioeconômicas. As dimensões em escrutínio são - Renda, Educação, Longevidade, Infância e Adolescência, e Condições Habitacionais - organizadas em cinco subíndices sintéticos que agregam os resultados dos 14 indicadores sociais utilizados para mensurar as condições de vida em Porto Alegre.

O Índice de Condições de Vida (ICV) construído para este estudo permite comparar todas as cinco dimensões ao reduzi-las a uma única dimensão geral, permitindo que se estabeleça uma classificação singular para todas as regiões da cidade e, portanto, tornando possível a elaboração de um ranking que desvela as desigualdades existentes em Porto Alegre refletidas nas distintas condições de vida da população residente nas 17 Regiões da cidade.

